



FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE E SEU
CAPITAL SOCIAL: INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA
AGRICULTURA FAMILIAR

Michelle Plubins Bulkool

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Domício Proença Junior

FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE E SEU
CAPITAL SOCIAL: INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA
AGRICULTURA FAMILIAR

Michelle Plubins Bulkool

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Orientador: Domício Proença Junior

Aprovada por:

Prof. Fabio Luiz Zamberlan

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte

Prof^ª. Gabriel de Araújo Santos

Prof. Karina Yoshie Martins Kato

Prof. Luciano Pasqualoto Canellas

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
MARÇO DE 2022

Bulkool, Michelle Plubins

Feira Territorial do Norte Fluminense e seu Capital
Social: Instrumentos de Autonomia da Agricultura
Familiar/Michelle Plubins Bulkool. – Rio de Janeiro:
UFRJ/COPPE, 2022.

XVI, 129 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Domício Proença Junior

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de
Engenharia de Produção, 2022.

Referências Bibliográficas: p. 100-105.

1.Desenvolvimento Rural Territorial. 2.Colegiado
Territorial. 3.Feiras agroecológicas. I. Proença Junior,
Domício. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro,
COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Dedico esse trabalho ao meu querido e eterno professor Miguel de Simoni (*in memoriam*). Juntos compartilhamos o amor pelas pessoas e pelas feiras.

Saudades!

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos pela existência, pelo amor, compreensão e apoio. A Manu que esteve disponível o tempo todo e ao Miguel que comemorou o fim de cada capítulo.

Ao meu companheiro Mineiro, inspiração, estudo de caso, pelo suporte e pelos intermináveis debates nos churrascos de fim de semana.

A minha mãe por segurar a onda dos netos e pelas marmitas que alimentaram esse trabalho.

Ao Fábio pela paciência e entusiasmo.

A Roberta pela eficácia e compromisso.

A Maria que por tantas vezes acolheu meu filho.

Ao Zé Luiz pela parceria e pela comunhão de ideias.

A Socorro que sempre esteve presente e me ajudou a dar o norte.

A todos os agricultores familiares que convivo desde 2015 em especial a Zélia e ao Cícero.

E por fim, um agradecimento especial a Natalia e ao Luciano que sem eles esse trabalho não existiria.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Ciências (D.Sc.)

FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE E SEU CAPITAL
SOCIAL: INSTRUMENTOS DE AUTONOMIA DA AGRICULTURA
FAMILIAR

Michelle Plubins Bulkool

Março 2022

Orientador: Domício Proença Junior

Programa: Engenharia de Produção

Esta pesquisa foi realizada entre 2015 e 2019 com objetivo de analisar o desenvolvimento do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (CTNF) e o impacto das três Feiras Territoriais do Norte Fluminense (2016, 2018 e 2019) considerando a geração de capital social e a autonomia dos agricultores familiares do Território NF. A revisão bibliográfica abordou aspectos específicos da agricultura familiar camponesa e a função do capital social no desenvolvimento territorial. Além disso, o papel das redes e dos circuitos curtos de comercialização na construção do Capital Social também foram abordados. O método Lume proposto pela AS-PTA foi utilizado para a análise econômica-ecológica e devido à complexidade do funcionamento dos sistemas e da singularidade dos modos de produção e de vida da agricultura familiar somente dois atributos sistêmicos foram analisados: a autonomia e a integração social, tendo como base comparativa os anos de 2015 e 2019. A partir dos resultados apresentados foi possível concluir que com a participação no Colegiado TNF e na Feira TNF os agricultores familiares acumularam novos conhecimentos e acessaram novos recursos materiais, cultivando um círculo virtuoso em direção a autonomia e integração social. Foi demonstrado o potencial que as feiras de produtores rurais, com ênfase na Feira Territorial do Norte Fluminense, têm para converter-se na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação, potencializando assim o Capital Social.

Summary of the Doctoral Thesis presented to COPPE/UFRJ as part of the requirements for obtaining the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

TERRITORIAL FAIR OF NORTH FLUMINENSE AND ITS SOCIAL CAPITAL:
INSTRUMENTS OF AUTONOMY OF FAMILY FARMERS

Michelle Plubins Bulkool

March 2022

Advisor: Domício Proença Junior

Department: Production Engineering

This research was conducted between 2015 and 2019 with the objective of analyzing the development of the Norte Fluminense Territorial Collegiate and the impact of the three Norte Fluminense Territorial Fair (2016, 2018 and 2019) considering the generation of social capital and the autonomy of family farmers in the NF Territory. The literature review was done addressing issues concerning the traditional peasant farming, social capital and territorial development, networks, and short marketing circuits. Based on participative observation, data were taken from the activities of the TNF Collegiate, of NEDET NF, and of the TNF Fairs. We propose the use of the *Lume* method from AS-PTA to economic-ecological analysis. Due to the complexity of the functioning of these systems and the uniqueness of the modes of production and life of different family farming, only two systemic attributes were analyzed: autonomy and social integration, taking as a comparative cut-off the years 2015 and 2019. The *Lume* methodology provided data that allowed concluding that with the participation in the TNF Collegiate and the TNF Fair, family farmers accumulated new knowledge and accessed new material resources, cultivating a virtuous circle towards autonomy and social integration, thus demonstrating the potential that rural producer fairs, with emphasis on the Norte Fluminense Territorial Fair, have to become the basis for the formation of new bonds of trust and cooperation, thus enhancing their Social Capital.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xi
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Motivação, justificativa e relevância da pesquisa.....	4
1.2 Apresentação do problema da pesquisa.....	5
1.3 Hipótese.....	7
1.4 Objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa.....	7
1.4.1 Objetivo geral.....	7
1.4.2 Objetivos específicos.....	7
1.5 Metodologia.....	8
1.5.1 Revisão bibliográfica.....	9
1.5.2 As entrevistas.....	10
1.5.3 Método de análise de dados AS-PTA.....	11
1.6 Estrutura da tese.....	12
2 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, SEGURANÇA ALIMENTAR E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	13
2.1 A Modernização Conservadora.....	15
2.2 O Despertar do Camponês.....	19
2.3 Autoconsumo, Reprodução Social, Segurança Alimentar e Diversificação Produtiva.....	22
3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AUTÔNOMIA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS.....	27
3.1 Capital Social: confiança e cooperação.....	28
3.2 Territórios: Novas Abordagens, Novos Desafios.....	31
3.3 Políticas de Desenvolvimento Rural: capital social e desenvolvimento territorial.....	35
4 O COLEGIADO TNF: SOCIEDADE CIVIL ATUANTE, BOAS PARCERIAS E DESCASO DO SETOR PÚBLICO.....	40
4.1 O Território Norte Fluminense: características e singularidades.....	40

4.2 NEDET NF: início e fim da política pública.....	47
4.3 Colegiado TNF: desafios para ação autônoma.....	55
5 A FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE: CIRCUITO CURTO E CAPITAL SOCIAL.....	70
5.1 Circuitos Curtos e Mercados de Reciprocidade.....	71
5.2 As Feiras TNF: espaços de trocas, sabores e saberes.....	76
5.3 Capital Social do TNF: autonomia e integração Social.....	87
6 CONCLUSÃO.....	93
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
8 ANEXOS.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) implementados pelo país, projeto piloto (2013)	38
Figura 2: Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) implementados em parceria com as universidades (2014)	39
Figura 3: Composição do Território Norte Fluminense.....	41
Figura 4: I Conferência Territorial da Juventude do Norte Fluminense (2015)	52
Figura 5: II Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural do NF.....	54
Figura 6: Divulgação da I Feira Territorial do Norte Fluminense (2016)	78

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Planejamento das instâncias do Colegiado TNF: núcleos dirigente e técnico e dos comitês de agricultores assentados, mulheres, jovens e quilombolas (2015)	51
Quadro 2: Delegados Titulares da Sociedade Civil eleitos na Conferência Territorial de ATER do Norte Fluminense	53
Quadro 3: Delegados Titulares do poder público, eleitos na Conferência Territorial de ATER do Norte Fluminense	53
Quadro 4: Composição do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2015)	58
Quadro 5: Composição do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2019)	59
Quadro 6: Assentamentos participantes do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2019)	61
Quadro 7: Instituições com relação de Ligação do Colegiado TNF (2019)	63
Quadro 8: Instituições com Relações de Ponte do Colegiado Territorial o Norte Fluminense Cícero Guedes (2019)	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação da composição do Colegiado TNF entre 2016 e 2019.....	60
Gráfico 2: Comparação de instituições do Colegiado TNF por segmento.....	61
Gráfico 3: Instituições por segmento geradoras de capital social de ligação por segmento.....	64
Gráfico 4: Instituições por segmento geradoras de capital social de ponte por segmento.....	65
Gráfico 5: Instituições por segmento geradoras de capital conexão de ponte por segmento e município do TNF.....	67
Gráfico 6: Participação das Instituições em relações de Ligação, Ponte e Conexão do Colegiado TNF (2019)	68
Gráfico 7: Gráfico comparativo de hortaliças comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)	82
Gráfico 8: Gráfico comparativo de frutas comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)	83
Gráfico 9: Gráfico comparativo de legumes comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)	83
Gráfico 10: Gráfico de artesanatos comercializadas na III Feira TNF (2019)	84
Gráfico 11: Comparativo do atributo sistêmico autonomia entre 2016 e 2019.....	90
Gráfico 12: Comparativo do atributo sistêmico integração social entre 2016 e 2019.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Famílias assentadas e área ocupada dos Projetos de Assentamentos (1985 a 2017)	46
Tabela 2: Priorização dos Projetos apresentados - PROINF 2015.....	49

LISTA DE SILAS E ABREVIACÕES

CC – Circuitos Curtos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIAT - Comissões de Instalação das Ações Territoriais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CS – Capital Social

CTNF - Colegiado Territorial do Norte Fluminense

FETAG - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

FTNF - Feira Territorial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Norte Fluminense

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFF - Instituto Federal Fluminense

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA - Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEDET - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NERU – Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

NF – Norte Fluminense

NSGA - Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema

NUDIBA - Núcleo de Desenvolvimento de Insumos Biológicos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTC - Programa Territórios da Cidadania

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIT/MDA - Sistema de Informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário

TNF - Território Norte Fluminense

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UFF – Universidade Federal Fluminense

1 INTRODUÇÃO

O Território Norte Fluminense (TNF) com mais de 400 anos de cultivo da monocultura da cana-de-açúcar apresenta aspectos singulares no processo de modernização, constituído, basicamente, pela substituição das antigas moendas dos engenhos coloniais por usinas de álcool no final dos anos 1970. Segundo Cruz (2003), na década de 1970, a região Norte Fluminense foi beneficiada pela conjuntura favorável do “milagre brasileiro” e do mercado internacional do açúcar, pelos recursos fartos direcionados para a modernização do setor, no início, e, mais tarde, na mesma década, pelo Proálcool e pelo início da exploração do petróleo. Ainda segundo Cruz (2003), “o município de Campos, seu principal polo desde a colonização, chegou a figurar entre os três maiores municípios produtores de cana e açúcar do Brasil, durante um longo período, de meados do século XVIII a meados do século XX”.

O Norte Fluminense é uma das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro e é composta por nove municípios, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Os mesmos municípios compõem o Território Norte Fluminense – RJ e, de acordo com dados do Sistema de Informações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – SIT/MDA, ocupam uma área de 9.755,10 Km². O Território Norte Fluminense (TNF) possui uma população total da ordem de 849.302 habitantes, sendo que somente cerca de 12% desses residem em áreas rurais. São ao todo 13.667 agricultores familiares, 2.225 famílias assentadas e seis comunidades quilombolas. O maior município é o de Campos dos Goytacazes, localizado a aproximadamente 271 Km da capital Fluminense.

A potência das economias sucroalcooleira e petrolífera não foi capaz de se desdobrar em desenvolvimento da região. O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* do Norte Fluminense é o mais elevado entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro em função das atividades ligadas a petróleo e gás natural de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE (2015). No entanto, o percentual de pobres e a desigualdade de renda, medida pelo coeficiente de Gini, estão entre os mais altos, indicando uma região desigual, apesar de rica. Por exemplo, Campos dos Goytacazes possui o 5º maior PIB *per capita* do Estado do Rio de Janeiro. Porém, como tem a maior desigualdade de renda da região, uma das piores do estado (89º), apresenta um alto percentual de pobres (38%) (SEBRAE, 2015), São Francisco de

Itabapoana é a cidade com a situação mais crítica: ocupa a 91ª posição no ranking do IDHM, apesar de ser a 31ª no ranking do PIB *per capita*.

O problema do desenvolvimento do NF expressa-se num aparente paradoxo. Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 50, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 80. E, por outro, de uma região que adentra o século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mais negativa, de pobreza, de exclusão, de desigualdades socioeconômicas, o que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, enquanto aparece como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar essa herança. (CRUZ, 2003).

A partir da década de 1990, várias usinas sucroalcooleiras faliram principalmente em Campos dos Goytacazes. Das 26 usinas que funcionavam antes dos anos 1980 restaram apenas duas usinas atualmente. O resultado foi o desemprego em massa e a formação de diversos latifúndios improdutivos na região. A pobreza na região é resultado, em grande parte, do contingente da força de trabalho, oriunda da economia sucroalcooleira, expulsa do campo e excluída pela diminuição dos postos de trabalho no setor. A falência das usinas e escassa alternativa à monocultura da cana por parte do poder público ou privado criou um impasse para os trabalhadores rurais dependentes do emprego antes gerado por elas. A luta pela terra foi intensificada na região com atuação principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2010 foram registrados 23 assentamentos sendo dez em Campos dos Goytacazes.

Os assentamentos rurais da região NF foram constituídos, assim, basicamente por ex-plantadores e ex-cortadores de cana, pauperizados ou expropriados, dependentes de atravessadores para escoar sua produção. A produção do açúcar, ao se transformar através dos tempos numa das principais atividades econômicas voltadas para a exportação, incorporou um extenso número de intermediários (NEVES, 1981). Na medida em que o lavrador de cana se dedica à plantação desse produto de forma relativamente especializada, precisa se submeter às alternâncias do mercado. A tendência geral é continuar a produzir, a despeito de preços pouco compensadores ou irreais.

Boa parte dos pequenos produtores do Território Norte Fluminense tem como base produtiva a monocultura da cana-de-açúcar, recentemente substituída pela monocultura do abacaxizeiro, do aipim, entre outros. São gerações de trabalhadores habituados à monocultura e seu contexto cultural incluindo baixa produtividade, pouca

diversidade, baixa qualificação e dependência de outros setores. A produção tradicional monocultora os condiciona à venda para intermediários/atravessadores, sempre a preços bem abaixo do mercado, afastando o produtor do consumidor final.

Em 2003, baseado nos conceitos de Capital Social e Abordagem Territorial, o Governo Federal criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) lotada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a proposta para implantação de uma política nacional visando apoiar o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais. Foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, seguindo uma abordagem inovadora. No Território NF nasce o Colegiado Territorial do Norte Fluminense (CTNF) por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Em junho de 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério dos Direitos Humanos assinaram o “Acordo de Cooperação Federativa” para a criação do Território do Norte Fluminense. O objetivo do Programa Territórios da Cidadania (PTC) era identificar territórios rurais com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos e passíveis de políticas públicas direcionadas. O Território Norte Fluminense foi categorizado como Território da Cidadania.

Em junho de 2014, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) lançaram a chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 para o Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). O objetivo era contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Para tanto, foram apoiados financeiramente projetos de implementação e manutenção de NEDET por todo o Brasil, por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial, com o objetivo principal de fortalecer os Colegiados Territoriais. Assim, em dezembro de 2014, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte Fluminense (NEDET NF) foi constituído pelo Núcleo de Desenvolvimento de Insumos Biológicos (NUDIBA) da Universidade Estadual do

Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em parceria com o CNPq e o MDA, quando foi iniciada esta pesquisa.

1.1 Motivação, justificativa e relevância da pesquisa

A pesquisa teve início em janeiro de 2015, com a coordenação adjunta do NEDET NF, programa coordenado pelo professor Luciano Canellas, do NUDIBA/UENF. O primeiro ano de trabalho do NEDET NF foi marcado pela consolidação institucional do Colegiado TNF, com a aprovação do seu Regimento interno. Entre 2015 e 2016 o Colegiado TNF passou por um rico processo de construção coletiva pela ação do NEDET NF. Como resultado, em junho de 2015, foi aprovado em plenária o regimento interno do Colegiado TNF e constituídos o núcleo dirigente, o comitê técnico, os comitês de mulheres, quilombolas, jovens, pescadores e agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A partir dessa plenária, o Colegiado TNF passou-se a chamar Colegiado Territorial Cícero Guedes, em homenagem a esse militante morto na luta pela reforma agrária na região. Estavam presentes nessa plenária 38 instituições, sendo 30 instituições do terceiro setor entre as quais cooperativas, associações, sindicatos, movimentos sociais, grupos de mulheres, entre outros, e oito do setor público, como a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretarias Municipais de Agricultura, entre outros, dos nove municípios do Território Norte Fluminense e 110 pessoas integrantes destas.

No fim do ano de 2015 em plenária do Colegiado TNF os agricultores familiares discutiram a necessidade de melhorar a comercialização de seus produtos coletivamente. O Colegiado TNF terminou o ano de 2015 trabalhando em ações de fortalecimento da inclusão socioprodutiva. Em consequência o Colegiado TNF realizou a I Feira Territorial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Norte Fluminense (FTNF) em junho de 2016.

No início da atuação do NEDET NF, em 2015, as reuniões do Colegiado TNF foram caracterizadas pela pouca participação das instituições nas plenárias. Em entrevistas realizadas pela equipe do NEDET NF com representantes das instituições que o compunham foram apontados como os principais motivos para esse esvaziamento os seguintes fatores: a ausência de uma assessoria territorial estadual, a falta de interesse

dos entes públicos do território e, principalmente, a falta de resultados para a melhoria de vida de seus participantes. Além disso, o Colegiado TNF não tinha registro de suas reuniões em atas e não tinha ainda um regimento interno elaborado.

Com o trabalho de mobilização realizado pelo NEDET NF no decorrer do ano de 2015, foi possível verificar que havia instituições fortes, com participação histórica no Colegiado, mas que dependiam de atores externos para se reunirem. Quais fatores estariam limitando o desenvolvimento desses atores e o que poderia ser feito e potencializado para reverter esse quadro de dependência externa? Se em alguns meses foi possível mobilizar 38 instituições e realizar a Feira Territorial do Norte Fluminense, quais as estratégias deveriam estar presentes ou potencializadas para que esse movimento não fosse intermitente? Foi a partir dessas indagações que essa pesquisa foi buscar os possíveis caminhos, de forma a contribuir para a atuação autônoma do Colegiado TNF e dos agricultores familiares que o compõe.

1.2 Apresentação do problema da pesquisa

A I Feira Territorial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Território Norte Fluminense foi o resultado da ação de diversos atores sociais do Território, além do Colegiado TNF. Entes públicos, como a Prefeitura de Campos dos Goytacazes, de Cardoso Moreira, Carapebus e Quissamã, que disponibilizaram barracas, caminhão para o transporte das mercadorias e o espaço físico, quanto da sociedade civil, que apoiou fortemente a feira com divulgação, equipamento de som e apresentações artísticas. Fundamental também foi o apoio do Instituto Federal Fluminense (IFF), que disponibilizou transporte para os feirantes/produtores, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da UENF, com todo apoio logístico.

No entanto, esse processo foi interrompido com o fim da política pública de promoção dos Territórios Rurais do Governo Federal. Em meados de 2016, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram extintos e em dezembro de 2016 terminou o contrato do NEDET NF. Nesse período, as plenárias do Colegiado deixaram de acontecer, como também, a Feira TNF. A última plenária ocorreu em dezembro de 2016, já bastante esvaziada.

O Colegiado Territorial do Norte Fluminense perde sua capacidade organizativa quando da interrupção das políticas públicas que o apoiam. Acredita-se aqui que, apesar

dos avanços alcançados, o Colegiado TNF perde sua motivação diante da ausência de agentes externos mobilizadores, da descontinuidade das políticas públicas, demonstrando assim, pouca autonomia e extrema dependência destes.

As bases do programa de apoio ao fortalecimento dos Colegiados Territoriais para o Desenvolvimento Rural proposto pela SDT/MDA eram os conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Territorial. Identificou-se, assim, a necessidade do Colegiado TNF potencializar o seu Capital Social. Para ABRAMOVAY (2003), em torno do desenvolvimento rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: a de ênfase na Dimensão Territorial do Desenvolvimento e a do Capital Social. O Território deixa de ser visto apenas como localização geográfica e passa também a ser entendido pela montagem das redes, das convenções, e das instituições que permitem ações cooperativas. Segundo CAZELA, BONAL *et al*, (2009), o capital social é um agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas. Percebe-se que o Capital Social está relacionado a relações atuais, mas também potenciais.

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. (ABRAMOVAY, 2003).

Em 2017, o Colegiado Norte Fluminense passa por um em estado de dormência e as plenárias se esvaziam. Em 2017, nenhuma plenária foi realizada e não houve Feira Territorial. O Colegiado Territorial do Norte Fluminense perde novamente sua capacidade organizativa em função da interrupção da política pública de apoio a este. O que parecia mais uma repetição, acaba por determinar o salto de qualidade na atuação do Colegiado NF, em direção a sua autonomia. As instituições do terceiro setor que compunham o Colegiado TNF decidem pela realização da II Feira TNF independente do apoio de agentes políticos e recorrem a sociedade civil e aos seus próprios recursos e parceiros.

Em outras palavras, ainda não foi potencializado o Capital Social Territorial do Norte Fluminense. Mas então, como questiona ABRAMOVAY (2003), como criar capital social ali onde ele não existe? E no caso do TNF: Como então potencializar o Capital Social onde as relações históricas não favorecem essa construção?

1.3 Hipótese

Esse trabalho foi fundamentado na hipótese de que as feiras constituem espaços públicos privilegiados para a construção de Capital Social e, assim, de fortalecimento e autonomia dos atores envolvidos. Avaliar como as feiras podem alavancar o capital social e contribuir para atuação autônoma do Colegiado Territorial do Norte Fluminense conduziu essa investigação.

1.4 Objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa

1.4.1 Objetivo geral

Avaliar se as feiras são capazes de gerar capital social e contribuir para autonomia dos agricultores familiares do Colegiado Territorial do Norte Fluminense e para o seu desenvolvimento rural territorial.

1.4.2 Objetivos específicos

1. Apresentar a trajetória do Colegiado Territorial do Norte Fluminense, desde sua constituição em 2003, com ênfase no período de 2015 a 2019 e problematizar sua dependência às intermitentes políticas públicas de atuação territorial.

2. Discutir a ressignificação do termo agricultor familiar camponês, suas características, autonomia e importância para a construção do capital social do Território Norte Fluminense.

3. Problematizar os conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Territorial considerando sua materialidade para a atuação autônoma do Colegiado TNF.

4. Avaliar o papel da Feira Territorial do Norte Fluminense na geração de capital social e autonomia dos agricultores familiares do TNF.

1.5 Metodologia

Para avaliar a trajetória do Colegiado TNF, compreender os diversos movimentos intermitentes de organização e desmobilização, foi realizada no período de 2015 e 2019, uma pesquisa-ação com a adoção das técnicas de participação, observação e construção conjunta de conhecimento com os agricultores familiares do Colegiado Territorial do NF. A partir do trabalho do NEDET NF foi possível participar das plenárias nesse período, acessar os documentos como atas e registros, acompanhar as reuniões das instâncias deliberativas do Colegiado TNF e entrevistar seus participantes. Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto a partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva (THIOLLENT, 2009).

Além disso, foi possível contribuir para o desenvolvimento do Colegiado TNF, apresentando discussões oriundas da teoria, como a importância da utilização de insumos biológicos, diversificação produtiva, comercialização em mercados curtos, com propostas de pautas durante as plenárias e nos debates nas rodas de conversas realizadas durante as Feiras TNF. Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa-ação foi preciso primeiro estabelecer uma relação entre o conhecimento e ação, entre o pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada e destes com a realidade. THIOLLENT (2009) diz “ser necessário uma ampla e explícita interação entre os pesquisadores e envolvidos na pesquisa e que esta não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo), mas pretende aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, bem como, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas”.

Para investigar a relevância e aplicação dos conceitos de Agricultor Familiar Camponês, Capital Social e Desenvolvimento Territorial de forma a contribuir com a atuação autônoma do Colegiado TNF, foi realizada uma revisão bibliográfica destes temas que estavam presentes na elaboração das políticas públicas para o desenvolvimento rural e por tanto, estão na base conceitual da constituição e atuação dos Colegiados Territoriais.

Para avaliar o papel da Feira TNF na geração de Capital Social, foi utilizada o método LUME de análise econômico-ecológica proposta pela AS-PTA (PETERSEN, SILVEIRA *et al.*, 2017). Para a aplicação do método foram utilizados os dados coletados nas entrevistas com quatro agricultores que participam do Colegiado e

participaram das Feiras TNF ao longo do período pesquisado. Foram então reintroduzidas nas entrevistas questões essenciais a essa discussão, quais sejam: autonomia e integração social, com o intuito de dar consistência metodológica para a análise da hipótese aqui elaborada.

1.5.1 Revisão bibliográfica

O primeiro passo para contribuir com esta discussão foi buscar na literatura definições e análises dos significados de Desenvolvimento Territorial e de Capital Social. Entre os autores revisados, destaca-se Putman, principalmente no conceito de Capital Social, no texto traduzido por Monjardim (2006). Também contribuíram na revisão bibliográfica desses temas, Cazella, Bonnal e Maluf, (2009), Abramovay, em alguns artigos de 2003, 2004 e 2005, além de Haesbaert (2010) e Amartya Sen (2000) no livro *Desenvolvimento como liberdade. Sobre Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial* foram utilizados documentos do Governo Federal e o artigo de José Eli da Veiga (2001) na discussão sobre o novo Brasil Rural. Para a discussão da diversidade e diversificação, autoconsumo, pluriatividade, reprodução social e autonomia foram revisados os artigos de Maria de Nazareth Wanderley (2003), Sérgio Schneider (2010), Gazolla e Schneider (2007) e Ploeg (2008). Sobre a questão agrária, Delgado (2005) e Hoffmann e Ney (2008). Sobre as características da região do NF foram revisados a tese de doutoramento de José Luiz Viana Cruz de 2003 e o livro *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana de 1998* de Delma Pessanha. Sobre circuitos curtos, mercados de reciprocidade e economia solidária, foram trabalhados artigos de Sabourin (2014) e Sepulcri e Trento (2010) e o livro *Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar* organizado pelo Instituto Kairós Capina em 2013. Para a análise dos dados coletados nas entrevistas e acompanhamento dos agroecossistemas foi utilizado o Método LUME de análise econômica-ecológica proposta pela AS-PTA em sua publicação *Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas* de Paulo Petersen e colaboradores de 2017 e revisado em 2021.

1.5.2 As entrevistas

Foi elaborado o roteiro semiestruturado (Anexo 1) para as entrevistas realizadas nas propriedades dos agricultores familiares do Colegiado TNF com o objetivo de

identificar suas principais características, no que diz respeito à organização produtiva, canais de comercialização, autoconsumo, reprodução social, organização social, autonomia e diversificação produtiva. O roteiro foi estruturado em três blocos: o primeiro foi concebido para uma caracterização do agricultor, com informações básicas como idade, gênero, escolaridade, localização, tamanho e tipo da propriedade, entre outras. O segundo bloco trata do trabalho e da organização do trabalho já na propriedade. São perguntas sobre a qualificação para o trabalho, cursos realizados, rotina de trabalho, culturas produzidas, equipamentos utilizados, uso de defensivos e adubos químicos ou biológicos, planejamento da produção, produção para o autoconsumo, estratégias de venda da produção, força de trabalho utilizada, renda gerada, dificuldades e necessidades. O objetivo aqui foi identificar o nível de autonomia e diversificação do agricultor.

O terceiro bloco trata do capital social e organização em redes. Aqui as perguntas objetivam-se a identificar às formas de organização social que participam tais como cooperativas, associações de moradores ou produtores, sindicatos e os motivos e as dificuldades de participar (ou não). Pretendeu-se também nesse bloco investigar a sua história e participação no Colegiado Territorial do NF, suas relações com as demais instituições do Colegiado. As entrevistas foram realizadas em quatro agroecossistemas com agricultores que participam do Colegiado TNF e participaram das Feiras TNF em 2016, 2018 e 2019.

1.5.3 Método de análise de dados AS_PTA

Para análise dos dados coletados nas entrevistas foi adotado o Método LUME de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas desenvolvido pela AS-PTA (PETERSEN, SILVEIRA, *et al*, 2017). A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A escolha por esse método se deu pela compreensão da complexidade dos agroecossistemas e pela necessidade de uma abordagem não convencional que dê conta de auferir parâmetros de difícil mensuração considerados chaves para esta pesquisa.

As metodologias convencionais de pesquisa não se mostram capazes de analisar capital social, mensurar diferenças de autonomia, diversificação produtiva e segurança

alimentar. Por isso, foi escolhido o método proposto pela AS-PTA, que em sua essência considera a importância de análise de parâmetros não convencionais. A análise proposta pela metodologia de análise econômico ecológica da AS-PTA, busca avaliar qualitativamente diferentes aspectos relacionados ao funcionamento dinâmico dos agroecossistemas, bem como as suas perspectivas de sustentabilidade. Também contribui para avaliar efeitos de mudanças significativas ocorridas no curso da trajetória e para que sejam traduzidas em um conjunto integrado de parâmetros e índices qualitativos. No lugar da mensuração de variáveis isoladas e estáticas, como é usual em diagnósticos convencionais, o método pressupõe a avaliação combinada de um conjunto amplo, interdependente e dinâmico de aspectos relacionados aos processos econômico-ecológicos do agroecossistema (PETERSEN, SILVEIRA, *et al*, 2017).

Considerando a complexidade do agroecossistema, este é um objeto de análise de difícil sistematização já que os critérios que especificam parâmetros de um determinado atributo podem interferir direta ou indiretamente em parâmetros especificadores de outro atributo. Por essa razão, os atributos devem ser compreendidos unicamente como guias orientadores da análise e não como características iminentes dos agroecossistemas analisados. Os seguintes atributos sistêmicos foram focados no exercício analítico proposto: 1) autonomia e 2) integração social (PETERSEN, SILVEIRA, *et al*, 2017).

Foram realizadas duas visitas a cada agroecossistema estudado. Os dados coletados foram sistematizados em planilhas propostas pelo método, quais sejam: linha do tempo e análise regressiva de atributos sistêmicos com a apresentação de gráficos radares comparativos dos agroecossistemas estudados em 2015 e 2019.

1.6 Estrutura da tese

A tese foi organizada em capítulos. O primeiro contém a apresentação geral do tema, as justificativas das escolhas realizadas, a hipótese aqui investigada, os objetivos gerais e específicos, assim como a estrutura da tese. O capítulo 2 trata de discutir os conceitos de agricultor familiar camponês, analisando-se o conceito de agricultura familiar camponesa, como base para diversificação produtiva, segurança alimentar e sua reprodução social. O capítulo 3 trata de debater os conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Territorial na perspectiva de utilizar os conceitos que estão na base da constituição dos recentes programas de políticas públicas de Desenvolvimento Rural

Territorial. Neste capítulo, também, discute-se a importância da geração de capital social de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento rural territorial.

O Capítulo 4 tem como objetivo analisar as estratégias para ação autônoma do Colegiado TNF. Inicia-se com uma breve descrição do Território Norte Fluminense, sua composição, características e singularidades. Na sequência, apresenta-se a atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte Fluminense, o NEDET NF, no período compreendido entre 2015 e 2016, quando da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o fim das políticas públicas para o desenvolvimento territorial com o “*impeachment*” da Presidenta Dilma. Segue abordando a atuação do Colegiado Territorial do Norte Fluminense no período que corresponde esta pesquisa, 2015 a 2019.

O Capítulo 5 trata especificamente das Feiras como estratégia de geração de Capital Social e desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, inicia-se este capítulo, tratando dos conceitos de circuitos curtos e sua relevância para a inclusão socioprodutiva do agricultor familiar. Neste capítulo apresenta-se as Feiras TNF realizadas no período de 2016 a 2019, suas potencialidades e desafios. É apresentado o resultado da análise realizada na propriedade de quatro agricultores familiares do Colegiado NF que participaram de todas as Feiras TNF realizadas.

2 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA, SEGURANÇA ALIMENTAR E REPRODUÇÃO SOCIAL

O camponês ia certamente ao mercado, mas unicamente para vender o sobejo do que produzia, e apenas comprava o supérfluo, exceto o ferro que empregava, aliás na menor quantidade possível. Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência. Esta sociedade, que se bastava a si mesma, era indestrutível. (KAUTSKY, 1980).

Considerando-se as diferentes definições e estratos sociais que distinguem a agricultura familiar, este capítulo tem como objetivo caracterizar o agricultor familiar aqui abordado, isto é, os pequenos produtores assentados, quilombolas, pescadores que constituem as instituições representativas do Colegiado Territorial do Norte Fluminense. Importante também realçar o resgate da condição camponesa deste, isto é, da sua relação de intimidade e afeto pela terra, pela sua comunidade e pela natureza viva. É este pequeno agricultor familiar camponês que raramente utiliza-se de insumos químicos, tem sua produção diversificada e que produz também para seu autoconsumo. Além disso, tem em sua base de produção a família e estreitas relações de vizinhança em sua comunidade.

A realidade econômica, social e cultural deste agricultor familiar é quase sempre marcada pela precariedade, com inúmeros obstáculos e desafios para o seu desenvolvimento e reprodução social. Foram historicamente marginalizados no Brasil pelo processo de modernização conservadoras da agricultura, que ganhou força a partir da segunda metade dos anos 1960, resultando na configuração de uma estrutura agrária marcada por desigualdades significativas. Foram duas décadas de absoluta invisibilidade que acarretou a ausência de políticas públicas direcionadas a eles. Ficaram assim a margem da discussão e planejamento do Estado e entregues à própria sorte. Pela crença dos idealizadores da Reforma Agrária do governo ditatorial de que seriam absorvidos ou pelo desenvolvimento agrário conservador e concentrador ou pela migração para as cidades, foram preconizados a extinção.

A modernização conservadora, com seu pacote da revolução verde e produção em larga escala, excluiu boa parte do pequeno produtor, seja para um lugar de pobreza, seja para as cidades, e instituiu um modo de produção e produtividade danoso para a natureza, com a adoção de insumos químicos essenciais para a produção em larga

escala. A substituição da natureza cíclica e complexa dos processos ecológicos na agricultura por fluxos lineares de matéria e energia tem gerado custos ambientais e sociais para as sociedades contemporâneas.

Apenas entre 1984 e a entrada em vigor da nova Constituição de 1988, os atores da base social rural, pobre e marginalizada, passam a ser reconhecidos. Este fato deu-se principalmente pelo resultado da luta e reivindicações por reforma agrária e apoio à agricultura familiar sobretudo dos movimentos sociais, dos sindicatos rurais e das organizações ligadas à igreja católica. A consolidação veio com a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e, depois, com a Lei da Agricultura Familiar, em 2006. A partir de então, uma série de programas de políticas públicas são direcionadas a agricultura familiar, que passa a contar também com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em contraposição ao Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), que tem seu foco no desenvolvimento da agricultura tradicional de grandes produtores, exportadores de *commodities*.

Tendo seu lugar reconhecido e valorizado, o debate que gira em torno da agricultura familiar atualmente é o da revalorização da “condição camponesa”, na busca por autonomia e do controle dos processos de produção e de trabalho. A sua base é constituída pela unidade de produção gerida pela família, que implica uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo. O termo camponês carrega consigo um importante resgate da cultura do “caipira”, que apesar de toda sorte de dificuldades à que foi submetido pela exclusão das políticas públicas mantém-se fiel a suas origens.

A superação da perspectiva técnico-econômica reducionista impõe a necessidade de apreensão da atividade agrícola como um processo econômico-ecológico que articula de forma indissolúvel a produção econômica à reprodução ecológica. O agroecossistema de gestão familiar, como todo sistema complexo, opera por intermédio da interação dinâmica entre um conjunto de variáveis internas e externas relacionadas a dimensões socioeconômicas, ambientais, culturais, políticas e institucionais (PETERSEN, SILVEIRA, *et al*, 2017).

Neste capítulo serão analisados os aspectos resultantes da “modernização conservadora” do rural pela revolução verde e da abordagem atual do agricultor familiar camponês, com o objetivo de resgatar as singularidades e complexidade deste agricultor, objeto de estudo em toda essa pesquisa. Por fim, será discutido neste capítulo as formas usuais de reprodução da agricultura familiar, quais sejam, o autoconsumo,

segurança alimentar e a diversificação produtiva. Desta forma, é esse agricultor familiar que está no cerne da discussão aqui proposta referente ao desenvolvimento rural sustentável.

2.1 A Modernização Conservadora

O agricultor familiar se apresenta, em tal pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, e que, por esta razão, sente-se comprometido com o respeito e a preservação da natureza, possuindo o que Carlos Rodrigues Brandão chamou “o afeto da terra” e o amor pela profissão (WANDERLEY, 2003).

Há pouco mais de meio século formulou-se à chamada “Questão Agrária Brasileira”, vista como a da inadequação da estrutura agrária vigente. Sobre a questão agrária na época, duas questões eram debatidas: uma em relação às condições de vida e de trabalho das populações rurais e a outra relacionada a suposta incapacidade dessa estrutura agrária de prover excedentes produtivos às necessidades da industrialização e da urbanização então em plena evidência (DELGADO, 2017).

A construção teórica e política da questão agrária brasileira ocorreu, de maneira mais sistemática, nos anos 1960 com a própria emergência da reforma agrária ao debate político. Quatro centros principais de reflexão da intelectualidade contribuíram com essa discussão: por um lado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os setores reformistas da Igreja Católica, preocupados com as precárias condições da população pobre rural e, pelo outro, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e os economistas conservadores, interessados nas necessidades da industrialização e urbanização. O argumento chave desse grupo nega a existência de uma “questão agrária”, ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante. Assim, não haveria por que falar em crise do ou no setor primário, se atendidas às funções básicas imaginadas para a agricultura no desenvolvimento econômico. (DELGADO, 2005).

No contexto da modernização conservadora da agricultura no Brasil ocorreu a aceleração do desenvolvimento do agronegócio por meio da implantação de um conjunto de instituições e políticas públicas, baseado no pacote tecnológico da "revolução verde", ou seja, mecanização, melhoramento genético, uso de adubos químicos e de agrotóxicos, o que proporcionou rápido aumento da produção e da produtividade no campo (DELGADO, 2005). Essa tentativa de igualar os ecossistemas

agrícolas a um chão de fábrica é realizada por intermédio de estratégias técnicas destinadas a substituir os processos ecológicos na escala da paisagem pela importação maciça de energia e nutrientes sob a forma de insumos e de trabalho mecânico. Desconsidera assim, a singularidade dos modos de produção e de vida da agricultura familiar, sob aspectos fundamentais a sua reprodução social quais sejam: segurança alimentar e nutricional, as relações de gênero e geração, o impacto e a adequação de políticas públicas, as estratégias de acesso a mercados e de gestão de bens comuns (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2017).

A modernização conservadora da agricultura no Brasil, com a implantação do pacote tecnológico da “revolução verde”, consolidou e legitimou a desigualdade fundiária no Brasil e a estrutura social e econômica dual do meio rural brasileiro. De um lado, um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado de produtores e residentes no meio rural que permaneceram na condição de pobreza e na precariedade, com grande dificuldade de acesso aos mercados para escoamento da produção dos excedentes que conseguem ter. Essa condição os submete a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução (WANDERLEY, 2003).

Este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.). Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (DELGADO, 2005).

Com a implantação maciça do pacote da revolução verde, produção e produtividade agropecuária são incrementadas, sem mudança da estrutura agrária e degradação sem precedente das relações sociais e ambientais. A modernização agrícola representou a consolidação e legitimação, pela via autoritária, da forma desigual com que os recursos, especialmente a terra, foram apropriados e alocados na história do Brasil (SCHENEIDER, 2010). Sob circunstâncias históricas e políticas muito distintas,

há uma linha de continuidade na estrutura agrária no Brasil da reprodução da estrutura altamente desigual de posse e uso da terra.

Os dados do censo publicados em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária, uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cuja base eram o latifúndio monocultor e o trabalho escravo, permanece até hoje (HOFFMANN E NEY, 2010).

Quando se analisa a modernização agrícola exclusivamente em relação aos resultados técnicos, na elevação da produção e da produtividade, pode-se até considerar que tenha obtido relativo sucesso. No entanto, quando se analisa esse processo sob outros critérios e perspectivas, conclui-se que foi responsável pela consolidação da estrutura social e econômica dual que caracteriza o meio rural brasileiro até hoje (SCHNEIDER, 2010).

A distribuição da terra e a participação na produção mantêm-se quase inalteradas desde a década de 1970, indicando que a modernização agrícola lançou raízes profundas (SCHNEIDER, 2010).

A alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares ficam evidenciados pelos dados publicados em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Eles representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total (IBGE, 2009).

Na análise pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a disparidade na distribuição da posse da terra é tão elevada que, em 2008, os 50% menores empreendimento agrícolas ocupavam 2,2% da área total agrícola, enquanto os 10%, 5% e 1% maiores se apropriavam, respectivamente, de 79,4%, 69,1% e 41,9% da área. Os dados da PNAD abrangem apenas quem tem atividade principal de empregador ou conta própria na agropecuária. Embora eles não contemplem todo tipo de atividade primária, a agricultura deve ser uma importante fonte de renda para o entrevistado (HOFFMANN E NEY, 2010).

No Brasil o ganho de produtividade das *commodities* não foi seguido de alterações na estrutura fundiária. Houve aumento na concentração da posse da terra, no empobrecimento dos agricultores familiares, no êxodo rural e na degradação da base

dos recursos naturais. Segundo HOFFMANN E NEY (2010), a desigualdade de renda na agricultura é a mais alta entre os setores e é caracterizada por uma proporção substancialmente maior da renda apropriada por quem está na cauda superior da distribuição do que nos demais setores. Assim, a participação dos 1% mais ricos na renda total quase sempre supera a participação dos 50% mais pobres.

A partir da revolução verde, formou-se por um lado, um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade (SCHNEIDER, 2010).

Consolidou assim, as “raízes históricas da formação do campesinato brasileiro” (WANDERLEY, 2003) e determinou o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Primeiramente de um lugar negado, não reconhecido, de “assalariados do solo” e de “agricultores sem-terra” (WANDERLEY, 2002). Um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução.

A estrutura fundiária dual do Brasil é formada por aproximadamente 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2009), dos quais 84,4% são unidades familiares e 15,6% não familiares, chamadas patronais. Esses dois universos de estabelecimentos, classificados pelo critério de área em hectares que dispõem, podem ser divididos, grosso modo, em quatro grupos ou categorias sociais.

A primeira categoria é formada pela parcela atrasada e tradicional dos grandes proprietários, que usam a terra para fins especulativos e como reserva de valor e formam uma elite rural que sobrevive à base de atividades extensivas. O segundo grupo, formado pela outra parte dos grandes proprietários, é constituído por modernas empresas agropecuárias em geral dedicadas à agricultura de escala com produção de grãos (soja e milho), algodão, café, cacau, laranja e, sobretudo, cana-de-açúcar para produção de etanol. A terceira categoria é composta pela agricultura familiar modernizada, que possui propriedades de tamanho médio, inseridos em cadeias de produção comandadas por agroindústrias dos setores de grãos, aves, suínos, tabaco, leite e outros. As grandes empresas agropecuárias assim como dos agricultores familiares integrados aos mercados, respectivamente a segunda e a terceira categoria, constituem a

base social, econômica e política do que se convencionou chamar de “agronegócio brasileiro” (SCHNEIDER, 2010).

Ainda segundo SCHNEIDER (2010), a quarta categoria é formada pela agricultura familiar camponesa e por populações rurais com pouca terra ou mesmo sem terra, que produzem produtos tradicionais da dieta alimentar brasileira, como mandioca e feijão, embora grande parcela consiga produzir apenas o necessário para sua subsistência. Inclui as populações tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros, que constituem a população rural pobre do meio rural brasileiro. Os índices de analfabetismo são elevados nesse grupo social e seu traço principal é a precariedade no acesso a recursos e ativos, tais como meios de comunicação (estradas) infraestrutura (telefone, saúde), além da dificuldade de acesso aos mercados para escoamento da produção dos excedentes que conseguem obter.

São esses agricultores familiares que estão no cerne da discussão aqui apresentada, que encontraram nas políticas públicas adotadas a partir de 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento territorial (SDT) do MDA, possibilidade de ascenderem, preservando sua identidade, valorizando seu estilo de vida e encontrando nos circuitos curtos de comercialização as condições de escoamento do excedente de sua produção. São esses agricultores também que participam do Colegiado Territorial do Norte Fluminense o que será mais detalhado no Capítulo 4 desta pesquisa.

A seguir será levantada uma discussão pertinente e importante de caracterização desse agricultor: a sua condição camponesa. Essa discussão se faz importante aqui, pois no cerne da discussão de Capital Social e Desenvolvimento Territorial apresentados no capítulo três e em toda a discussão desta pesquisa, coloca-se a importância do resgate e preservação da cultura, da identidade do agricultor familiar para seu desenvolvimento e condição de reprodução social. No capítulo cinco, discute-se a importância dessa ressignificação como forma de valorização também de seus produtos e consequentemente de sua comercialização.

2.2 O Despertar do Camponês

O ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela “revolução da lua”, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência de festas e o contato com as povoações; pelo ano que contém a evolução das sementes e das plantas. A vida do caipira é fechada em si mesma, como a vida destas. A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o a resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o

pensamento de todas as horas. Assim, o ano agrícola é a grande e decisiva unidade de tempo. (CÂNDIDO, 2010).

Antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Apenas no período recente, temporalmente circunscrito ao final da ditadura militar, entre 1984 e a entrada em vigor da nova Constituição de 1988, se inaugura um momento em que os atores da base social pobre e marginalizada do Brasil rural passam a ser ouvidos. Os movimentos sociais surgidos em meados da década de 1980, o sindicalismo rural e as organizações ligadas à Igreja católica da pastoral da terra e não governamentais como o MST são alguns dos agentes da pressão política que vai inaugurar uma nova etapa nas lutas e reivindicações por reforma agrária e apoio à agricultura familiar (DELGADO, 2005).

A consolidação veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o decreto presidencial n. 1.946 (28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326, de 2006). A partir de então, estabelece-se o marco legal da agricultura familiar, permitindo a sua inserção nas estatísticas oficiais e estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (IBGE, 2009).

São relativamente bem conhecidos os números sobre a agricultura familiar no Brasil. Trata-se de uma categoria social que representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiro, 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advêm desse setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%) (IBGE, 2009).

Atualmente, o que há de novo no cenário, desde que a agricultura familiar reafirmou sua legitimidade social, política e acadêmica, é a necessidade e a pertinência de caracterizar os agricultores familiares como camponeses, o que resulta na criação de termos como agricultura familiar camponesa. Para PLOEG (2008), há um processo de

recampesinização, que implica uma revalorização da “condição camponesa”, em busca por autonomia e ao controle dos processos de produção e de trabalho. O campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, nesse caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família.

Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. (WANDERLEY, 2003). O que lhes confere essa identidade está no fato de que constituem um vasto contingente social que possui acesso precário aos meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações parciais e insuficientes sobre os canais de escoamento de sua produção. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante onde trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social (SCHENEIDER, 2010).

Segundo PLOEG (2008), central para a condição camponesa é luta por autonomia, sobrevivência e progresso em um contexto hostil caracterizado por relações de dependência, privação e marginalização. Esta luta aspira à criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada, que leva em conta formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que interage com o mercado, permitindo sobreviver e que positivamente realimenta e fortalece a base de recursos, melhorando assim o processo de coprodução e aumentando a autonomia requerida.

Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos.

Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003).

Essa condição camponesa que se destaca aqui, é fundamental para sua distinção e caracterização, uma vez que é esse agricultor familiar que busca por autonomia através do autoconsumo, segurança alimentar e diversificação produtiva. São essas

características que possibilitam sua reprodução social, o acesso aos circuitos curtos para o escoamento de sua produção e a garantia do uso mais racional da natureza, oferecendo assim um produto mais saudável tanto para si como para a sociedade. Esse modo de produção preconizado, dificilmente utiliza-se de adubos e fertilizantes químicos. No que prevalece a diversificação produtiva, contribuem para o regate da natureza e garante a sua segurança alimentar. É um ciclo fechado entre o homem e a natureza que beneficia a todos.

2.3 Autoconsumo, Reprodução Social, Segurança Alimentar e Diversificação Produtiva

A produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção "pro gasto", é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo (GRISA E SCHNEIDER, 2008). O autoconsumo alimentar pode ser definido como aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades". (GAZZOLA E SCHNEIDER, 2005).

Os camponeses organizam a unidade familiar e produtiva de modo a atender a sua subsistência. Os camponeses cultivam várias espécies de alimentos - mantêm a horta, a produção de frutas, a lavoura, a produção de animais domésticos - caçam, pescam e ainda se utilizam quando necessário de formas complementares à subsistência (GRISA E SCHNEIDER, 2008).

A maior importância da produção para autoconsumo na agricultura familiar é a de gerar a segurança alimentar das famílias e a de garantir a sua reprodução social. A sua relevância está justamente no fato de ser uma produção que é obtida pelo próprio agricultor e pela sua família e que perfaz uma parte integrante da dinâmica maior de reprodução social e alimentar das mesmas.

O autoconsumo por ser uma forma de ingresso não monetária das unidades familiares pode manter uma certa autonomia relativa em relação ao contexto social e econômico em que se integram. Assim, a vida do pequeno agricultor depende do equilíbrio que puder manter, de um lado, entre o volume de produção e os gastos em dinheiro; de outro, o consumo familiar e as vendas (CÂNDIDO, 2001). O certo é que sua manutenção e persistência dependerão das distintas e heterogêneas formas de

interação social, cultural e econômica com o capitalismo e de sua capacidade de afirmação em circunstâncias de espaço e de contexto histórico (SCHNEIDER, 2010).

Assim, na medida em que o sistema produtivo do agricultor passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que aos poucos vai comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida (SCHNEIDER, 2010).

Isso significa que não se fabrica mais açúcar, nem se limpa arroz em casa. Como aconteceu com a farinha de milho, predomina o hábito de recorrer aos estabelecimentos de benefício da vila onde se compram açúcar e banha. Trata-se, pois, de um acentuado incremento de dependência que destrói a autonomia do grupo de vizinhança, (sistema amplo de troca sob a forma de presente) incorporando-o ao sistema comercial das cidades. E, ao mesmo tempo, uma perda ou transferência de elementos culturais, que antes caracterizavam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio (CÂNDIDO, 2001).

Com a produção para o autoconsumo, na medida em que os alimentos possuem valor de uso para os agricultores, geralmente serve para manter e fortalecer relações sociais com a família e vizinhança (CÂNDIDO, 2001). Mais que alimentar necessidades vitais, nesses casos, a produção para o autoconsumo alimenta sociabilidades, firma relações entre vizinhos, estabelece compromissos, consolida a vida comunitária e uma estrutura social importante para reprodução social das unidades familiares.

Os princípios da segurança alimentar que estão relacionados à produção para auto provisionamento são, de acordo com GAZOLLA E SCHNEIDER (2005), o do acesso permanente de alimentos que esse tipo de produção proporciona; o da qualidade nutricional dos alimentos; o princípio do fornecimento das quantidades de alimentos adequadas às necessidades alimentares do grupo doméstico; o fornecimento de uma alimentação que atenda e esteja de acordo com os hábitos e a “cultura” alimentar dos agricultores familiares; e, uma alimentação diversificada em relação aos tipos de alimentos que são consumidos pelas famílias rurais.

Nas unidades produtivas em situação de fragilidade social e de insegurança alimentar, há uma tendência a especialização produtiva e econômica em detrimento da produção diversificada de diferentes tipos de alimentos para consumo. Assim, ainda de acordo com GAZOLLA E SCHNEIDER (2005), a produção para autoconsumo é também ter uma alimentação diversificada, balanceada e composta de vários tipos de

alimentos. Para esses autores, a geração da segurança alimentar na agricultura familiar caminha no sentido de diversificar a produção interna das unidades familiares, com vistas a restabelecer a capacidade produtiva de alimentos básicos e saudáveis.

Esta luta aspira à criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada, que leva em conta formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que interage com o mercado, permitindo sobreviver e que, positivamente, realimenta e fortalece a base de recursos, melhorando assim o processo de coprodução e aumentando a autonomia requerida (PLOEG, 2008). Nesse caso, cabe um processo de reconversão produtiva e econômica das regiões em que a agricultura familiar ingressou no padrão produtivista de desenvolvimento.

Sem a produção para autoconsumo fortalecida, não se gera as condições objetivas e materiais para fazer frente a um processo de diversificação das fontes de renda e das atividades produtivas (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2007). Segundo SCHNEIDER (2010), as formas de trabalho e produção que se organizam e reproduzem sob a combinação tripartite entre família, propriedade de terra e recursos econômicos são promotoras da diversidade.

A revolução verde e a modernização conservadora modificaram a forma de produzir, fazer agricultura e ocupar o campo. Desempenhou e ainda desempenha papel central no acirramento da crise ambiental e social na agricultura e no mundo rural. Esse modelo produtivista transformou a agricultura e a aproximou do processo industrial, através da mecanização, da modificação genética e do uso de insumos químicos. A agricultura foi artificializada e passou a ser organizada a partir da lógica do capital. Um dos grandes expoentes hoje da problemática ambiental no campo são os agrotóxicos e suas implicações sobre o meio ambiente e a saúde humana (DELGADO, 2017).

A estratégia de reprodução do processo de trabalho é o principal fator de distinção entre o típico modo de produção camponês e o típico modo de produção empresarial. Enquanto a gestão empresarial se orienta por estratégias de reprodução fortemente dependentes dos mercados, a gestão camponesa busca construir um afastamento estratégico com relação aos mercados a fim de assegurar uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2017).

Nesse contexto, a Agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa e sua configuração nos movimentos sociais, passaram a chamar atenção através de formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o

agravamento dos problemas sociais e ambientais no campo brasileiro. A construção de sistemas sociais e econômicos diversificados, regulados e controlados, apresenta-se desta forma como uma alternativa à tendência à centralização, concentração e especialização promovidas pelo capitalismo.

O futuro da agricultura e do mundo rural será determinado pelo modo como os agrupamentos humanos serão capazes de gerir a diversidade das espécies, dos solos e dos ecossistemas em que vivem. Há três níveis de efeitos a partir da diversificação e da diversidade: aumento do portfólio de atividades e produtos ofertados pelos agricultores, o que amplia as alternativas para sua inserção nos mercados e reduz a sazonalidade e estagnação da renda agrícola; a diversificação reduz a dependência das flutuações setoriais de preços e gera inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que podem ser poupadoras de recursos; implicam novas formas de manejo e uso de plantas, dos animais e do espaço, tornando as propriedades e a própria paisagem diversificada (SCHNEIDER, 2010).

A diversificação também possui efeitos sobre a sociabilidade, uma vez que os níveis de satisfação dos agricultores diversificados tendem a ser maior porque possuem maior interação com os consumidores/clientes ou mesmo com a comunidade local. Em nível da economia local e do território, os efeitos da diversificação são perceptíveis em face de que regiões com economias locais diversificadas podem criar ambientes favoráveis ao seu desenvolvimento e inserção produtiva. A análise da diversificação dos meios de vida implica o que PLOEG (2008) denominou de “a luta constante pelo fortalecimento da base de recursos disponíveis por parte dos agricultores e de sua capacidade de luta constante por autonomia e liberdade”.

O potencial das formas camponesas de agricultura, capazes de articular estratégias mais autônomas baseadas na construção de novas relações com a natureza, na reprodução dos laços de reciprocidade e na capacidade de produzir novidades técnicas e organizacionais estavam nas bases dos programas públicos de desenvolvimento rural sustentável. Trata-se de novas formas de fazer agricultura com atores sociais portadores de projetos e capacidades para delinear suas trajetórias de vida segundo os próprios repertórios culturais. É neste sentido que se discute no próximo capítulo a alternativa de utilizar o Capital Social e Desenvolvimento Territorial para fortalecer as relações de cooperação e confiança dos agricultores familiares do Colegiado TNF na direção da sua autonomia. As políticas públicas implementadas no

Brasil, a partir de 2003, que consideram estes elementos essenciais para o desenvolvimento rural sustentável, serão analisadas.

3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS

Este capítulo objetiva contribuir com a discussão anteriormente apresentada de fortalecer as relações de confiança e cooperação entre os agricultores familiares e assim, favorecer sua autonomia e reprodução social. Dois conceitos que vem sendo debatidos são os de Capital Social e Desenvolvimento Territorial para o desenvolvimento sustentável do meio rural e o fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Esses dois conceitos estão na base dos programas implementados pelo Governo Federal a partir de 2003, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), lotada no extinto MDA. Entre os programas que serão explorados aqui estão os de fortalecimento dos Colegiados Territoriais, na busca da sua atuação autônoma. Como será detalhado mais adiante, os Colegiados Territoriais têm o potencial de serem geradores de capital social. Como o próprio nome antecipa, são espaços coletivos geridos autonomamente por instituições do território. No caso aqui estudado, o Colegiado é composto por instituições do Território Norte Fluminense.

Importante salientar que o Colegiado Territorial é composto por instituições e não por pessoas. Esse destaque torna-se relevante quando do entendimento do conceito de Capital Social. Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios muito mais do que em promover o crescimento de uma atividade econômica (ABRAMOVAY, 2003). Trata-se de delegar a gestão territorial aos agentes locais (sociedade civil, representantes políticos e de ONG, empresariado, entre outros), tendo como objetivo dinamizar o capital social territorial, ou seja, as interações sociais, políticas e econômicas singulares a cada território (CAZELLA, BONAL *et al*, 2009). Assim, o fortalecimento dos Colegiados Territoriais pode contribuir para a geração do Capital Social.

Outro ponto a ser compreendido é sobre a definição de Territórios. Os territórios não são entidades dadas por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir (ABRAMOVAY, 2003). No que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática,

inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural. (CAZELLA, BONAL *et al*, 2009).

3.1 Capital Social: confiança e cooperação

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua PUTNAM (1996).

O conceito de Capital Social é trazido a essa discussão por dois motivos: primeiro por ele estar na base da construção dos programas de desenvolvimento territorial, aqui apresentados e debatidos e pela hipótese apresentada de as feiras serem geradoras desse capital e assim fortalecer os laços de confiança e cooperação entre as instituições do Colegiado Territorial do Norte Fluminense no sentido de contribuir para o desenvolvimento rural territorial. A citação que inicia esse item traduz de forma singular as bases da geração de capital social, que são a confiança e a cooperação e como juntas são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa.

Como será visto mais adiante, a confiança é a base da cooperação. Essa confiança é construída ao longo do tempo e a cooperação é fundamental para a superação da adversidade das condições dos agricultores familiares constituídas historicamente. As relações sociais constituem um patrimônio não visível, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam eles individuais ou coletivos. Nesse sentido, se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação (CAZELLA, BONNAL *et al*, 2009).

BOURDIEU (1986) define o conceito de Capital Social como “a soma dos recursos reais ou virtuais que indivíduos ou grupos de indivíduos adquirem devido ao fato de possuírem redes duráveis de relacionamentos sociais mais ou menos institucionalizados de reconhecimento e conhecimento mútuos, ou em outras palavras, a participação em um grupo”. Para PUTNAM (1996), “o capital social provém do envolvimento do indivíduo em atividades coletivas, o que, conseqüentemente, promove a construção de redes de confiança recíproca. O capital social é entendido como um

conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas”. O capital social promove cooperação social e pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva. A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança.

A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança é um acúmulo de conhecimento, uma previsão do comportamento de um ator independente. Assim, a confiança e a cooperação dependem de informações fidedignas sobre o comportamento passado e os atuais interesses de virtuais participantes, ao passo que a incerteza reforça os dilemas da ação coletiva. Quanto maior for a comunicação entre os participantes, maior será a sua confiança mútua e mais facilidade eles terão para cooperar (PUTMAN, 1996).

Você não confia em que uma pessoa (ou uma entidade) fará alguma coisa simplesmente porque ela disse que irá fazer. Você só confia porque, conhecendo a disposição dela, as alternativas de que dispõe e suas consequências, a capacidade dela e tudo o mais, você espera que ela preferirá agir assim (PUTNAM, 1996).

O capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais. Tal como o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais. Uma vez tendo criado suas primeiras instituições de pequeno porte, um grupo de indivíduos pode utilizar o capital social assim gerado para solucionar problemas de maior monta por meio de mecanismos institucionais mais complexos (PUTNAM, 1996). O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura” (ABRAMOVAY, 2003).

O capital social seria resultado principalmente de uma configuração institucional propícia à produção de confiança interpessoal (HIGGINS, 2005).

Os sistemas de participação cívica, como associações comunitárias, as cooperativas, os partidos de massa, entre outros, que representam interação horizontal, são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam

capazes de cooperar em benefício mútuo. O acúmulo de confiança e capital social por um determinado grupo de pessoas potencializa a capacidade individual e coletiva por meio de práticas colaborativas (COLEMAN, 1990). Dessa forma, um dos grandes benefícios das redes de cooperação é sua capacidade de proporcionar, em seu interior, as condições necessárias para a emergência da confiança e do capital social. O estoque de capital social de uma rede facilita o acesso de instituições e de indivíduos a oportunidades e a iniciativas de ação colaborativa. Para a realização de tais atividades conjuntas e para o fortalecimento de seu poder competitivo, uma rede de instituições devem estabelecer objetivos e metas comuns a todos os seus integrantes, obtendo uma coesão entre todas as organizações participantes de tal parceria.

A construção de redes de cooperação e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos, sociais e econômicos. Entender sua constituição pode levar à sua utilização, como mais um recurso, em favor do desenvolvimento e da inclusão social de seus integrantes. Para isso, deve-se ter em conta que as redes de cooperação se constituem em canais pelos quais passam informação e conhecimento.

Para INOJOSA (1999) uma rede está relacionada a conceitos de trocas, interações, relacionamentos, cultura e valores e pode envolver e promover relações interpessoais, intraorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. Ao participar de uma rede, as instituições passam a ser percebidas com distinção em sua área de atuação, além de receber maior crédito e reconhecimento por parte do público, garantindo maior legitimidade nas ações e redimensionando a sua importância em seu contexto institucional. Além disso, surgem possibilidades para o estabelecimento de relacionamentos com universidades locais, fornecedores e agências estatais que as pequenas instituições individuais não poderiam estabelecer.

O Colegiado TNF pode ser considerado como uma rede autônoma ou orgânica, que são redes constituídas por participantes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente e controlada por pactuação. Neste tipo de rede, os atores são impulsionados por uma ideia mobilizadora, ou seja, compartilhar ideias e informações é fundamental para manutenção do sucesso de uma rede, tendo em vista a construção de uma identidade (INOJOSA, 1999).

As comunidades podem planejar a otimização produtiva dividindo o capital social em três formas de tipos de relações nas redes sociais de cooperação, quais sejam,

capital social de ligação, entre iguais, capital social de ponte, entre comunidades semelhantes e capital social de conexão, ou seja, laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade: i) confiança e comprometimento; ii) ampliação das fontes de informações e conhecimento; iii) acesso às instituições e ao poder. (MARTELETO E SILVA, 2004). No capítulo seguinte será realizada a análise da rede de cooperação que constitui o Colegiado TNF identificando as redes de instituições que geram capital social de ligação, de ponte e conexão.

3.2 Territórios: Novas Abordagens, Novos Desafios

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Outro conceito importante para esta pesquisa é o dos Territórios e suas Territorialidades. Como com o Capital Social, o conceito de Território está na base das recentes políticas públicas brasileiras de desenvolvimento rural sustentável. O Território passa a ser considerado o ambiente propício para geração de capital social, uma vez que é nesse espaço que se constituem as redes, as relações de confiança e cooperação capazes de gerar capital social. Segundo BEDUSHI FILHO E ABRAMOVAY (2004) os territórios “não são apenas o espaço geográfico neutro no qual empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão-se tornando verdadeiros atores, pela interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado”. Para Abramovay (2003) a ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações, possui um tecido social, uma organização complexa, identitária, feita por laços sociais e comunitários que vão além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações.

Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2003).

A partir dos anos 1960, o território passa a ser qualificado pelo seu uso social. Mais recentemente, o território passa a ser visto também como um espaço de referência cultural, e, dessa forma, espaço que se qualifica pelo significado a ele atribuído por um dado grupo ou segmento social, reconhecendo-se assim, diversas territorialidades sobrepondo-se num mesmo espaço, acarretando num complexo espaço de relações complementares e conflitantes (CAZELLA, BONNAL *et al*, 2009).

Assim o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, em contraposição do território uni funcional proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica. A territorialidade diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2010). Essas territorialidades estão em tensão constante, “tensões de territorialidades”, e se dão entre os mais diversos interesses sociais, sejam eles empresariais, comunitários ou governamentais. (CAZELLA, BONNAL *et al*, 2009). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo, e, obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados. (HAESBAERT, 2010)

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2010)

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi criada, em 1994, uma divisão de desenvolvimento territorial cujo primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais.

A abordagem territorial, assim, exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada. Em particular, ela proporciona um modelo organizacional de redes locais de pequenas e médias empresas. (CAZELLA, BONAL E *et al*, 2009). Os espaços rurais, nesse estilo de desenvolvimento, não se reduzem às atividades agrícolas, mas são espaços sociais plurissetoriais estruturados por redes produtivas, familiares, profissionais etc.

A questão territorial no meio rural tem destacado o papel das redes formadas por ONGs, associações comerciais, empresários locais, agências de desenvolvimento, produtores e suas organizações, agroindústrias etc. O reconhecimento de uma multiplicidade de atores tende a valorizar os processos negociados e as alianças políticas capazes de mobilizar os recursos locais, ampliando as possibilidades de reprodução social e econômica dos habitantes dos espaços rurais (CAZELLA, BONAL *et al*, 2009).

O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios (ABRAMOVAY, 2003).

Para dar conta dessa realidade, as políticas públicas passaram a considerar a abordagem territorial, com recortes e arranjos institucionais distintos, dentre os quais se destacam os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), os Territórios da Cidadania e Consórcios Públicos Intermunicipais como importantes instrumentos de desenvolvimento territorial. Nas últimas décadas, no Brasil, o território passou a ser uma referência para alternativas socioeconômicas, pensando o desenvolvimento para além dos centros urbanos e afirmando a importância do rural no âmbito do desenvolvimento.

A partir de 2003, as políticas públicas com abordagens territoriais começam a ser implementadas com ênfase ao Programa Territórios da Cidadania (PTC) criado pela Casa Civil e conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA). O objetivo foi criar organizações intermediárias, além dos limites municipais, mas aquém dos próprios Estados, para a construção conjunta de projetos estratégicos, ao alcance da participação real dos grupos sociais neles interessados. Tais projetos passaram a ser a base de uma nova relação entre atores locais e o Estado, a partir de contratos de desenvolvimento, pela participação ativa de seus atores e não mais apenas pelas transferências controladas de recursos (BEDUSHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Para a definição dos territórios rurais existentes no Brasil buscou-se uma caracterização mais aperfeiçoada desses territórios, diferente, portanto, do critério adotado nas estatísticas oficiais utilizando bases de informações secundárias, geopolíticas e demográficas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente aos municípios e às microrregiões geográficas do Brasil (SDT/MDA 2005b).

Há uma forte crença no Brasil de que sua intensa urbanização transformará a população rural em mera relíquia de um ultrapassado subdesenvolvimento.

Segundo dados oficiais, 75,6% da população já residia em áreas urbanas em 1991, proporção que atingiu a 81,2% em 2000. Já há quem profetize algo em torno de 90% em 2015. Uma “trajetória histórica evolutiva” que extingiria a população rural por volta de 2030. Nessa ótica, a importância relativa da sociedade rural já é tão pequena, que torna pouco relevante qualquer política voltada à sua dinamização, além de dispensar a definição de alguma estratégia específica. No fundo, supõe-se que dar mais atenção ao Brasil rural seria como “gastar vela com mau defunto”, já que mais dia menos dia todos estarão nas cidades. Por isso, nenhuma discussão séria sobre o assunto pode começar se não for desfeita a dupla confusão – estatística e histórica – que sustenta esse traiçoeiro fatalismo (VEIGA, 2001).

Nessa caracterização são identificados três grupos de territórios: os urbanos, os intermediários e os rurais. Os Territórios Rurais foram definidos como sendo aqueles que se identifiquem dentre microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes/km² e população média por município de até 50 mil habitantes. O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade (SDT/MDA, 2005a).

Segundo a SDT/MDA (2005a), a abordagem territorial se justifica por vários aspectos, entre os quais: a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando a promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território e a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

O Território Norte Fluminense foi constituído por decisão administrativa, considerando como espaço físico a Região Norte Fluminense. Apesar desse tipo de arranjo físico administrativo estar presente em boa parte dos territórios constituídos a partir da política territorial, aqui no Norte Fluminense, traz severas consequências. A região Norte Fluminense é uma das maiores em termos de extensão. Não houve aqui nenhum diálogo para definição territorial prevista na teoria, em relação dialógica com a população local. Além disso, ou talvez essa seja a causa, a região Norte Fluminense possui características singulares, intrínsecas ao seu contexto histórico, de desenvolvimento fincado nas elites agrárias e posteriormente transmitidas as elites políticas da região, assunto que será tratado no capítulo 4.

3.3 Políticas de Desenvolvimento Rural: capital social e desenvolvimento territorial

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado após o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sua criação foi resultado da luta camponesa pela terra e por um modelo de desenvolvimento emancipatório, contra o estado de sujeição as políticas de interesse capitalista, elaboradas pelo ministério do agronegócio, o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA). Esta separação nas políticas e planos de desenvolvimento é resultado das constantes lutas da Via Campesina, principalmente pelas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Baseado principalmente nos conceitos de Capital Social e Desenvolvimento Territorial, em 2003, o Governo Federal, criou a SDT, lotada no MDA com a proposta de uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais. Foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora.

A criação desta Secretaria foi resultado de uma nova maneira de conceber e de implementar políticas públicas que enfatizem o desenvolvimento rural sustentável como elemento propulsor de mudanças sociais importantes, considerando a descentralização da gestão e a participação social. Assim, a perspectiva da abordagem territorial, considera as múltiplas dimensões e as inter-relações contidas em uma população diversificada e com necessidades e potencialidades distintas. (SDT/MDA 2005a).

Em junho de 2005 a SDT/MDA lança o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, com o objetivo de orientar a implementação das ações abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, constante do Plano Plurianual 2004-2007. O objetivo do plano era redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais,

através da ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário; promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (SDT/MDA, 2005b).

Durante o processo de identificação dos Territórios Rurais, entendeu-se que alguns territórios se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros, e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas. Nesse contexto, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC). O Programa tinha como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Conforme dados oficiais do Governo, publicados no site do programa, no primeiro ano de funcionamento foram beneficiados 60 territórios. Já, no segundo ano, esse número aumentou para 120 territórios em todo o País. Foram beneficiados 1.852 Municípios (33% dos municípios brasileiros), com uma população rural de 13,1 milhões (46%), sendo 1,9 milhão (46%) de agricultores familiares, 525,1 mil famílias (67%) de assentados da reforma agrária 210,5 mil (54%) pescadores, 810 (66%) comunidades quilombolas e 317 (52%) terras indígenas.

Para a SDT/MDA, (2005b) os Colegiados Territoriais são elementos fundamentais da estratégia de desenvolvimento territorial. Toda a estratégia de promoção do desenvolvimento em territórios rurais está baseada na busca do pleno funcionamento desses espaços. É assim que se pretende fortalecer institucionalidades participativas e estáveis, que confiem e cooperem entre si, capazes de gerir, em longo prazo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Os Colegiados Territoriais são compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade em cada território. Em comparação com a composição dos Territórios Rurais, amplia-se no Programa Territórios da Cidadania a estrutura desses colegiados. Eles possuem uma coordenação executiva de composição paritária, que prevalece a participação de representantes da sociedade civil (em geral com 2/3 dos componentes dessas arenas). Entre as atribuições dos Colegiados Territoriais destacam-se: i) divulgar as ações do programa; ii) identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento; iii) promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; iv) contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; v) sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; vi) exercer o controle social do programa.

Em 2011, o Programa Territórios da Cidadania, sofre uma desestruturação, com interrupção dos repasses financeiros, saída dos assessores e articuladores territoriais e desmobilização, em alguns territórios, dos atores que compunham os colegiados locais. Desde o final de 2012 houve uma tentativa de retomada dos programas, em especial no contexto da SDT. No caso do PTC isso se refletira na substituição das Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), que abrangeram também os demais Territórios Rurais.

Impossibilitado de repassar recursos para Organizações não Governamentais e outros órgãos de representação social por medida provisória do próprio governo, a presidenta Dilma Rouseef resolveu acionar as Universidades. O objetivo era contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica. Assim, foram apoiados financeiramente projetos de implementação e manutenção de NEDET por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial.

O Objetivo geral dos NEDETs era de substituir os CIATs para continuar a contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Uma primeira etapa foi realizada em 2013, um projeto piloto, sob encomenda abrangendo 56 Territórios / Núcleos, 8 Estados e 10 Universidades, como pode-se observar na Figura 1.

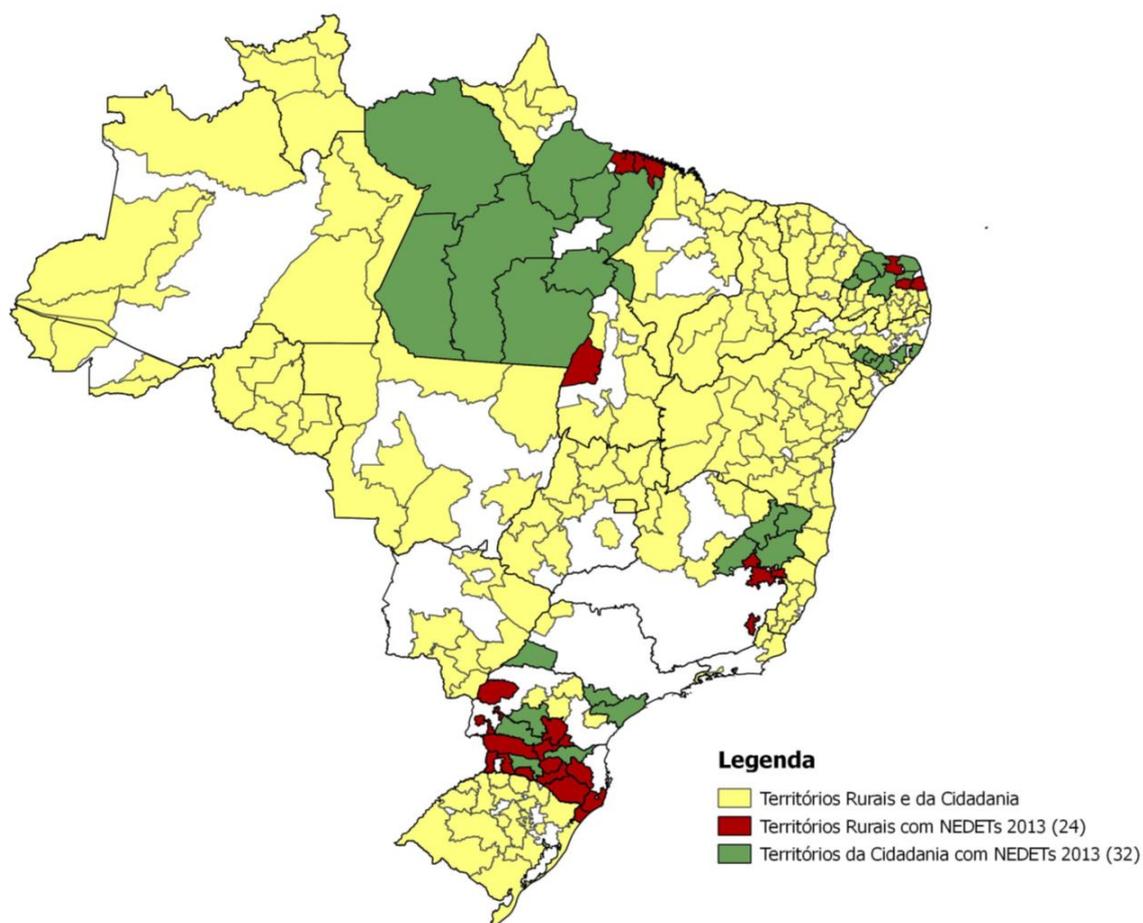


Figura 1: Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) implementados pelo país, projeto piloto (2013)

Foram implementados 193 NEDETs pelo Brasil, através de 51 instituições de ensino, como pode-se observar na Figura 2:

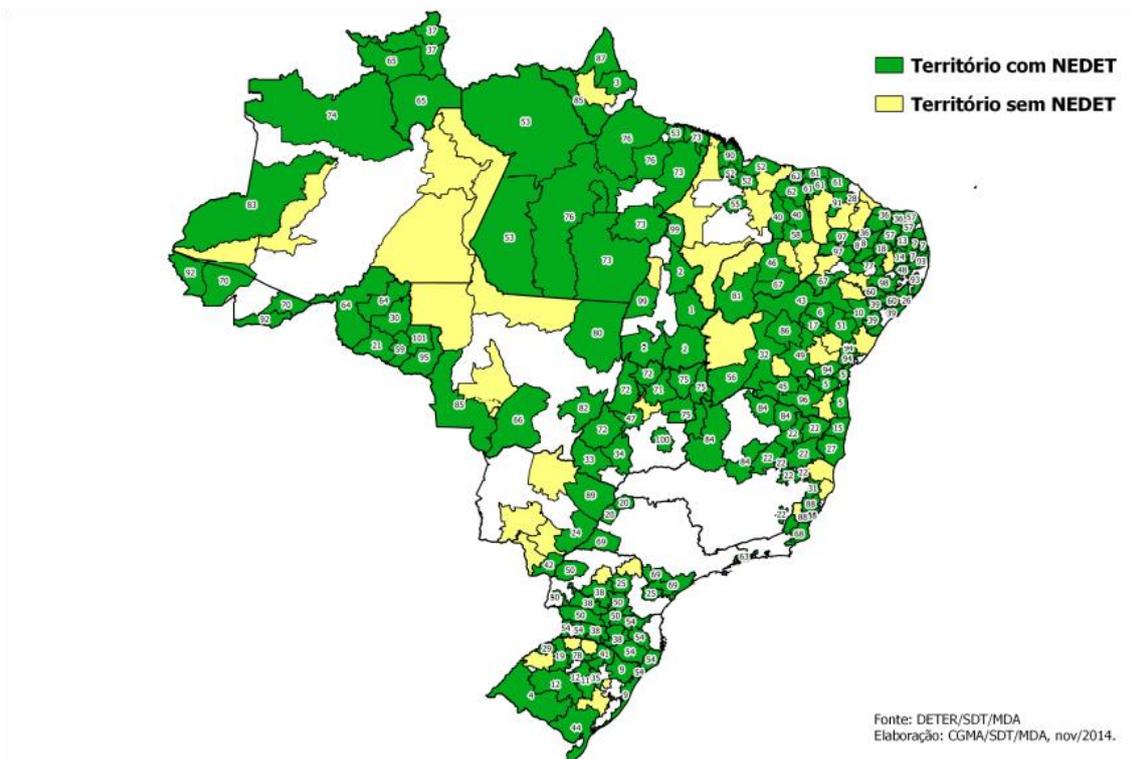


Figura 2: Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) implementados em parceria com as universidades (2014).

As equipes dos NEDETs eram compostas por um Assessor Territorial para gestão Social, um Assessor Territorial para Inclusão Produtiva, um Coordenador de Núcleo, um Agente de Mobilização e participação de mulheres rurais no Colegiado Territorial e um estagiário. Os objetivos específicos de atuação dos NEDETs era o Monitoramento, avaliação e assessoria técnica aos Colegiados Territoriais; Apoio à realização de atividades territoriais; Difusão de métodos e tecnologias sociais voltadas para a gestão social; Produção de dados, informações e conhecimentos com vistas à elaboração de pesquisas; Assessoria técnica para articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais.

No capítulo seguinte, será apresentada a atuação do NEDET NF, sua constituição, os desafios e conquistas realizadas, entre 2015 e 2016. Será também discutido o Colegiado Territorial do Norte Fluminense, desde sua origem em 2003 e os resultados de sua atuação no período de 2015 a 2019. Para um melhor entendimento das peculiaridades tanto da atuação do Colegiado TNF e do NEDET NF, inicialmente será apresentado o Território Norte Fluminense.

4 O COLEGIADO TNF: SOCIEDADE CIVIL ATUANTE, BOAS PARCERIAS E DESCASO DO SETOR PÚBLICO

Os objetivos deste capítulo são apresentar e discutir as políticas públicas territoriais implementadas na região, quais sejam, o Colegiado TNF e o NEDET NF e sua relevância para a geração de Capital Social, contribuição para a autonomia dos agricultores familiares do TNF e seu papel nos desafios do desenvolvimento rural sustentável do Território Norte Fluminense. Na primeira parte faz-se um breve resgate histórico da região Norte Fluminense (que posteriormente serviria de base para a constituição do TNF), com o intuito de compreender e distinguir as especificidades do território que influenciam as atitudes e o funcionamento do Colegiado TNF.

Na segunda parte discute-se a atuação do Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial do Norte Fluminense (NEDET NF), sua contribuição para o fortalecimento do Colegiado TNF, seus avanços e suas limitações. O trabalho do NEDET NF ocorreu nos anos de 2015 e 2016 sendo interrompido com a extinção da SDT/MDA. Apresenta-se e discute-se também a atuação do Colegiado TNF, desde sua criação em 2003, ainda no âmbito do CIAT, passando pelo período de suporte do NEDET NF em 2015 e 2016, e sua resiliência no período de 2017 a 2019, quando do fim das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento territorial.

Por fim, categoriza-se o capital social do Colegiado TNF, pelas relações de ligação, de ponte e de conexão da rede de instituições que o compõe: capital social de ligação, entre iguais, capital social de ponte, entre comunidades semelhantes e capital social de conexão, laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, o que acarreta confiança e comprometimento, ampliação das fontes de informações e conhecimento e acesso às instituições e ao poder.

4.1 O Território Norte Fluminense: características e singularidades

Em junho de 2008 o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério dos Direitos Humanos assinaram o “Acordo de Cooperação Federativa” para a criação do Território do Norte Fluminense. O Território Norte Fluminense é uma das seis mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro e é composta por nove municípios, sendo eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabú,

Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, como pode ser observado na Figura 3.

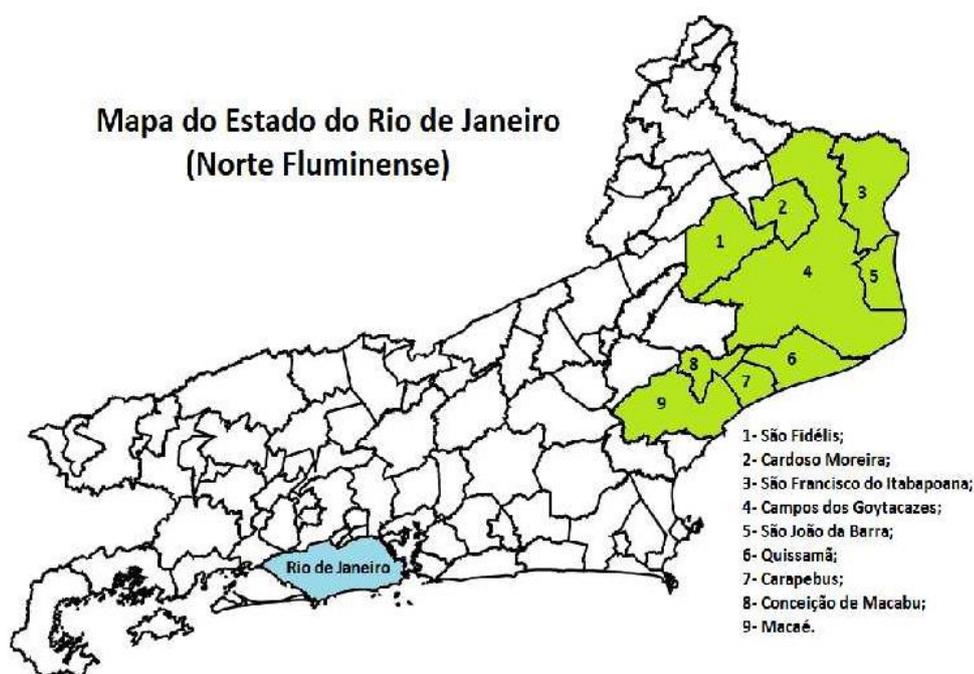


Figura 3: Composição do Território Norte Fluminense

De acordo com dados do Sistema de Informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SIT/MDA, o TNF ocupa uma área de 9.755,10 Km² e possui uma população total da ordem de 849.302 habitantes, sendo que aproximadamente 15% desses residem em áreas rurais. São ao todo 13.667 agricultores familiares, 2.225 famílias assentadas e seis comunidades quilombolas. O maior município é o de Campos dos Goytacazes, localizado a aproximadamente 271 Km da capital Fluminense.

O TNF foi constituído por decisão administrativa, considerando como espaço físico a região Norte Fluminense. Apesar desse tipo de arranjo físico administrativo estar presente em boa parte dos territórios constituídos a partir da política nacional territorial, no NF, traz severas consequências, tendo em vista que essa região é uma das maiores em termos de extensão do Brasil. Não houve no Território NF a proposta relação dialógica com a população local para sua definição, nem um levantamento das características de cada município. Não se tem a intenção de aprofundar essa discussão aqui, mas entende-se que pelo tamanho, importância e diversidades presentes no TNF, esta questão deveria ser mais bem qualificada.

O Território NF possui características singulares, intrínsecas ao seu contexto histórico, de desenvolvimento fincado nas elites agrárias e posteriormente transmitidas as elites políticas da região. E, como questiona ABRAMOVAY (2003), “como evitar que as organizações locais não sejam apenas a monótona reiteração dos processos convencionais?” Existe capital social suficiente no TNF capaz de superar anos de exploração, subserviência e descaso com a agricultura familiar. Para tanto, faz-se necessário discutir o desenvolvimento da Região NF.

A região NF passou por três grandes ciclos de crescimento econômico: a pecuária extensiva, seguida pelo primeiro grande ciclo do açúcar no século XIX, como base no modelo mercantil escravista; o segundo grande ciclo do açúcar com base o modelo mercantil-capitalista e auge nos anos 1980 com o Proálcool; o terceiro grande ciclo de crescimento econômico, que se apresentou para o NF, no século XXI, alavancado pela indústria do petróleo (ESTRADA, 2005). Num intervalo de pouco mais de trinta anos o NF passou de região monocultora de cana e produtora de açúcar e álcool a região polarizada pelas atividades da economia regional do petróleo. Atraiu elevado fluxo de recursos financeiros, institucionais, humanos, técnicos e físicos, mas permaneceu conhecida como região-problema, pelo posicionamento desfavorável em alguns indicadores socioeconômicos, como será mais bem detalhado neste capítulo.

A criação de gado bovino originou o povoamento da região NF com a fundação da vila de São Salvador em 1677, atual município de Campos dos Goytacazes. Até o século XIX, a agricultura do NF foi bastante diversificada, mas com a expansão do cultivo da cana, as culturas de subsistência praticamente desaparecem. Segundo ESTRADA (2005), o setor de subsistência foi responsável pela produção agrícola, bem como pela produção de carne e leite, que serviam, respectivamente, para abastecer o setor exportador (voltado para a produção açucareira) e o mercado interno, basicamente, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A cana e a pecuária, portanto, foram as atividades fundantes dessa região, desde cedo ligadas ao comércio externo e interno, este polarizado pelo Rio de Janeiro. No entanto, já na introdução dessas atividades produtivas, desenvolveu-se uma forte atividade de subsistência, inicialmente, e de exportação, conforme evidências documentais conhecidas, permitindo a afirmação de que a região conheceu uma agricultura extremamente diversificada, para consumo local e externo, antes que a cana de açúcar viesse a se firmar como a atividade monocultora. (CRUZ, 2003).

O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi de extrema importância para a agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes, e, após sua extinção, foi possível

observar o colapso no setor sucroalcooleiro no NF. A partir da década de 1990, várias usinas sucroalcooleiras faliram, principalmente em Campos dos Goytacazes. Das 26 usinas que funcionavam antes dos anos 80 restaram apenas três usinas atualmente, o que resultou no desemprego em massa e no abandono dos latifúndios improdutivos na região.

A lavoura de cana em Campos dos Goytacazes foi caracterizada por sua baixa produtividade (45 Mg ha⁻¹ contra 70 em SP e 70 NE). Com essa produção média qualquer latifúndio seria enquadrado como improdutivo pelo INCRA. Uma diferença muito grande na região açucareira de Campos dos Goytacazes em relação a SP e NE foi que os recursos dos programas de distribuição de crédito agrícola, como o Proálcool por exemplo, foram utilizados para modernização do parque industrial ou desviados.

A exploração de petróleo na plataforma continental submersa de Campos dos Goytacazes teve início no final da década de 1970, com a instalação do complexo da Petrobrás de prospecção e extração do petróleo regional. Ao final da década de 1990, o volume de *royalties* e das participações especiais recebidos pelas administrações municipais dos municípios da região NF aumentaram, colocando alguns desses municípios entre os de maior volume de recursos orçamentários *per capita* do país (CRUZ, 2003).

Segundo o SEBRAE (2015) o PIB *per capita* do NF é o mais elevado entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro, em função das atividades ligadas a petróleo e gás natural na sua economia. Dos nove municípios pertencentes à zona de produção principal da Bacia de Campos, cinco estão no Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra. No entanto, o percentual de pobres e a desigualdade de renda, medidos pelo coeficiente de Gini, estão entre os mais altos, indicando uma região desigual, apesar de rica.

Campos dos Goytacazes possui o 5º maior PIB *per capita* do Estado do Rio de Janeiro e a 33ª renda domiciliar *per capita*, porém, como tem a maior desigualdade de renda da região, uma das piores do Estado (89º), apresenta um alto percentual de pobres (38%). São Francisco de Itabapoana é a cidade com a situação mais crítica: ocupa a 91ª posição no ranking do IDHM e conta com a menor renda domiciliar *per capita* no Estado, com mais da metade da população de pobres (56%), apesar de ser a 31ª no ranking do PIB *per capita*.

No caso das relações de trabalho, a marca fundamental da Região Norte é a expulsão dos trabalhadores do interior dos latifúndios, transformando-os em boias-frias, moradores das periferias das cidades da região, principalmente Campos. (ALENTEJANO, 2005).

A pobreza na região é resultado, em grande parte, do contingente da força de trabalho deserdada do campo pela diminuição dos postos de trabalho na economia sucroalcooleira e pela incapacidade de absorção desses trabalhadores pelo setor de petróleo, em virtude de sua baixa qualificação. O NF é conhecido como uma região-problema pelas condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais da cana e pela situação de região estagnada, de baixo dinamismo. Pobreza, exclusão, baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral continuam sendo o traço fundamental dessa região (CRUZ, 2003).

Os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 indicam que o problema fundiário não só continuou, mas também se aprofundou fruto da estrutura marcada por grandes extensões de terras voltadas ao cultivo da cana-de-açúcar (SANTOS E LIMA, 2015). Segundo SOUSA, PONCIANO, *et al.* (2007) “em Campos dos Goytacazes os 50% menores imóveis ocupam cerca de 4% da área total”.

Segundo CRUZ (2003), com a decadência da elite agrária, o monopólio dos recursos públicos, a fundo perdido, se deslocou para os grupos de poder nas administrações municipais. No entanto, o aumento dos recursos controlados pelos municípios não é revertido em políticas públicas, em planejamento, ou em ações que apontem para a reversão do problema do desenvolvimento regional, nem na melhoria dos seus indicadores socioeconômicos.

O governo municipal utiliza esses recursos para submeter, subordinar e transformar em clientes os diversos segmentos sociais, inclusive os empresariais, frágeis, ante o declínio da economia de Campos. Transforma a Prefeitura em balcão. Monopoliza o emprego, através dos prestadores de serviço; os negócios, através das compras feitas a fornecedores de bens e serviços; subsidia e sustenta entidades civis, clubes de serviço, organizações sindicais e profissionais, entidades filantrópicas, jornais, emissoras de rádio e de TV. Só se ouve uma voz no município. Lideranças são cooptadas, neutralizadas, incorporadas; profissionais são sustentados. Pouco se faz fora do alcance da Prefeitura (CRUZ, 2003).

A alternativa apresentada aos deserdados da indústria sucroalcooleira veio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por meio das ocupações de algumas fazendas improdutivas. Os assentamentos rurais da região NF foram constituídos, basicamente, por ex-plantadores e ex-cortadores de cana de açúcar,

pauperizados ou expropriados, dependentes de atravessadores para escoar sua produção. Segundo NEVES (1981), a produção do açúcar, ao se transformar através dos tempos numa das principais atividades econômicas voltadas para a exportação, incorporou um extenso número de intermediários. Na medida em que o lavrador de cana de açúcar se dedica à plantação desse produto de forma relativamente especializada, não lhe resta uma alternativa senão a de se submeter as demandas do mercado. A tendência é continuar a produzir, a despeito de preços pouco compensadores ou irrealis.

Hoje são 23 assentamentos, na região, com cerca de 2.500 famílias, distribuídos pelos municípios de Campos, Macaé, S. Francisco do Itabapoana, Carapebus e Conceição de Macabu, ocupando uma área de 35.097 ha, como mostra o Quadro 4.1. Os primeiros se efetivaram na segunda metade da década de 1980, fruto das lutas dos trabalhadores rurais vinculados ao Movimento Sindical Rural, em terras da Usina Novo Horizonte. A maior parte dos assentamentos, porém, surgiu no final da década de 1990, a partir das ocupações do MST das terras de usinas falidas. O maior deles, Zumbi dos Palmares ocupou as terras da falida Usina São João em 1997.

Tabela 1: Famílias assentadas e área ocupada dos Projetos de Assentamentos (1985 a 2017)

NOME	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	ÁREA (ha)
PA TERRA CONQUISTADA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	11	211
PA DANDARA DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES	25	419
PA SANTO AMARO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	40	584
PA OZIEL ALVES I	CAMPOS DOS GOYTACAZES	35	411
PA JOSUÉ DE CASTRO	CAMPOS DOS GOYTACAZES	35	611
PA NOVO HORIZONTE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	300	4335
PA CHE GUEVARA	CAMPOS DOS GOYTACAZES	74	1120
PA ANTONIO DE FARIAS	CAMPOS DOS GOYTACAZES	95	1221
PA ILHA GRANDE	CAMPOS DOS GOYTACAZES	58	823
PA 25 DE MARÇO	CARAPEBUS	50	944
PA JOÃO BATISTA SOARES	CARAPEBUS	65	1213
PA PAZ NA TERRA	CARDOSO MOREIRA	74	1053
PA FRANCISCO JULIÃO	CARDOSO MOREIRA	40	607
PA CHICO MENDES	CARDOSO MOREIRA	30	767
PA VISCONDE	CASIMIRO DE ABREU	90	1285
PA ZÉ PUREZA	CONCEIÇÃO DE MACABU	20	242
PE FAZENDA SÃO DOMINGOS	CONCEIÇÃO DE MACABU	130	768
PA IMBURO	MACAÉ	141	1206
PA BEM-DIZIA	MACAÉ	54	1465
PIC MACAE	MACAÉ	572	6104
PDS OSVALDO DE OLIVEIRA	MACAÉ	78	1540
PA UNIÃO, TERRA E TRABALHO	SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	8	163
PA ZUMBI DOS PALMARES	CAMPOS DOS GOYTACAZES SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	507	8005
Total		2532	35097

Fonte: Elaborado pela autora

Essas ocupações arremataram, quase que totalmente, ex-trabalhadores volantes da cana de açúcar, residentes em favelas urbanas e rurais, situados nos extratos de mais baixa renda da população regional sem qualquer posição marcante na produção regional de alimentos. A importância estratégica desses assentamentos para o desenvolvimento regional consiste ao lado da potencialidade produtiva, na geração de trabalho e renda para a maior parcela da classe trabalhadora da região (CRUZ, 2003). Apesar do expressivo número de assentamentos rurais no TNF os trabalhadores rurais, deserdados do complexo da cana de açúcar, continuaram a produzir de forma tradicional (monocultura), como a cana de açúcar no primeiro momento, introduzindo o abacaxi, o aipim e outros produtos de forma desorganizada e a escoar sua produção por meio de atravessadores a preços bem desfavoráveis. As características da política de

investimento na modernização do setor agropecuário e agroindustrial do NF agravaram os fenômenos da especialização produtiva de padrão monocultor, da concentração e fragmentação fundiárias, da migração campo-cidade e do êxodo populacional.

Segundo ABRAMOVAY (2003), por mais que as condições naturais do solo, do relevo e do clima sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos, os limites físicos podem ser superados pela capacidade organizativa e pela construção de uma rede de relações. Como discutido no capítulo anterior, o protagonismo social e a efetiva participação dos atores que compõe o território não podem ser construções hierárquicas, de cima para baixo, mas relações horizontais constituídas pelas redes de instituições. Somente desta forma será possível gerar o capital social necessário para atuação autônoma do Colegiado Territorial pelas dinâmicas interações entre suas instituições.

No Norte Fluminense, chama atenção a pequena participação das Prefeituras e Secretarias de Agricultura, dificultando o acesso as políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento territorial, resultado em parte pela constituição histórica da região, que perpetuou as elites econômicas, com pouco ou nenhum interesse pela agricultura familiar do Território NF. Essa ausência se traduz na falta de infraestrutura para o escoamento da produção, precariedade nas estradas, abandono das escolas do campo, poucas oportunidades de comercialização, falta de incentivos a programas de compras institucionais como o PAA e o PNAE, entre outros. Traz obstáculos e desafios para o pleno funcionamento do Colegiado TNF e para a melhoria de qualidade de vida dos agricultores familiares.

Para contribuir com essa discussão, no próximo item será discutida a atuação do NEDET NF e do Colegiado TNF. Cabe ressaltar que o NEDET NF atuou no Território NF de 2015 a 2016, quando foi interrompido pela extinção da SDT e do MDA. O Colegiado TNF existe desde 2003, foi reestruturado e fortalecido no período de suporte do NEDET NF, quando este atuou ativamente no Território NF, passou por um período de dormência quando da extinção da SDT/MDA, em 2016 e retoma suas atividades em 2017, motivados pela realização da II Feira Territorial do Norte Fluminense.

4.2 NEDET NF: início e fim da política pública

O Núcleo de Desenvolvimento em Insumos Biológicos – NUDIBA/UENF, implantou o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte Fluminense

– NEDET NF, no final de 2014, resultado da parceria da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e UENF. O objetivo do NEDET era estimular o protagonismo social e a inclusão produtiva dos agricultores e agricultoras familiares do TNF, através do fortalecimento do Colegiado Territorial NF. O NEDET NF atuou ativamente no Território NF ao longo de 2015 e 2016, encerrando suas atividades em novembro de 2016.

Muitos NEDETs foram instituídos sem o devido diálogo com os atores já existentes no território. Assim, pode-se considerar que as equipes entraram numa dinâmica social já em andamento o que acarretou diversos atritos. No TNF, esta situação foi amenizada pela composição de uma equipe que já atuava diretamente com estes atores, em diferentes realidades. O coordenador do programa já tinha um longo percurso de trabalho de extensão com o público de agricultores familiares do território. Na equipe, alguns já trabalhavam há anos com assistência técnica e extensão rural. Outros já atuavam com os grupos de mulheres existentes e muitos já participavam diretamente no Colegiado TNF. Desta forma, a relação da equipe do NEDET NF com os atores do Colegiado era preexistente e a entrada do programa apenas veio para contribuir com o trabalho destes.

O trabalho desenvolvido pelo NEDET NF priorizou inicialmente a reorganização do Colegiado TNF, pela mobilização e resgate das instituições do Território NF que historicamente participavam do Colegiado. Avanços podem ser apontados durante o período de vigência do convênio. É possível destacar a reestruturação do Colegiado TNF, a participação efetiva dos jovens rurais na Conferência da Juventude, a priorização do projeto de Comercialização e Disseminação de Práticas Agroecológicas através do Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF) 2015, a participação na Conferência Estadual e Nacional de Assistência Técnica e Rural e a realização da Feira Territorial do Norte Fluminense.

No TNF poucos foram os avanços em termos de implementação das políticas públicas e da participação efetiva do Colegiado TNF, até 2015. A partir de 2003, as reuniões territoriais ocorreram no âmbito da CIAT. O objetivo principal dos encontros era elaboração e apresentação de propostas de projetos de infraestrutura, como forma de articular as demandas prioritárias para o TNF. Assim, o Colegiado TNF se reunia a partir de um calendário relacionado ao PROINF.

Os projetos aprovados no âmbito do PROINF para região foram: Casa de apicultor em São Fidélis, Centro de Comercialização e distribuição de Produtos da

Agricultura Familiar em Cardoso Moreira, Fábrica de carvão de fibra de bagaço de cana e de capim em Conceição de Macabu, uma Feira da Agricultura Familiar em Cardoso Moreira e aquisição de caminhão refrigerado pela FIPERJ. No entanto, o proponente e a execução dos projetos apresentados e aprovados se limitavam ao poder público principalmente às Prefeituras da região. Além disso, são municípios muitas vezes inadimplentes com o Governo Federal, o que dificulta o acesso às políticas públicas, como o PROINF. Nesse sentido, nenhum projeto foi apresentado pela Prefeitura para Campos dos Goytacazes, maior município do Território onde tem o maior número de assentados da reforma agrária.

O Colegiado TNF com o apoio do NEDET NF apresentou e aprovou no âmbito do PROINF o Centro de Capacitação e Disseminação para Práticas Agroecológicas do Território Norte Fluminense, através do NUDIBA/UENF. Em agosto de 2015, estiveram reunidos os membros do Colegiado TNF, com o objetivo de apresentar e priorizar os projetos a serem apoiados pelo PROINF 2015 (Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais). Foram apresentadas somente duas propostas. A metodologia utilizada para avaliação e priorização dos projetos compreendeu a realização de uma votação e eleição por maioria simples. Seguem relacionados na Tabela 2 os projetos priorizados com seus respectivos proponentes e valores.

Tabela 2: Priorização dos Projetos apresentados - PROINF 2015

Ordem de Prioridade – PROINF 2015			
Ordem de Prioridade	Projeto	Proponente	Valor Solicitado ao MDA (R\$)
1	Centro de Capacitação e Produção Agroecológico da Agricultura Familiar	NUDIBA / UENF	450.000,00
2	Entrepasto Territorial de Distribuição de Pescados da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal	Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira	450.000,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos do NEDET NF

O recurso destinado ao projeto foi empenhado em 2016, mas o projeto não foi executado. Esse processo foi interrompido com o fim da política pública de promoção dos Territórios Rurais do Governo Federal.

No início da atuação do NEDET NF, em 2015, as reuniões do Colegiado TNF estavam esvaziadas, com pouca participação das instituições nas plenárias. Em entrevistas realizadas pela equipe do NEDET NF, com representantes das instituições que compunham o Colegiado TNF, foram apontados como os principais motivos para esse esvaziamento os seguintes fatores: a ausência de uma assessoria estadual, a falta de interesse dos entes públicos e, principalmente, a falta de resultados para a melhoria de vida de seus participantes. Além disso, o Colegiado TNF não tinha registro de suas reuniões em atas e não tinha ainda um regimento interno elaborado.

O trabalho realizado pelo NEDET NF focou, então, na organização social do Colegiado TNF. Como resultado, em junho de 2015, foi aprovado em plenária o regimento interno do Colegiado TNF (anexo 2) e constituídos o núcleo dirigente, o comitê técnico, os comitês de mulheres, quilombolas, jovens, pescadores e agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Nessa plenária, o Colegiado TNF mudou seu nome para Colegiado Territorial Cícero Guedes em homenagem ao militante morto na luta pela reforma agrária na região. Estavam presentes naquela plenária 38 instituições, sendo 30 instituições do terceiro setor, entre cooperativas, associações, sindicatos, movimento social, grupos de mulheres, entre outros e oito do setor público, como FIPERJ, INCRA, Secretarias Municipais de Agricultura, entre outros, dos nove municípios do Território Norte Fluminense e 110 pessoas participantes.

Terminada a fase de reestruturação do Colegiado TNF as reuniões passaram a ser pautadas pela necessidade de operacionalização dos núcleos dirigente e técnico e dos comitês de agricultores assentados, mulheres, jovens e quilombolas, capacitação destes e planejamento de suas ações. Em plenária realizada em julho de 2015, foram levantadas as demandas e realizado o planejamento de trabalho dos comitês para o ano de 2015 e 2016 pelas instâncias formadas no Colegiado. Para isso, foram divididos os sete grupos com seus representantes, apresentados, debatidos e aprovadas em plenária, como organizado no Quadro 1.

Quadro 1: Planejamento das instâncias do Colegiado TNF: núcleos dirigente e técnico e dos comitês de agricultores assentados, mulheres, jovens e quilombolas (2015)

Núcleo Dirigente	Núcleo Técnico	Comitê de Agricultores Assentados	Comitê de Mulheres	Comitê de Quilombolas	Comitê de Jovens	Comitê de Pesca
Atualizar o PTDRS;	Fazer reunião ordinária em novembro e reuniões extraordinárias de acordo com o calendário e a demanda do Colegiado;	Buscar cursos de qualificação;	Fazer reuniões na terceira semana de cada mês;	Mobilizar as comunidades para solicitar a implementação de um posto médico (UBS), saneamento básico, iluminação pública e antena telefônica para celular;	Buscar capacitação e qualificação profissional para os jovens;	Realizar eventos para o crescimento da classe da mulher pescadora atendendo a saúde da família e a saúde da mulher;
Buscar recursos para o encontro da Rede;	Buscar parcerias com entidades, universidades (pesquisa de extensão), etc.	Acessar projetos específicos para atender demandas territoriais;	Ampliar os direitos das mulheres;	Buscar projetos para inclusão digital;	Buscar formas para serem beneficiados pelo Programa Jovem Aprendiz;	Tomar o dia da pesca uma data comemorativa no calendário cultural;
Monitorar e intervir nos projetos de apoio à agricultura familiar;	Organizar visitas técnicas nas localidades para realização e acompanhamento de projetos;	Garantir a sustentabilidade;	Buscar recursos;	Solicitar a criação de mais escolas do campo;	Buscar formas de acessar materiais para atender os jovens da comunidade, como computadores por exemplo;	Incentivar a participação da mulher nos setores da pesca (extração, beneficiamento e artesanato);
Elaborar projetos juntamente com o Núcleo Técnico;	Elaborar e acompanhar estudos, diagnósticos, planos e projetos territoriais;	Incentivar a implantação de hortas medicinais para garantir saúde;	Organizar oficinas de formação em Legislação, Previdência Social, Ministério da Pesca e Abastecimento e economia solidária;	Solicitar a criação do Instituto Federal Fluminense no Município de São Francisco de Itabapoana;	Garantir a participação dos jovens nas deliberações de políticas públicas;	Criar um programa de incentivo a pesca artesanal;
Comissão Presente do Parlamentar Estadual e Federal;	Desenvolver, apoiar e supervisionar projetos em execução;	Buscar apoio logístico;	Acessar projetos voltados para mulher e feiras;	Resgatar para os jovens a cultura Quilombola;	Organizar palestras motivacionais;	Tornar a pesca um patrimônio cultural;
Promover encontros de grupos específicos para promover troca de experiências territoriais;	Constituir banco de projetos, buscando os que já foram apresentados;	Melhorar a comunicação com Instituições (INCRA);	Organizar palestras pelo Conselho Estadual do Direito da Mulher;	Construir sedes quilombolas nas comunidades;	Ampliar as escolas na área rural através de Pronera;	Melhorar a comunicação entre os representantes da pesca e pescadores, através do conhecimento linguístico cultural da localidade atendida;
Coordenar ações para buscar a sustentabilidade financeira;	Acompanhar e apoiar tecnicamente o Colegiado na gestão e execução de projetos e recursos do Território.	Organizar reuniões de planejamento e workshop;	Propor articulação entre os Territórios, Prefeituras, entidades parceiras, colônias, associações, sindicatos e ONG's;	Acessar Programa Nacional de Habitação Rural;	Organizar para a I Conferência Territorial da Juventude do Norte Fluminense	Organizar visita da Previdência Social para palestrar sobre a nova lei do segurado especial (artesanal);
Buscar agentes financiadores;		Buscar articulação em rede;	Garantir a articulação das mulheres através de palestras e oficinas.	Solicitar melhorias no acesso por pontes e estradas para o transporte coletivo e escoamento da produção;		
Criar balcões de projetos;		Auxiliar na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável;		Organizar reuniões, capacitações e articular mobilizações com a comunidade.		
Representação institucionais		Apoiar e contribuir com a organização e articulação do seguimento;				
Buscar soluções para as demandas do Território.		Propor e apoiar eventos e atividades com recorte identitário.				

Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentos do NEDET NF

O comitê de jovens passou a ter atuação imediata, motivado pela realização da Conferência Territorial da Juventude. Este trabalho culminou no dia 30 de setembro de 2015 com a I Conferência Territorial da Juventude do Norte Fluminense, na qual foram eleitos 8 delegados para participarem da Conferência Estadual realizada no final de outubro. Dois delegados do Colegiado Territorial NF Cicero Guedes foram escolhidos na conferência estadual para representar a juventude rural do Rio de Janeiro na Conferência Nacional da Juventude.



Figura 4: I Conferência Territorial da Juventude do Norte Fluminense (2015)

O trabalho desenvolvido pela equipe de assessoria do NEDET NF, proporcionou a reestruturação do Colegiado TNF, agregando novas entidades e resgatando entidades que estavam afastadas das atividades do Colegiado. Neste sentido, conseguiu-se incentivar a participação das mulheres em maior quantidade do que anteriormente registrada. Foi realizado um trabalho de motivação para participação deste público, no intuito de dar voz e visibilidade, resultando principalmente na criação do comitê de mulheres. Dessa forma, foi garantido a representação paritária como delegadas nas Conferências realizadas, também a promoção da inclusão produtiva, além do atendimento às demandas vindas delas. Para isso, a equipe realizou diversas atividades como: Encontros Produtivos de Mulheres, Reuniões de fortalecimento do comitê de mulheres, dentre outras.

O NEDET NF no fim de 2015, no dia 15 de dezembro, apoiou a realização da II Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural pelo Colegiado TNF em conjunto com o Território Noroeste Fluminense. A plenária contou com a

participação de 108 pessoas e elegeu 38 delegados, sendo 18 do Norte Fluminense, além de seus suplentes, conforme Tabela 4 e 5. Em abril de 2016, os delegados territoriais eleitos participaram da Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, em Mendes/RJ, quando foram eleitos 2 representantes do TNF para a participação na Conferência Nacional que foi realizada em Mendes, em maio de 2016.

Quadro 2: Delegados Titulares da Sociedade Civil eleitos na Conferência Territorial de ATER do Norte Fluminense.

N°	Nome	Entidade/Instituição
1	Francisco Assis do Nascimento	MST
2	Matheus da Silva Oliveira	UENF
3	Ezequiel Nascimento Santana	Arqui
4	Maria Vilani Anselmo	STR
5	Davi Luiz Mendonça Wigg	MST
6	Tatiana dos Santos Almeida	Associação
7	Sirley de Souza Ornezas	Colônia de Pescadores Z21
8	Lucimara pereira Muniz	IDANNF
9	Vânia Campos Linhares	AMAC
10	Neli da Silva Stellet	MST
11	Lidia Maria Dias Teixeira	Associação
12	Levi Barbosa do Nascimento	AANAFA

Fonte: Arquivo Nedet NF

Quadro 3: Delegados Titulares do poder público, eleitos na Conferência Territorial de ATER do Norte Fluminense.

N°	Nome	Entidade/Instituição
1	Elisandra Carina Amendola	Iterj
2	Fabiana Leal de Souza	P.M. Conceição de Macabu
3	Luiz Bernanbé Castilho	FIPERJ
4	Amanda Carneiro	INEA
5	lourenço Almeida Pereira	P.M. de Carapebus
6	Sebastião Moreira Peixoto	UFRRJ

Fonte: Arquivo Nedet NF



Figura 5: II Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural do NF

O Colegiado TNF terminou o ano de 2015 trabalhando em ações de fortalecimento da inclusão produtiva, com ênfase na Feira Territorial do Norte Fluminense, que ocorreu em junho de 2016. A Feira Territorial do Norte Fluminense foi a última ação do Colegiado TNF apoiada pelo NEDET NF. Em junho de 2016 os rumores do *impeachment* da Presidenta Dilma Rouseff passaram a fazer parte da rotina do NEDET NF. A I Feira TNF apresentou-se, portanto, também como ato de resistência.

O ano de 2016 foi marcado pela mudança de Governo Federal e pela extinção da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Acabou-se também o contrato do NEDET NF e o apoio das políticas públicas de desenvolvimento territorial do Governo Federal. Nesse período, as plenárias do Colegiado deixaram de acontecer, como também, a Feira TNF. A última plenária ocorreu em dezembro de 2016.

Em dezembro de 2017, o núcleo dirigente do Colegiado TNF volta a se reunir e delibera pelo retorno das atividades. Pela análise da situação política, especialmente do Município de Campos dos Goytacazes decidiu-se pela participação exclusiva do terceiro setor e de seus parceiros. O tema que tornaria o Colegiado atuante novamente seria então a realização da II Feira Territorial do NF. O Colegiado TNF volta a atuar no TNF mobilizados pela realização da feira.

Os anos de 2018 e 2019 foram marcados pela forte atuação do Colegiado TNF no território. A organização da II e da III Feira TNF mobilizou suas instituições e

parceiros. Chamou também a atenção do setor público que passou a ter interesse na visibilidade que a feira e o Colegiado conferiam. Sem recursos e com a extinção do NEDET NF, o Colegiado TNF recorreu ao seu capital social para permanecer no cenário político, econômico e social da Região. O resultado decorrente deste processo com a realização das Feiras TNF será apresentado, discutido e analisado no próximo capítulo. No próximo item será categorizado as instituições do Colegiado TNF pelas suas relações de ligação, ponte e conexão, pelas redes que o constitui e os desafios impostos pelo total descaso do setor público ao pequeno agricultor familiar da região.

4.3 Colegiado TNF: desafios para ação autônoma

Os Colegiados Territoriais são arranjos coletivos estratégicos na política de desenvolvimento territorial, implementada pela SDT/MDA desde sua criação. A base dos programas era a integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em planos desenvolvidos nos territórios, com o protagonismo da sociedade. Cada território deveria constituir seu Colegiado Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que se reuniria em assembleias abertas à participação dos interessados e determinava um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. A política territorial foi implementada a partir de 2003, como resposta as políticas públicas centralizadas características do governo militar. A política territorial baseou-se em ações descentralizadas, disponibilizando políticas de apoio aos pequenos agricultores, organizados no Colegiado Territorial.

Para a SDT/MDA, (2005b) os Colegiados Territoriais são elementos fundamentais da estratégia de desenvolvimento territorial. Toda a estratégia de promoção do desenvolvimento em territórios rurais está baseada na busca do pleno funcionamento desses espaços. É assim que se pretende fortalecer institucionalidades participativas e estáveis, que confiem e cooperem entre si, capazes de gerir, em longo prazo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos territórios rurais.

A participação social corresponde ao domínio da sociabilidade e da inserção social dos trabalhadores familiares em redes e instituições nos territórios, por meio dos quais mobilizam e têm acesso a bens comuns, materiais e imateriais. Para que o desenvolvimento rural aconteça, deve haver a efetiva participação de atores sociais, compreensão das articulações com outros domínios do mundo social, buscando a

valorização dos recursos naturais, incremento de renda e inclusão social nas áreas rurais, e isso só se torna possível se houver desenvolvimento do capital social.

A participação em redes está associada ao capital social estrutural, sendo necessário a compreensão do tipo de rede, na diversidade dos participantes, da institucionalização de normas de decisão, objetivos, tamanho e área geográfica etc. O nível de confiança e expectativa entre os indivíduos da rede está relacionado com o capital social e influencia a ação coletiva do grupo.

As relações formadoras das redes e geradoras portanto de capital social, podem ser caracterizadas por três diferentes formas, de ligação, de ponte e de conexão, sendo as duas primeiras caracterizadas por relações de horizontalidade e a terceira por relações verticais. As relações de ligação, que são interações entre sujeitos similares quando compartilham características demográficas, entre os quais familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho e aqui no caso estudado, as relações entre os agricultores familiares do território. As relações chamadas de ponte são aquelas interações entre sujeitos que não compartilham de características similares, como a troca estabelecida por relações dos agricultores com universidades, ONGs, instituições de assistência técnica, movimentos sociais entre outros. Há também as relações de conexão, que se referem a laços mantidos por pessoas que detêm posições de autoridade, tais como representantes do poder público.

A diferença entre o capital social de ponte e o de conexão é feita em virtude da posição relativa dos indivíduos na escala de poder, político ou econômico: no primeiro, as ligações são horizontais, entre iguais ou pares; no segundo, elas são verticais, de um estrato para outro, ligando indivíduos entre os quais a diversidade de posição estabelece uma relação de poder, de um lado, dependência ou subordinação, do outro. Cada tipo de capital social tem características particulares. O capital social de ligação age como apoio seguro de redes; o de ponte permite a pessoas de diferentes redes terem acesso às oportunidades e a terceira forma, de permitir que pessoas e comunidades tenham melhorias no nível de vida e de infraestrutura (PADILHA e SOUZA, 2019).

Para analisar o capital social do Colegiado TNF sob o aspecto das redes constituídas no período de 2015 e 2019, serão apresentados quadros e gráficos elaborados das instituições que compõe o Colegiado TNF e separados em redes de ligação, ponte e conexão. O Colegiado TNF possui instituições fortes, parceiros fundamentais, mas poucas ou quase nenhuma relação com as instâncias do poder público da região, como será discutido a seguir. A discussão também pertinente para

geração de capital social do Colegiado TNF, quais sejam, as trocas de informação e conhecimento e as relações de confiança e comprometimento, serão analisados no capítulo seguinte, quando da discussão das Feiras Territoriais e sua capacidade de contribuir para a geração de capital social.

O Colegiado Territorial NF, em junho de 2015, foi constituído por 38 instituições (Tabela 6 e 7). Quando o regimento interno foi aprovado a composição da plenária era, na sua maioria absoluta por representantes da sociedade civil, ou seja, 79% da participação ou trinta instituições contra apenas oito do setor público. Somente três secretarias municipais de dois municípios. O município com o maior número de instituições (treze) foi o de Campos dos Goytacazes, sendo onze da sociedade civil e dois do Poder Público. Dos 23 assentamentos de reforma agrária da região, cinco participaram do CTNF, representando número ainda pouco expressivo.

Quadro 4: Composição do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2015)

	Entidade	Civil/ público	Município	Segmento
1	Instituto de Agroecologia e Meio Ambiente	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
2	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária	Civil	Campos dos Goytacazes	Assessoria Técnica
3	Cooperativa de Agricultores Assentados de Campelo	Civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
4	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados e Quilombola em Aleluia, Cambucá e Batatau	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
5	Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
6	Associação do Movimento Quilombola Pro Lagoa Feia	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
7	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes	Civil	Campos dos Goytacazes	Sindicato
8	Associação de Quilombolas de Conceição do Imbé	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
9	Associação de Pescadores Artesanais da Coroa Grande	Civil	Campos dos Goytacazes	Pescadores
10	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Civil	Campos dos Goytacazes	Movimento Social
11	Universidade Federal Fluminense	Público	Campos dos Goytacazes	Universidade
12	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Público	Campos dos Goytacazes	Pesquisa e Extensão
13	Colônia de Pescadores Z-19	Civil	Campos dos Goytacazes	Pescadores
14	Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira	Público	Cardoso Moreira	Prefeitura
15	Associação do Assentamento Ze Pureza	Civil	Conceição de Macabú	Assentamento
16	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Conceição de Macabu	Civil	Conceição de Macabú	Sindicato
17	Secretaria Municipal de Agricultura de Conceição de Macabú	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
18	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Conceição de Macabú	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
19	Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira	Civil	Macaé	Assentamento
20	ARQUIQUISSAMÁ	Civil	Quissamã	Quilombola
21	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidélis	Civil	São Fidélis	Sindicato
22	Associação de Produtores Moradores de Boa Esperança	Civil	São Fidélis	Associação
23	Associação de Quilombola Deserto Feliz	Civil	São Francisco de Itabapoana	Quilombola
24	Associação Quilombola de Barrinha	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
25	Associação Quilombola de São Francisco	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
26	Associação de Moradores e Produtores Quilombola	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
27	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana	Civil	São Francisco do Itabapoana	Sindicato
28	AMA PEA FOCCO	Civil	São Francisco do Itabapoana	ONG
29	Associação dos Moradores e Amigos da Coréia	Civil	São Francisco do Itabapoana	Associação
30	Instituto Estadual do Ambiente	Público	São Francisco do Itabapoana	Ambiental
31	Cooperativa de Costura de Cajueiro	Civil	São João da Barra	Cooperativa
32	Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos	Civil	São João da Barra	ONG
33	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Público	Rio de Janeiro	MDA
34	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACCOOP)	Civil	Rio de Janeiro	Cooperativa
35	Prefeitura Municipal de Carapebus - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca	Público	Carapebus	Prefeitura
36	Associação dos Trabalhadores Rurais do PA João Batista Soares	Civil	Carapebus	Assentamento
37	Assentamento 25 de Março	Civil	Carapebus	Assentamento
38	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carapebus	Civil	Carapebus	Sindicato

Fonte: Nedet NF

Outro fato que chama atenção é que apenas três cooperativas participaram, sendo que de apenas uma é constituída por produtores rurais. As outras duas são cooperativas de assistência técnica e de costureiras. Sindicatos de trabalhadores rurais foram quatro. O número mais expressivo é o de participação de associações de

quilombolas (oito) localizados em apenas dois municípios, sendo quatro quilombos em Campos dos Goytacazes e quatro em São Francisco do Itabapoana.

Nos municípios que compõe o Território NF são poucos os prefeitos e secretários que conhecem e apoiam a política pública de desenvolvimento territorial. Desta forma, a participação dos mesmos nas plenárias é pequena e conseqüentemente seu apoio às atividades necessárias é pontual. Estas prefeituras têm pouco interesse em apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, o que reflete diretamente na falta de apoio logístico e financeiro para as instituições participantes.

A composição do CTNF Cícero Guedes reforça, então, duas características do TNF aqui discutidas. A primeira refere-se a pouca importância que os setores públicos, principalmente as secretarias municipais, dão às ações de desenvolvimento territorial no NF. A segunda, é que se encontram aqui instituições e organizações sociais que atuam e atuaram ativamente na Região e que historicamente participaram desse Colegiado com conquistas relevantes para o TNF. A realização da I Feira Territorial da Agricultura Familiar do Norte Fluminense trouxe grande visibilidade e interesse no Colegiado TNF que atraiu a atenção de novas instituições e seu quadro de constitutivo passou de 38 em 2015 para 52 em 2019, após a realização das Feiras TNF.

Quadro 5: Composição do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2019)

	Entidade	Civil/ público	Município	Segmento
39	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	público	Campos dos Goytacazes	Universidade
40	Comissão Pastoral da Terra - CPT	Civil	Campos dos Goytacazes	Movimento Social
41	P.A. Antônio de Farias	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
42	P.A. Oziel Alves	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
43	P.A. Josué de Castro	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
44	Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro - ITERJ	público	Campos dos Goytacazes	Estado RJ
45	Associação Cultural dos Povos das águas, do Campo e da Cidade – ACUPACC	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
46	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP	público	Campos dos Goytacazes	Universidade
47	Associação do Norte e Noroeste Fluminense da Agricultura Familiar – ANNFAF	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
48	Coletivo de Mulheres do Campo Raízes da Terra de Fazendinha	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
49	Associação de Produtores Rurais Paz na Terra	civil	Cardoso Moreira	Assentamento
50	Instituto Solar Brasil de desenvolvimento, saúde e Pesquisa – ISOBRAS	civil	São Francisco de Itabapoana	Ong
51	Arte Peixe	civil	São João da Barra	Cooperativa
52	Associação de Produtores Rurais e donos de imóveis – ASPRIM	civil	São João da Barra	Associação

Fonte: Nedet NF

Alguns aspectos da constituição do Colegiado TNF chamam atenção aqui. Como pode ser observado no Gráfico 1, o número de instituições da sociedade civil é mais expressivo do que do setor público. Houve aumento nos dois setores quando se compara 2016 a 2019, mas a proporção se manteve a 79% de instituições da sociedade civil e apenas 21% de instituições do poder público.

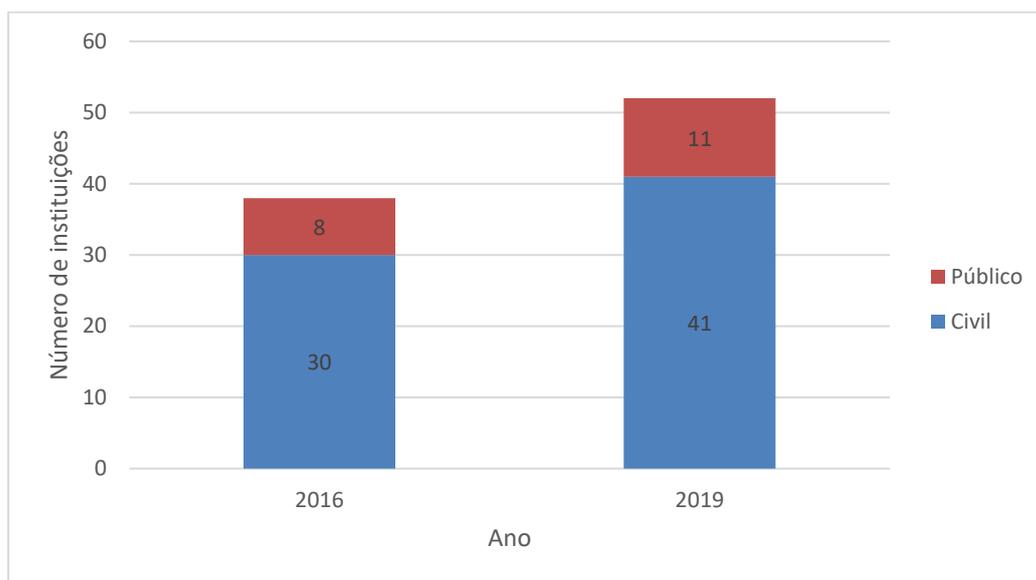


Gráfico 1: Comparação da composição do Colegiado TNF entre 2016 e 2019

Fonte: Elaborado pela autora

Outro ponto a ser ressaltado é que após as Feiras TNF, quase dobrou o número de assentamentos interessados em participar do Colegiado TNF, passando de 5 assentamentos para 9 assentamentos, número bem mais expressivo, sendo quatro assentamentos de Campos dos Goytacazes, PA Antônio de Farias, Zumbi dos Palmares, Oziel Alves e Josué de Castro,

Quadro 6: Assentamentos participantes do Colegiado Territorial do Norte Fluminense (2019)

	Entidade	Município	Ano
1	Cooperativa de Agricultores Assentados de Campelo	Campos dos Goytacazes	2015
2	P.A. Antônio de Farias	Campos dos Goytacazes	2019
3	P.A. Oziel Alves	Campos dos Goytacazes	2019
4	P.A. Josué de Castro	Campos dos Goytacazes	2019
5	Associação dos Trabalhadores Rurais do PA João Batista Soares	Carapebus	2015
6	Assentamento 25 de Março	Carapebus	2015
7	Associação de Produtores Rurais Paz na Terra	Cardoso Moreira	2019
8	Associação do Assentamento Ze Pureza	Conceição de Macabú	2015
9	Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira	Macaé	2015

Fonte: Nedet NF

Um aspecto importante que pode ser observado no Gráfico 2, é a expressiva diversidade de instituições que compõe o Colegiado TNF. São doze segmentos, entre públicos e privados. Pela sociedade civil há assentamentos, associações, cooperativas, movimentos sociais, ongs, colônia de pescadores, quilombolas e sindicatos. Pelo poder público são prefeituras, universidades, instituições do Estado do RJ e apenas 1 instituição representando o Governo Federal.

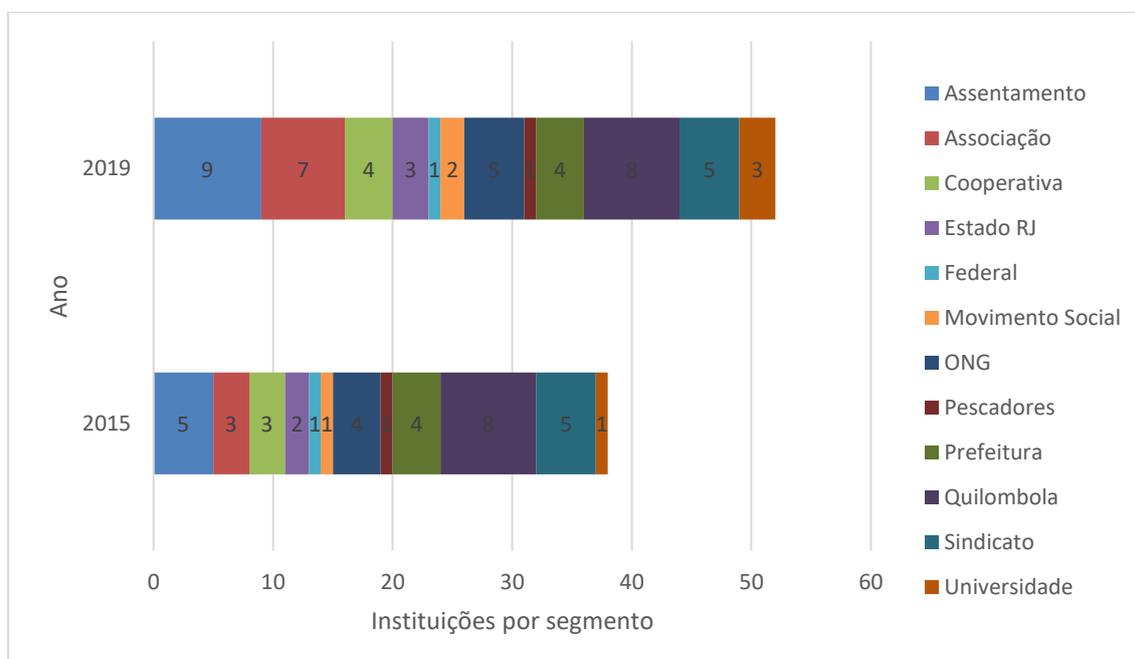


Gráfico 2: Comparação de instituições do Colegiado TNF por segmento

Fonte: elaborado pela autora

Para analisar a diversidade das instituições do Colegiado TNF e sua capacidade de geração de capital social, foram categorizadas pelas relações de ligação, ponte e conexão. O Colegiado TNF, no fim de 2019, tinha em sua composição trinta e três instituições que podem ser classificadas como tendo relações de ligação, isto é, na interação entre indivíduos com características similares, representando 63% das instituições, como pode ser observado na Tabela 10 e no Gráfico 3 abaixo. São representantes da sociedade civil, especificamente, de assentamentos, colônia de pescadores, quilombolas, associações, cooperativas e sindicatos. Além dos nove assentamentos, são cinco associações com diferentes objetivos, quatro cooperativas, três associações de pescadores, oito associações de quilombolas e cinco sindicatos de trabalhadores rurais.

Quadro 7: Instituições com relação de Ligação do Colegiado TNF (2019)

	Entidade	Civil/ público	Município	Segmento
1	Associação do Assentamento Ze Pureza	Civil	Conceição de Macabú	Assentamento
2	Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira	Civil	Macaé	Assentamento
3	Associação dos Trabalhadores Rurais do PA João Batista Soares	Civil	Carapebus	Assentamento
4	Assentamento 25 de Março	Civil	Carapebus	Assentamento
5	P.A. Antônio de Farias	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
6	P.A. Oziel Alves	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
7	P.A. Josué de Castro	civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
8	Associação de Produtores Rurais Paz na Terra	civil	Cardoso Moreira	Assentamento
9	Associação de Produtores Moradores de Boa Esperança	Civil	São Fidélis	Associação
10	Associação Cultural dos Povos das águas, do Campo e da Cidade – ACUPACC	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
11	Associação do Norte e Noroeste Fluminense da Agricultura Familiar – ANNFAF	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
12	Associação de Produtores Rurais e donos de imóveis – ASPRIM	civil	São João da Barra	Associação
13	Coletivo de Mulheres do Campo Raízes da Terra de Fazendinha	civil	Campos dos Goytacazes	Associação
14	Cooperativa de Agricultores Assentados de Campelo	Civil	Campos dos Goytacazes	Cooperativa
15	Cooperativa de Costura de Cajueiro	Civil	São João da Barra	Cooperativa
16	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOB)	Civil	Rio de Janeiro	Cooperativa
17	Arte Peixe	civil	São João da Barra	Cooperativa
18	Associação dos Moradores e Amigos da Coréia	Civil	São Francisco do Itabapoana	Pescadores
19	Associação de Pescadores Artesanais da Coroa Grande	Civil	Campos dos Goytacazes	Pescadores
20	Colônia de Pescadores Z-19	Civil	Campos dos Goytacazes	Pescadores
21	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados e Quilombola em Aleluia, Cambucá e Batatau	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
22	Associação do Movimento Quilombola Pro Lagoa Feia	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
23	Associação de Quilombolas de Conceição do Imbé	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
24	ARQUIQUISSAMÁ	Civil	Quissamã	Quilombola
25	Associação de Quilombola Deserto Feliz	Civil	São Francisco de Itabapoana	Quilombola
26	Associação Quilombola de Barrinha	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
27	Associação Quilombola de São Francisco	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
28	Associação de Moradores e Produtores Quilombola	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
29	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes	Civil	Campos dos Goytacazes	Sindicato
30	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Conceição de Macabu	Civil	Conceição de Macabú	Sindicato
31	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidélis	Civil	São Fidélis	Sindicato
32	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana	Civil	São Francisco do Itabapoana	Sindicato
33	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carapebus	Civil	Carapebus	Sindicato

Fonte: Nedet NF

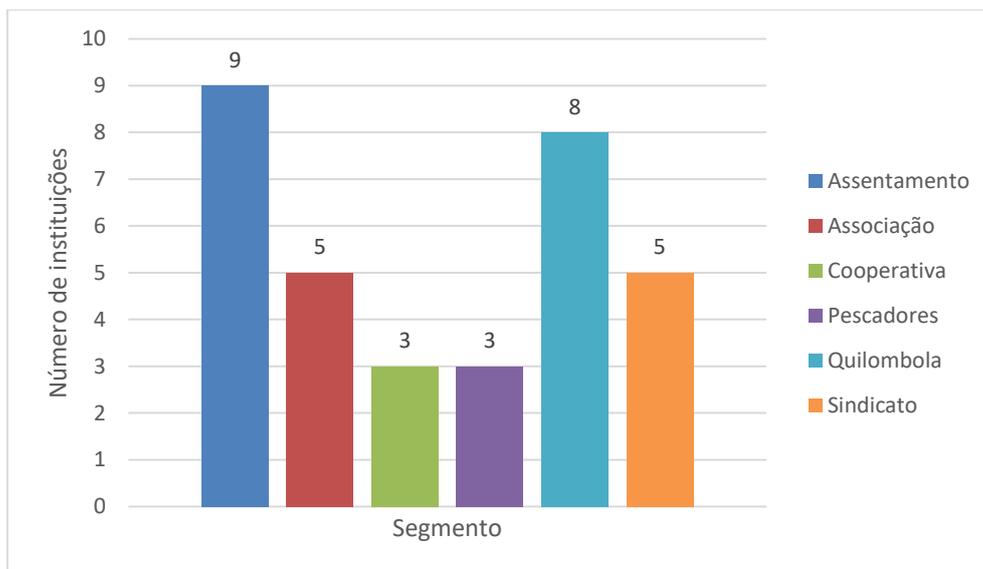


Gráfico 3: Instituições por segmento geradoras de capital social de ligação por segmento

Fonte: elaborado pela autora

É perceptível também significativa relação de ponte, isto é, sujeitos não similares em relação de horizontalidade, como representado na Tabela 11 e no Gráfico 4, visível nas entidades de apoio e fomento e sua interação constante com produtores rurais. São treze instituições sendo oito da sociedade civil e cinco públicas. Representam 25% das instituições do Colegiado TNF.

Quadro 8: Instituições com Relações de Ponte do Colegiado Territorial o Norte Fluminense Cícero Guedes (2019)

	Entidade	Civil/ público	Município	Segmento
1	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária	Civil	Campos dos Goytacazes	Assessoria Técnica
2	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Civil	Campos dos Goytacazes	Movimento Social
3	Comissão Pastoral da Terra - CPT	Civil	Campos dos Goytacazes	Movimento Social
4	Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
5	Instituto Solar Brasil de desenvolvimento, saúde e Pesquisa – ISOBRAS	civil	São Francisco de Itabapoana	Ong
6	AMA PEA FOCO	Civil	São Francisco do Itabapoana	ONG
7	Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos	Civil	São João da Barra	ONG
8	Instituto de Agroecologia e Meio Ambiente	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
9	Instituto Estadual do Ambiente	Público	São Francisco do Itabapoana	Ambiental
10	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Público	Campos dos Goytacazes	Pesquisa e Extensão
11	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	público	Campos dos Goytacazes	Universidade
12	Universidade Federal Fluminense	Público	Campos dos Goytacazes	Universidade
13	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP/UENF	público	Campos dos Goytacazes	Universidade

Fonte: elaborado pela autora com dados do Nedet NF

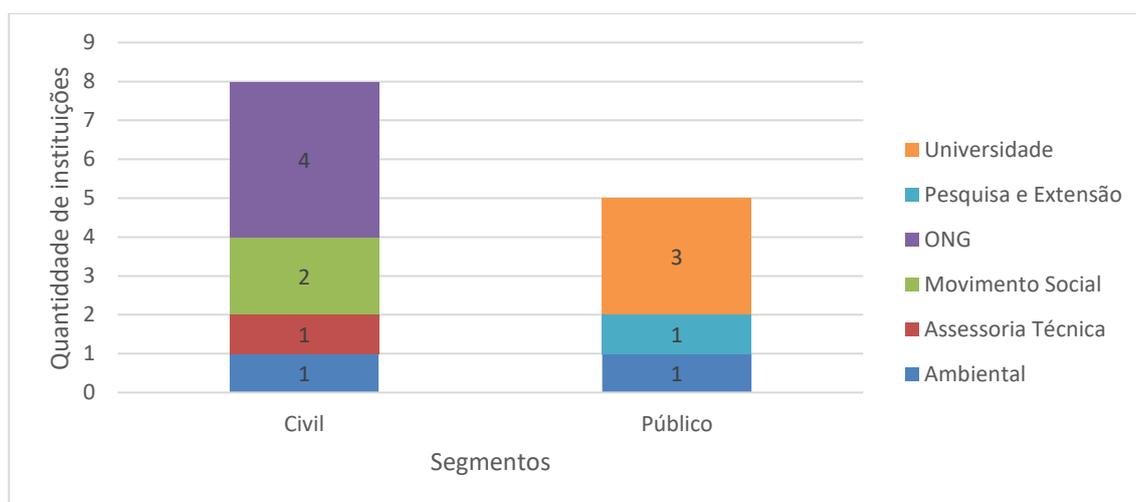


Gráfico 4: Instituições por segmento geradoras de capital social de ponte por segmento

Fonte: elaborado pela autora

Cabe ressaltar que as universidades cumprem um papel primordial para a constituição do capital social do Colegiado TNF. A participação de representantes das universidades se fez presentes e atuantes em todo o período de 2015 a 2019, como a Universidade Federal Fluminense, através do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Apesar de não ter representante no Colegiado TNF o Instituto Federal Fluminense também contribuiu efetivamente com apoio logístico e de infraestrutura, tanto para a realização das plenárias como das feiras. Além disso, o Núcleo de Desenvolvimento em Insumos Biológicos – NUDIBA/UENF foi quem implementou e geriu o NEDET NF.

Já as interações de conexão são deficientes, compostas por apenas seis instituições públicas representando 12% do total de instituições do Colegiado TNF. Além disso, apenas três municípios dos nove que compõe o TNF, participam: Carapebus, Cardoso Moreira e Conceição de Macabu, como demonstrado na Tabela 12 e no Gráfico 5, abaixo.

Quadro 9: Instituições Com Relações De Conexão Do Colegiado Territorial Do Norte Fluminense Cícero Guedes (2019)

	Entidade	Civil/ público	Município	Segmento
1	Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro - ITERJ	público	Campos dos Goytacazes	Estado RJ
2	Prefeitura Municipal de Carapebus - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca	Público	Carapebus	Prefeitura
3	Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira	Público	Cardoso Moreira	Prefeitura
4	Secretaria Municipal de Agricultura de Conceição de Macabú	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
5	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Conceição de Macabú	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
6	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Público	Rio de Janeiro	MDA

Fonte: elaborado pela autora com dados do Nedet NF

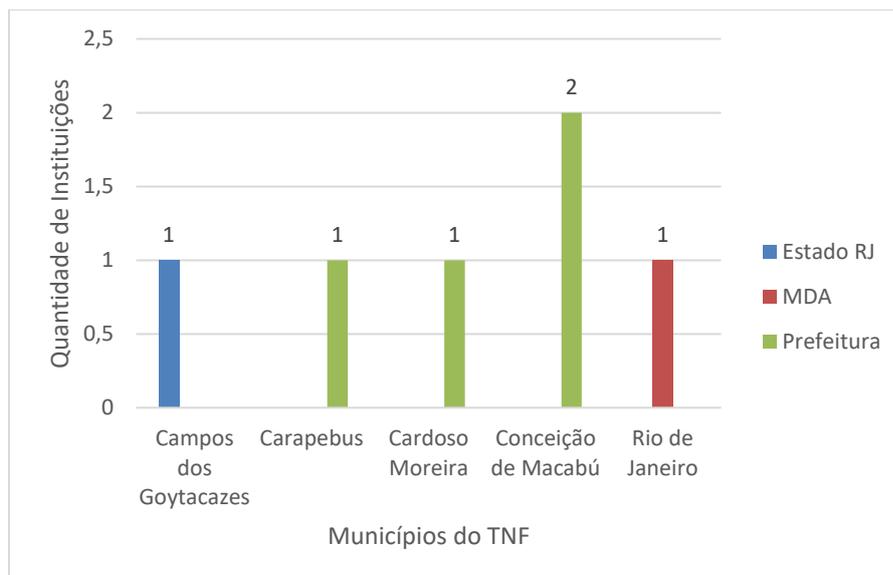


Gráfico 5: Instituições por segmento geradoras de capital conexão de ponte por segmento e município do TNF

Fonte: elaborado pela autora

Essa relação vertical e com posição de autoridade, faz-se presente a partir da atuação do poder público e de órgãos e instituições públicas envolvidos nas políticas territoriais. O poder público, contudo, é ator com restrita participação, ausência nas discussões territoriais o que enfraquece as interações de conexão. Apenas a prefeitura de Cardoso Moreira participa ativamente das atividades do Colegiado Territorial NF. Outro aspecto evidenciado aqui é que das instituições públicas que participam do Colegiado TNF, quase metade são de relações de ponte.

Como apontam PADILHA E SOUZA (2019), o ideal é ter o seu capital social dividido entre as três formas de redes sociais, de ligação, de ponte e de conexão, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade: i) confiança e comprometimento; ii) ampliação das fontes de informações e conhecimento; iii) acesso às instituições e ao poder (PADILHA E SOUZA, 2019). O Gráfico 6 mostra que no Colegiado TNF as instituições que geram capital social de ponte são maioria, representando 63% destas. As de ponte representam 25% e as de conexão apenas 12%. Outro dado que chama atenção é que 45% das instituições de ponte

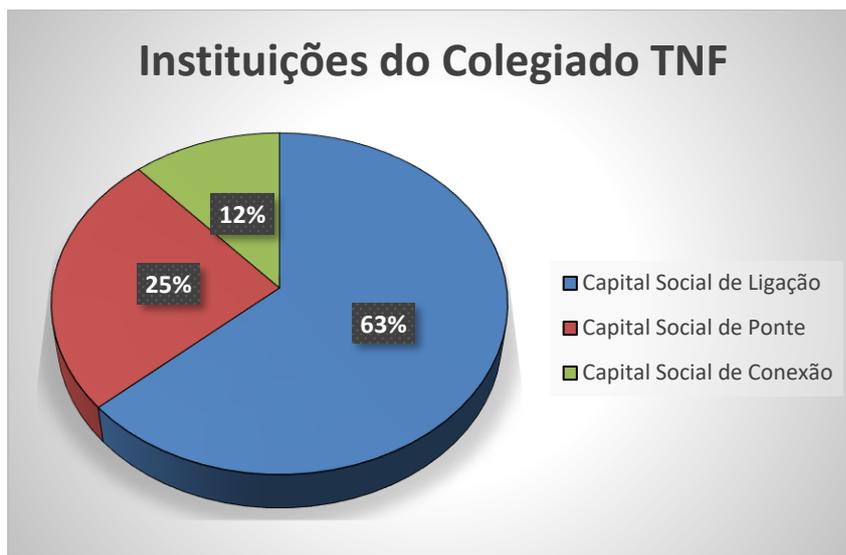


Gráfico 6: Participação das Instituições em relações de Ligação, Ponte e Conexão do Colegiado TNF (2019)

Fonte: Elaborado pela autora por documentos do Nedet NF

A análise das instituições pela categorização em instituições de ligação, de ponte e de conexão, reforça que o Colegiado TNF é composto por fortes e diversificadas instituições do terceiro setor que atuam historicamente para o desenvolvimento rural do Território NF. Além disso, o Colegiado TNF possui capital social de ponte, tanto numérico quanto diverso. Cabe ressaltar que as universidades são fundamentais gerando capital social de ponte e contribuindo para o acesso à informação e conhecimento no Colegiado TNF. Já o poder público, não tem participação nem interesse, ficando assim comprometido o capital social de conexão. Esta realidade traz severas consequências para a atuação do Colegiado NF, que além de sofrer pelo descaso e pela falta de suporte público sofre também por sua animosidade, principalmente em relação a Prefeitura de Campos dos Goytacazes, município que sedia o Colegiado TNF. As interações de conexão são importantes para influenciar níveis de qualidade de vida e melhorias da infraestrutura das comunidades. No caso do Colegiado TNF, esta influência é notável, pois as políticas públicas territoriais, criadas justamente para melhorar as condições de vida dos agricultores familiares, tem em seu desenho institucional o incentivo à participação e ao empoderamento da sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, dependência dos poderes públicos na sua execução. Portanto, a ausência do poder público nas discussões territoriais é fator complicador para o desenvolvimento das ações, quando enfraquece as interações de conexão.

Para contribuir com a análise da autonomia e capital social do Colegiado TNF, alguns aspectos aqui levantados podem ser destacados como estratégias encontradas para reduzir sua dependência de agentes externos, de entes públicos desinteressados e estimular a participação social e a autonomia de suas ações. O primeiro aspecto refere-se à organização interna, tanto do Colegiado quanto da Feira pela elaboração coletiva de seu regimento interno. A existência do regimento interno, garante transparência ao processo o que contribui para reforçar os laços de confiança e cooperação dos agricultores familiares. Outro ponto importante que deve ser destacado diz respeito ao que foi deliberado no regimento interno da Feira, que condiciona a participação na feira a efetiva participação no Colegiado TNF, garantindo desta forma que tanto a feira quanto o Colegiado sejam construções coletivas, dificultando ações personalistas e apropriações indevidas.

Por fim, o aspecto fundamental e que será detalhado no próximo capítulo foi a organização das Feiras Territoriais. Essas feiras ganharam a aderência dos agricultores do Colegiado pela necessidade de comercializarem seus excedentes e tornou sua participação mais autêntica e efetiva, dobrando a participação dos assentamentos no Colegiado TNF, como mostrado anteriormente. Além disso, trouxe grande visibilidade, atraindo inclusive o interesse do setor público, como o Secretário de Agricultura de Campos e a prefeitura de Quissamã. As feiras foram espaços de rica troca de conhecimentos e informações, aspectos fundamentais para a consolidação do Capital Social do Colegiado TNF. No próximo capítulo será detalhado o caminho percorrido pelo Colegiado TNF para a realização das Feiras TNF, suas dificuldades e sua contribuição para o fortalecimento do capital social do Colegiado.

Inicia-se o capítulo dissertando sobre os circuitos curtos de comercialização, destacando-se as feiras como mercados de reciprocidade, o papel dos consumidores responsáveis e a importância da identidade territorial como vantagem para a comercialização nos ditos circuitos curtos. Serão também apresentadas e discutidas as Feiras Territoriais de 2016, 2018 e 2019. Por fim, serão analisados qualitativamente quatro agroecossistemas familiares (como são denominadas as propriedades de agricultores familiares) pelo Método Lume de análise econômica-ecológica proposto pela AS-PTA, que participaram de todo o processo de constituição do Colegiado TNF e das Feiras TNF, pelos atributos sistêmicos de autonomia e integração social, detalhado a seguir.

5 A FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE: CIRCUITO CURTO E CAPITAL SOCIAL

Quanto mais a produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores. Quanto maiores eram a distância e a duração dos mercados para os quais o camponês produzia, e mais lhe era impossível vender diretamente aos consumidores, tanto mais tinha necessidade de um intermediário. O comerciante tomou então lugar entre os consumidores de um lado e os produtores de outro. Era esse mesmo comerciante que, com uma vista d'olhos, abarca o mercado bem melhor que os demais, que o domina numa certa medida e que dele se utiliza para explorar o camponês (KAUTSKY, 1980).

O objetivo deste capítulo é analisar a relevância das feiras territoriais como espaço de geração de capital social para o Colegiado TNF. As feiras, enquanto circuitos curtos de comercialização, apresentam-se como oportunidade de estreitamento das relações entre produtores, entre produtores e consumidores pela troca de informação e conhecimento. Além disso, contribui para a autonomia dos agricultores, a segurança alimentar e nutricional, a valorização dos costumes e culturas locais, além de ampliar os sistemas de cultivo e de produção. (HEBERLÊ, SICOLI *et al*, 2017). Esses elementos são estruturantes para geração de capital social e favorecem o desenvolvimento do agricultor familiar. Feiras de produtores rurais são um exemplo de como certas aptidões locais podem converter-se na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação (ABRAMOVAY, 2003), o que contribui para a geração de capital social.

Os mercados territoriais (e o processamento da produção realizado nas próprias unidades produtivas) representam uma importante antítese dos impérios alimentares. Os mercados territoriais sejam eles as tradicionais feiras de rua ou as formas recém-criadas de comércio eletrônico, são circuitos por meio dos quais os alimentos não artificializados (ou seja, produtos agrícolas genuínos, frescos e integrais) são comercializados diretamente entre produtores e consumidores. As transações são realizadas (ou enraizadas) a partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa qualidade e preço justo (PLOEG, 2021).

Inicia-se este capítulo com a discussão sobre os circuitos curtos e os mercados de proximidade, sua relevância para a agricultura familiar e as potencialidades para geração de capital social. No segundo tópico apresenta-se as Feiras Territoriais do Norte Fluminense, ocorridas em 2016, 2018 e 2019, seus pontos fortes e desafios. Por fim,

analisa-se a geração de capital social dos agricultores familiares que participam do Colegiado TNF e da Feira TNF de 2015 a 2019 pelo método de análise qualitativa LUME, proposto pela AS-PTA.

5.1 Circuitos Curtos e Mercados de Reciprocidade

Compreender a vida social a partir das necessidades, mostrando de um lado, que a obtenção dos meios de subsistência é cumulativa e relativa ao equipamento técnico; de outro, que ela não pode ser considerada apenas do ângulo natural, mas deve também ser encarada como forma organizativa da atividade. Afinal, o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter a comida. A fome se caracteriza por exigir satisfação constante e requer organização social adequada. A alimentação se torna o centro de um dos mais vastos complexos culturais, abrangendo atos, normas, símbolos, representações (CANDIDO, 2003).

O acesso ao mercado e à comercialização dos produtos agrícolas da agricultura familiar constitui um dos seus principais gargalos. A escolha de mecanismos de comercialização dos pequenos produtores deve envolver ações que se adaptem à pequena escala, ao tipo de qualificação do trabalho, ao relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços e à existência de estratégias competitivas, muitas vezes ações complexas para o pequeno produtor (SEPULCRI E TRENTO, 2010). Com efeito, o desenvolvimento rural se dissocia da busca de economia de escala decorrente do aumento da produtividade agrícola e se aproxima de uma concepção que valoriza a construção de economias de escopo direcionadas para satisfazer uma demanda atenta à qualidade dos bens e serviços ofertados (CAZELLA, BONAL *et al*, 2009).

Para alcançar esse mercado é necessária uma transformação na cultura local, tanto nas práticas de cultivo, quanto de organização, que considerem a diversidade identitária e sistemas de produção diversificados. Passa também por uma transformação da relação do pequeno produtor com os mercados, autônoma, e pela superação das assimetrias geradas pelo modelo excludente e concentrador de renda. O importante é que os conhecimentos de um corpo social localizado territorialmente possam exprimir-se em marcas capazes de oferecer garantia aos consumidores e elevar a renda dos produtores. (ABRAMOVAY, 2003). É fundamental, nesse sentido, a organização de iniciativas que comecem a materializar a existência dessa dinâmica territorial.

No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Dois casos de CC podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e a venda indireta via um único intermediário, que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local (DAROLT, LAMINE *et al*, 2013).

Outras denominações, como circuitos de proximidade, mercados de reciprocidade ou circuitos locais, têm sido utilizadas, reforçando a noção de proximidade geográfica e o aspecto social e relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação. Esses tipos de circuito de comercialização reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo, de forma justa e solidária para ambas as partes: produtores e consumidores.

A reciprocidade é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou de mutualidade (SABOURIN, 2011). O princípio de reciprocidade corresponde a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser, ao limite, o caso da troca. Segundo SABOURIN (2014), a dificuldade econômica da construção de um valor de troca adaptado e justo tanto para o produtor como para o consumidor reside na contradição entre o sistema de reciprocidade que considera as necessidades das pessoas e o sistema de troca capitalista que privilegia a concorrência para a acumulação privada do lucro.

Assim, as iniciativas construídas a partir de experiências de venda direta ou de controle de cadeias curtas pelos produtores passaram a incluir mecanismos de construção social de mercados diversificados e de qualificação dos produtores. São experiências que podem ser analisadas em termos de relações de reciprocidade, associando uma transação material comercial a uma relação humana específica que vem agregar valor social ao valor de troca. Essas experiências, de acordo com SABOURIN (2014), oferecem alternativas à exploração capitalista, à troca desigual e, ao mesmo tempo, permite valorizar os atributos específicos dos territórios locais e os valores humanos éticos, afetivos e de identidade. Revelam uma crítica aos processos de globalização, padronização e artificialização ensejados pela indústria alimentar. Esses

mercados são a expressão da luta política de agricultores e consumidores, para reconstruir os valores da agricultura e da ruralidade, numa convenção valorativa de “comida de verdade” a um modo camponês de produção (NIEDERLE, 2017).

Nos últimos anos, houve o surgimento e crescimento de um novo tipo de consumidores de alimentos, demandantes não apenas por alimentos saudáveis, ecológicos ou orgânicos, mas também por transformar suas práticas de consumo em formas de engajamento político, os chamados consumidores responsáveis (NIEDERLE, 2017). Consumo responsável pode ser definido como um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental (KAIROS, 2011).

Assim, o consumidor que passa a conhecer detalhes sobre o processo produtivo constatando, além da qualidade, o cuidado e os saberes que compõem o cultivo de produtos agroecológicos poderá perceber que quando compra um produto, além de adquirir um bem, está apoiando um modo de produção (KAIROS E CAPINA, 2013), Isto explicaria, em partes, o relativo sucesso, em face da precariedade do suporte de políticas públicas, de alternativas inovadoras baseadas em sistemas não convencionais de produção e comercialização (NIEDERLE, 2017).

No entanto, a partir dos anos 1990, os supermercados, ícones dos circuitos longos, suplantaram os canais curtos de comercialização, inclusive no setor de alimentos de base ecológica. Nas principais capitais do Brasil, a maioria dos consumidores de produtos orgânicos (72%) ainda compra em supermercados, mas boa parte já complementa suas compras em pequenos varejos: 42% recorrem a lojas especializadas e 35% a feiras do produtor, segundo pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras. (DAROLT, LAMINE *et al*, 2013). Com os supermercados tendo gerado notável concentração na comercialização de bens, e o predomínio de relações impessoais, é possível considerar as feiras como espaços de comercialização de resistência, onde ainda existem relações pautadas por outros elementos além da compra e venda. (KAIROS E CAPINA, 2013).

Para SEPULCRI E TRENTO (2010), a estratégia de diferenciação dos produtos para a agricultura familiar compreende o grau em que um determinado produto é considerado diferente pelos consumidores. Possibilitam aumento de rendimentos, proteção contra a rivalidade competitiva, fidelização dos clientes e menor sensibilidade ao preço. O produtor passa de tomador de preço para formador de preço. As principais estratégias são: diferenciação de produtos; de serviços ao cliente; canais de distribuição; imagem da marca; de pessoas no atendimento; atributos do produto; certificação, rastreabilidade e denominação de origem; identidade socioambiental; transformação e processamento mínimo.

As iniciativas bem-sucedidas em CC acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e consumidores, enfim, com um conjunto de atores de um território. Cada vez mais o consumidor também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, entre outras. As características que são procuradas nesses circuitos são alimentos associados a modos tradicionais de produção, sistemas étnicos-culturais, origem reconhecida, sistemas sustentáveis de manejo e produção da reforma agrária e da agricultura familiar. Esses circuitos de produção e consumo reforçam os mecanismos de confiança e reciprocidade, geradoras de capital social (NIEDERLE, 2017). Na construção de mercados territorializados as redes alternativas podem favorecer a inclusão de agricultores menos capitalizados e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a alimentos agroecológicos para consumidores com menor poder aquisitivo.

As feiras favorecem a aproximação entre o urbano e o rural através da troca de saberes entre produtores e consumidores e promovem a troca de experiência dos produtores entre si, possibilitando a identificação de suas habilidades e instituindo um ambiente de aprendizagem, solidariedade e parcerias. O produtor que utiliza esse canal de venda amplia seu campo de atuação, assumindo novas atribuições. Promove o diálogo entre produtores e outros atores, a sensibilização de consumidores para o exercício do consumo responsável, trocas culturais e solidárias, valorização da cultura alimentar local e informações sobre o cultivo dos alimentos comercializados na feira (KAIROS E CAPINA, 2013).

Desta forma, as feiras agroecológicas desenvolvem atividades como oficinas, rodas de conversa, troca de receitas, exibição de vídeos, entre muitas outras ações. Os temas frequentemente trabalhados fazem parte da própria dinâmica e propósitos da feira, como discussões sobre segurança alimentar, práticas sustentáveis de consumo, desafios da agricultura familiar, valorização de identidades locais, através de produtos típicos comercializados nas feiras, como artigos de povos tradicionais, grupos de mulheres, entre outros.

Nesta perspectiva, a construção de novos espaços de troca passa a ser um elemento-chave para novas estratégias de inclusão, não apenas em virtude do potencial retorno monetário, mas porque eles também se constituem em importantes mecanismos de valorização dos componentes simbólicos que identificam, distinguem e qualificam os alimentos oriundos das diferentes agriculturas familiares. Esses novos circuitos só poderão se concretizar com a construção de pontos de abastecimento integrados a sistemas logísticos inovadores, com um arranjo institucional que reconheça o diferencial qualitativo dos produtos e minimizem práticas de apropriação industrial dos valores característicos da agricultura familiar e camponesa (NIEDERLE, 2017). A presença em feiras agroecológicas pode impulsionar a autonomia dos agricultores, o trabalho familiar, à produção diversificada, a relação diferenciada com o consumidor, a preservação da biodiversidade, a valorização da paisagem, a qualidade alimentar e saúde dos produtores e consumidores, estimular as cadeias curtas e assim, contribuir para dinamizar a economia local, contribuindo para o aumento do fluxo monetário no território (KAIROS E CAPINA, 2013).

A estratégia de diversificação é a expansão do leque de serviços e produtos oferecidos (SEPULCRI E TRENTO, 2010). Com a diversificação podem-se obter rendimentos maiores. No campo da dimensão tecnológica promove a rotação de culturas e preserva a biodiversidade do solo. Na dimensão econômica evidencia a distribuição das receitas ao longo do ano, o uso mais eficiente dos ativos e a redução dos riscos. A estratégia de diversificação pode ocorrer por setores, por produtos, por canais de comercialização e por mercados.

A organização da I Feira TNF iniciou-se no fim de 2015, apoiada pela equipe do NEDET NF. Sua motivação primeira foi a de contribuir para a inclusão produtiva dos agricultores familiares da região. No decorrer do processo de realização das Feiras TNF, muito mais pode ser alcançado, como dar maior visibilidade a agricultura familiar do Território NF, aproximar os produtores dos consumidores e provocar mudanças na

base produtiva tanto em vistas da diversificação produtiva quanto a de utilização de insumos biológicos. Observa-se que a organização da III Feira TNF em 2019 foi bem mais fluida a partir da experiência acumulada pelo Colegiado TNF, sua realização mais autônoma e participativa, com incremento tanto no número de feirantes/agricultores quanto em relação a diversidade de produtos comercializados. A III Feira TNF também realizou rodas de conversas, com expressiva participação dos agricultores familiares. Nessa perspectiva no capítulo seguinte apresenta-se as Feiras Territoriais da Agricultura Familiar do Norte Fluminense, organizadas em 2016, 2018 e 2019, pelo Colegiado TNF.

5.2 As Feiras TNF: espaços de trocas, sabores e saberes

A presença em feiras agroecológicas pode impulsionar a autonomia dos produtores, estimular as cadeias curtas e ajudar a dinamizar a economia local, contribuindo para o aumento do fluxo monetário no território. Oferecem alternativas à exploração capitalista, à troca desigual e, ao mesmo tempo, permite valorizar os atributos específicos dos territórios locais e os valores humanos éticos, afetivos e de identidade, gerados pelas relações de reciprocidade (SABOURIN, 2014). Amplia novas formas de inclusão social, as quais articulam o reconhecimento de outros valores que não apenas da produtividade, eficiência e escala. Estas novas formas de inclusão seguem parâmetros que não estão vinculados às exigências que o ideário da modernização impôs ao meio rural (NIEDERLE, 2017).

A maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização utilizavam até 2020, de dois a três canais de venda quais sejam: feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e compras governamentais. (DAROLT, LAMINE *et al*, 2013). Nesses sistemas, a autonomia do agricultor em termos de gestão, planejamento e comercialização é maior quando comparada à dos circuitos longos. As propriedades que escoam a sua produção em CC são mais diversificadas trabalhando simultaneamente com uma ampla gama de produtos vegetais e de origem animal. Atualmente discute-se os Mercados Alimentares Digitais, uma adaptação de agricultores familiares em tempos de pandemia para acessar os circuitos curtos.

As regiões com economias locais diversificadas podem criar ambientes favoráveis à integração setorial que podem reduzir os custos de transação e gerar externalidades territoriais positivas. A diversificação também possui efeitos sobre a

sociabilidade, uma vez que os agricultores diversificados possuem maior interação com os consumidores e com a comunidade local (SCHNEIDER, 2010). A produção diferenciada é um importante espaço para a agricultura familiar que, ao invés de concorrer no mercado global por meio de custo e preço, pode oferecer produtos para diferentes nichos de mercado (SEPULCRI E TRENTO, 2010).

A proposta de realização da Feira Territorial do Norte Fluminense nasce no final de 2015, na última plenária do Colegiado TNF daquele ano. A discussão interna do núcleo diretivo fazia-se na necessidade de manter atrativas as plenárias. Havia um entendimento que as pautas estavam muito teóricas e que as plenárias não estavam mais tão participativas. As questões de organização social mobilizaram o Colegiado por todo o ano de 2015. O NEDET NF e o Colegiado TNF passam então a discutir a necessidade de trabalhar a inclusão produtiva dos agricultores familiares que compunham o Colegiado. Em plenária no fim de 2015, o NEDET NF propõe a realização de uma Feira Territorial. A proposta foi amplamente aceita e passou a mobilizar as reuniões do Colegiado TNF.

Nascia assim a Feira Territorial da Agricultura Familiar do Norte Fluminense. Definiu-se que os objetivos da Feira seriam: a) A Feira seria força motriz de organização do Território NF com a participação efetiva do Colegiado NF na sua organização; b) a Feira Territorial contribuiria para autonomia dos agricultores, abrindo novos canais de escoamento da produção; e c) a Feira seria instrumento de diversificação da produção dos agricultores de forma a atender a necessidade de diversidade de produtos a serem consumidos e ou comercializados.

A I Feira aconteceu em junho de 2016, em dois dias, na Praça do Liceu, em Campos dos Goytacazes. A realização da Feira mobilizou diversos atores e instituições tanto da sociedade civil quanto do poder público como a Prefeitura de Campos, de Cardoso Moreira, Carapebus e Quissamã, que disponibilizaram barracas, caminhão para o transporte das mercadorias e o espaço físico. A sociedade civil apoiou fortemente a feira com divulgação, disponibilização de equipamento de som e apresentações artísticas. Fundamental também foi o apoio do Instituto Federal Fluminense, que disponibilizou transporte para os feirantes/produtores e da UENF, com todo apoio logístico. Uma ação concreta que uniu o território e deu grande visibilidade para a agricultura familiar da região.

A Feira foi amplamente divulgada nas mídias sociais e pela imprensa local, dando ampla cobertura ao evento demonstrando o potencial da Feira para trazer a

público a discussão sobre agricultura familiar (Figura 6). Além de haver uma equipe técnica atuando na organização, o NEDET NF/NUDIBA, a Feira aconteceu devido ao grande engajamento de diversos atores de diferentes instituições públicas e privadas do Território Norte Fluminense pela dinamização do Capital Social do Colegiado TNF.



Figura 6: Divulgação da I Feira Territorial do Norte Fluminense (2016)

Foi comercializado um volume expressivo de produtos entre frutas, verduras e legumes, além de alimentos processados da pesca, peixes de água doce e salgada, doces, bolos, geleias, artesanatos, entre outros. No entanto, os dados da comercialização da I

Feira TNF não foram coletados. Além disso, a Feira foi um espaço de demonstrações artísticas do Território, com diversas atrações musicais e apresentação de Jongo, pelos quilombolas de Quissamã.

Na plenária de avaliação da I Feira TNF, o Colegiado TNF vislumbrou o papel que a Feira poderia ter para a autonomia dos agricultores familiares e desenvolvimento rural da região. Além do retorno financeiro, algumas questões intangíveis passaram a fazer parte das pautas das plenárias do Colegiado TNF: identidade territorial, venda direta, agroecologia, produção sem veneno, diversificação produtiva, segurança alimentar e proteção ao meio ambiente. A grande participação e apoio da sociedade civil de Campos dos Goytacazes, deu visibilidade a agricultura familiar do território e apontou a demanda por uma relação de proximidade entre produtores e consumidores. Além disso, o Colegiado TNF passou a discutir sobre agroecologia e certificação orgânica, uma vez que a população demandou por esses produtos na Feira TNF.

Os agricultores familiares do Colegiado TNF saíram da Feira fortalecidos, valorizados e queriam mais. As discussões passaram então a serem direcionadas para a realização de Feiras mensais. Foram realizadas algumas feiras mensalmente em 2016, mas o custo alto de deslocamento junto a perdas de produção não vendidas inviabilizou-as economicamente. Como a Feira TNF reúne agricultores dos 9 municípios do Território Norte Fluminense, cujas distâncias são significativas, a participação nas feiras mensais para muitos agricultores, ficou inviável. Desde a I Feira TNF decidiu-se pela realização da entrega de cestas mensais com produtos do território. Na comercialização através de entrega de cestas os produtos já estão vendidos a priori, minimizando assim as perdas e viabilizando a participação de todos. As discussões também levavam em consideração que a Feira TNF anual seria uma forma de estimular a participação em feiras locais, também com o objetivo de aproximar os produtores de seu público-alvo.

O ano de 2016 também foi marcado pela mudança de governo (*impeachment* da Presidenta Dilma) e pela extinção da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Acabou-se também o contrato do NEDET NF e o apoio das políticas públicas de desenvolvimento territorial. O Colegiado Norte Fluminense entra em estado de dormência e as plenárias foram esvaziadas. Nenhuma plenária foi realizada em 2017 e não houve Feira Territorial.

No final de 2017, o Colegiado TNF realiza uma plenária apenas com as instituições do terceiro setor e delibera pela realização da II Feira Territorial do Norte Fluminense programada para junho de 2018. Com o cenário político complicado, as

instituições do terceiro setor decidem agir por conta própria e minimizar a participação do setor público. Assim, o Colegiado TNF passa a se reunir para organizar a II Feira TNF de forma autônoma sem a participação das instituições e influência do poder público. A estratégia definida de organizar a Feira TNF apenas com as instituições do terceiro setor e seus parceiros e depois informar ao setor público deu-se pela falta de interesse de apoio à agricultura familiar na região, principalmente da Prefeitura da cidade de Campos dos Goytacazes (onde a Feira seria realizada). Era de entendimento do grupo que a participação do setor público pouco ajudaria e poderia criar empecilhos para a realização da Feira, o que de fato aconteceu.

O primeiro contato com o poder público de Campos dos Goytacazes foi para solicitação do espaço da praça do Liceu para a realização da Feira. Como na Feira de 2016, o Colegiado pretendia realizar a II Feira também na Praça do Liceu, em Campos dos Goytacazes. A solicitação de ocupação da praça foi feita junto a Secretaria Municipal de Entretenimento, órgão responsável pela liberação do espaço. O Colegiado foi surpreendido com a cobrança de uma taxa de três mil reais para a realização da Feira, valor inviável para os participantes do Colegiado TNF. A Secretaria Municipal de Agricultura de Campos dos Goytacazes foi procurada para reduzir ou isentar a taxa e manifestou-se de forma indiferente, não tomando qualquer providência. Assim, membros do Colegiado utilizaram suas redes sociais e tornaram pública a cobrança da taxa. Imediatamente os organizadores da Feira foram convidados a uma reunião na Secretaria Municipal de Entretenimento que se desculpou pela cobrança e isentou o Colegiado da taxa.

A pauta de organização da II Feira volta a mobilizar as instituições do Colegiado e as plenárias voltam a ficar cheias e participativas. Foi dessa forma que em 2018, quando da realização da II Feira TNF decidiu-se pela formulação do Regimento Interno da Feira, para coibir a participação de intermediários/atravessadores, estimular a participação coletiva e a diversificação da produção. O Regimento Interno da Feira Territorial foi aprovado em 24 de abril de 2018 em plenária do Colegiado TNF (anexo x) com os seguintes objetivos: a) Fortalecer a Agricultura Familiar do Território Norte Fluminense; b) Valorizar os produtos e a identidade local do TNF; c) Divulgar os produtos da Agricultura Familiar do Território Norte Fluminense e estabelecer relação direta com a sociedade; d) Promover a educação ambiental e incentivar a preservação do meio ambiente; e) Melhorar a renda dos agricultores familiares do Território Norte

Fluminense; f) Melhorar a alimentação dos agricultores e da sociedade; g) Oferecer produtos a preços justos para a sociedade e h) Promover a inclusão social.

Foi incluído no Regimento Interno da Feira TNF que os produtos a serem comercializados, originários da agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e artesanato só poderiam ser os produzidos pelos próprios agricultores familiares. Este ponto pretendia proteger a feira de possíveis comerciantes e atravessadores. Para garantir essa deliberação foi criada uma comissão com o objetivo de visitar as propriedades. Esse aspecto deve ser ressaltado uma vez que as visitas as propriedades além de garantir que não sejam comercializados produtos que não sejam próprios, torna-se também uma ferramenta para a realização da certificação participativa.

Para estimular a participação nas plenárias do Colegiado TNF e na organização da feira foi decidido que pelo menos um representante das instituições deveriam estar presente nas reuniões deliberativa e que após três faltas consecutivas não haveria mais a possibilidade de participarem da Feira. Uma dificuldade enfrentada na primeira feira foi a falta de um planejamento coletivo dos produtos comercializados. Muitos produtores comercializaram produtos iguais o que além de trazer pouca diversidade de produtos ofertados, acarretou também na concorrência pela demanda. Para corrigir esta questão, para as feiras seguintes foi realizado um levantamento prévio dos produtos de cada comunidade\entidade de forma a garantir a maior diversificação possível na feira.

A II Feira Territorial do Norte Fluminense foi realizada nos dias 29 e 30 de junho de 2018, com um número expressivo de instituições e bem mais diversificada em termos de produtos comercializados do que a I Feira em 2016. Talvez mais importante do que o retorno financeiro, o principal resultado da organização autônoma da II Feira tenha sido o fortalecimento político e de organização do grupo. Desde então o Colegiado TNF permanece se reunindo independente de políticas públicas territoriais de apoio, que foram extintas e sem o apoio do poder público local. Mais uma vez o capital social do Colegiado TNF foi mobilizado e, nesse caso, fortalecido. A partir da realização autônoma da II Feira TNF houve grande engajamento da sociedade civil de Campos dos Goytacazes, com declarações de apoio e incentivo à proposta. Além disso, o poder público também se aproximou, procurando estabelecer uma relação mais horizontalizada.

Os resultados positivo da II Feira em 2018, tanto em termos tangíveis, com o volume de vendas tanto quanto os intangíveis como a visibilidade, coesão do grupo, discussões de temas relevantes motivaram a organização da III Feira em junho de 2019.

As reuniões iniciaram-se em fevereiro de 2019. A organização da III Feira deu-se de forma mais fluida tendo em vista o aprendizado acumulado da realização das anteriores. Outro aspecto importante referente ao trabalho do Colegiado TNF neste período foi que entre a II Feira e a III Feira TNF houve expressivo aumento do volume e da diversificação dos produtos comercializados, como pode ser observado nos Gráficos 7, 8 e 9 abaixo. Os dados referentes aos produtos comercializados nas II e III Feira TNF foram coletados pela equipe do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal Fluminense, coordenado pela professora Maria do Socorro Bezerra de Lima. Cabe ressaltar que os dados dos artesanatos comercializados na II Feira TNF não foram coletados, não sendo assim possível fazer a comparação entre as feiras de 2018 e 2019. Os dados da comercialização do artesanato da III Feira TNF são apresentados no Gráfico 10.

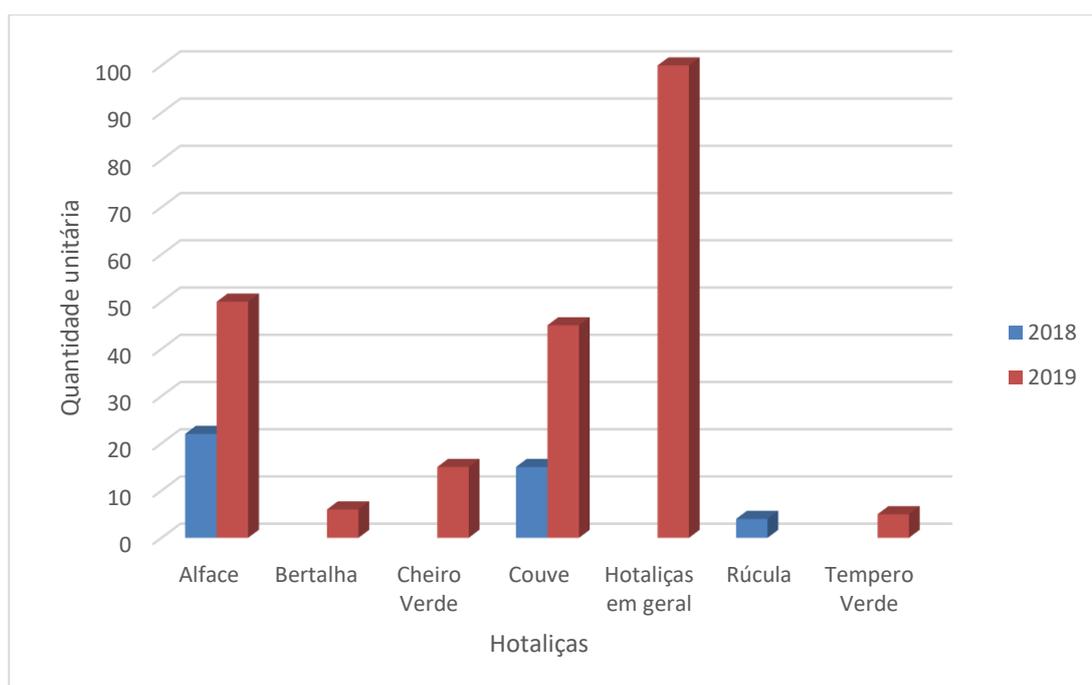


Gráfico 7: Gráfico comparativo de hortaliças comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)

Fonte: elaborado pela autora com dados coletados pelo NERU/UFF.

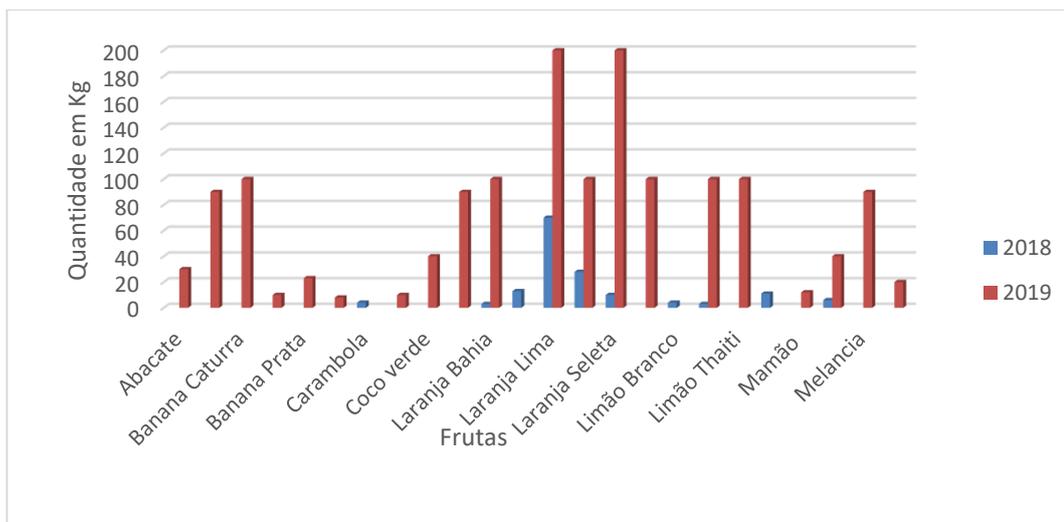


Gráfico 8: Gráfico comparativo de frutas comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)

Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados pelo NERU/UFF

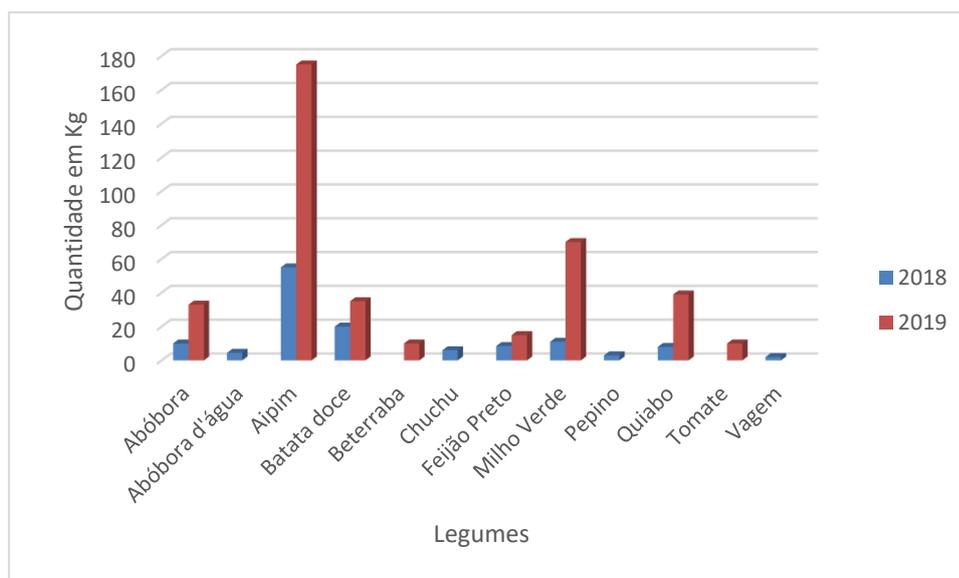


Gráfico 9: Gráfico comparativo de legumes comercializadas nas II e III Feira TNF (2018-2019)

Fonte: Dados coletados pelo NERU/UFF e organizados pela autora

Outro aspecto das Feiras TNF e em especial da feira de 2019, é o expressivo volume e diversificação de frutas comercializadas. Esse dado retrata em partes a vocação da região que tem se especializado na fruticultura. Chama atenção também para o volume de aipim e milho verde vendidos. A baixa venda de hortaliças relaciona-se mais com a baixa oferta, uma vez que foram bastante demandados nas feiras. O artesanato na região também é bem expressivo. Nas três feiras um volume grande de

artesanatos foi comercializado, mas somente os dados da III Feira foram coletados, como mostra o Gráfico 10.

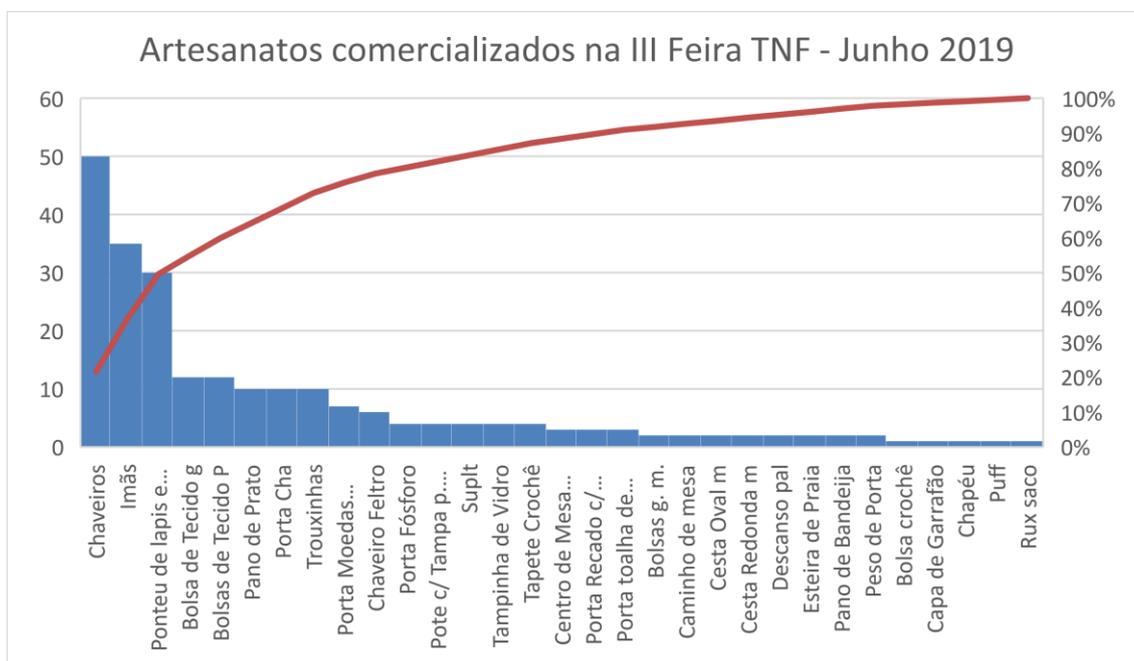


Gráfico 10: Gráfico de artesanatos comercializadas na III Feira TNF (2019)

Fonte: elaborado pela autora com dados coletados pelo NERU/UFF

A Feira TNF mesmo que ainda informalmente entrou no calendário do Município. Desta forma, a autorização da liberação da Praça do Liceu para a realização da III Feira TNF deu-se de forma simples. A Prefeitura de Campos dos Goytacazes apoiou a realização da feira, via Secretaria Municipal de Governo o que facilitou bastante o trabalho de organização. Algumas reuniões foram realizadas com a então Secretária de Governo, Daniela Tinoco, intermediadas pelo vereador Abu do PPS, que já havia apoiado a Feira de 2018.

Outro ponto importante para o bom funcionamento da III Feira foi o cumprimento do Regimento Interno, aprovado em 2018. Claramente este instrumento de regulação criado e aprovado pelo Colegiado TNF facilitou a comunicação nas plenárias e norteou a organização da Feira. Também, o regimento interno, coibiu atitudes oportunistas, como a participação de comerciantes, fato que sempre coloca em risco as iniciativas de criação de feiras da agricultura familiar, que rapidamente são ocupadas e apropriadas pela figura do intermediário. Desta forma, cumprindo o regimento interno que dispõe sobre obrigatoriedade de os produtos comercializados

serem especificamente dos agricultores familiares, criou-se um ambiente de vigilância pelos próprios participantes garantindo assim que a feira permaneça apropriada pelos agricultores familiares do Norte Fluminense.

Outro aspecto importante da III Feira TNF foi a realização de Rodas de Conversas. A agenda colocada pelo Colegiado TNF e discutida em rodas de conversas ancorou-se em três pontos fundamentais para o desenvolvimento e autonomia da agricultura familiar, quais sejam: diversificação produtiva, comercialização em circuitos curtos e certificação orgânica social. Os temas discutidos com os agricultores familiares participantes da Feira TNF foram: a) Circuitos curtos de comercialização: aproximando o produtor e o consumidor, moderado pelo pesquisador Pedro Campeão, sócio diretor da Cultiva Desenvolvimento Socioambiental; b) Diversificação Produtiva: caminhos para a autonomia, moderado pelo professor e pesquisador do NUDIBA/UENF, Prof. Luciano Canellas e c) Certificação Social Orgânica :vantagens e itinerários com Marconi Bezerra e Sérgio Rozário da Comissão da Produção Orgânica no Rio de Janeiro (CPOrg RJ). A realização das rodas de conversas foi o diferencial desta feira. A participação dos agricultores foi expressiva, com cerca de 30 feirantes em cada roda de conversa.

Na discussão sobre comercialização o tema sobre o acesso aos circuitos curtos foi amplamente debatido, seja a participação em feiras, entrega de cestas e o acesso aos mercados institucionais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A necessidade de união para acesso a esses mercados foi bastante debatida pelo grupo. Evidenciou-se a necessidade de espaços que estimulem essas redes de relações e instituições para se fazer frente aos ambientes hostis apropriado pelos comerciantes, intermediários e atravessadores.

Sobre diversificação produtiva percebeu-se que ainda há muita dificuldade com a forma de planejar a produção para dar conta da diversidade de produtos desejada. Muita discussão foi feita em relação aos consórcios de culturas que valorizam a produtividade. Outro aspecto também importante levantado referiu-se ao uso de insumos biológicos e defensivos naturais e a importância e a dificuldade ainda presente nos ciclos fechados.

O grupo que debateu a certificação orgânica focou na importância dada pelo mercado consumidor por produtos certificados. Dois aspectos foram levantados: primeiro, os recursos para a certificação convencional de orgânicos estão disponíveis aos que já dispõe de grande capacidade de inserção produtiva. O segundo ponto foi

sobre a certificação participativa, quando os próprios agricultores certificam que aquele produto, aquela propriedade, tem credibilidade em relação a origem dos insumos e defensivos utilizados.

Assim, a Feira Territorial do Norte Fluminense vem se constituindo enquanto espaço impulsionador de mudanças, pela discussão da transição agroecológica entre as instituições e agricultores que participam do Colegiado TNF, pela troca de conhecimentos/informações entre agricultores e pela relação entre agricultores e consumidores, construindo um ambiente de aprendizagem coletiva e melhorando sua base produtiva. Além disso, a Feira TNF deu maior visibilidade do agricultor familiar do Território e foi importante para o seu reconhecimento.

Pode-se destacar mudanças materiais e imateriais observadas a partir da realização da Feira Territorial, quais sejam: aprendizagem qualificada e troca de saberes; a dinamização do capital social; o fortalecimento do Colegiado TNF; diversificação da produção e a comercialização nos circuitos curtos, ou mercados de reciprocidade, como feiras, entregas de cestas e participação no PNAE. A Feira Territorial do Norte Fluminense se constituiu enquanto espaço impulsionador dessas mudanças, pela discussão da transição agroecológica entre as instituições e agricultores que participam do Colegiado Territorial Norte Fluminense, pela troca de conhecimentos/informações entre agricultores e pelas relações de reciprocidade entre agricultores e consumidores, construindo um ambiente de aprendizagem coletiva, melhorando sua base produtiva, acessando nichos de mercados de produtos agroecológicos.

Assim, a participação no Colegiado TNF e nas Feiras TNF aumentaram o capital social dos agricultores familiares participantes, através das redes estabelecidas pelas instituições que o compõe e pelo fortalecimento das relações de confiança e cooperação. O incremento de capital social como discutido anteriormente pode contribuir para a autonomia da agricultura familiar, constituindo-se num círculo virtuoso de melhora na base de recursos autocontrolados, menos dependência de insumos externos e por um aumento na integração social pela interação direta com ambientes institucionais externos como mercados, comunidade e espaços político-organizativos. Para analisar esses aspectos no próximo item apresenta-se o estudo realizado em 4 propriedades de agricultores familiares que participam do Colegiado desde 2015 e que participaram da I, II e III Feira TNF. Para tanto utilizou-se o método Lume de análise econômico-ecológica proposto pela AS-PTA.

5.3 Capital Social do TNF: autonomia e integração Social

A estratégia de reprodução do processo de trabalho é o principal fator de distinção entre o típico modo de produção camponês e o típico modo de produção empresarial. Enquanto a gestão empresarial se orienta por estratégias de reprodução fortemente dependentes dos mercados, a gestão camponesa busca construir um afastamento estratégico com relação aos mercados a fim de assegurar uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2017). Nesse sentido o capital é composto por estoques de recursos materiais e imateriais mobilizados pelo processo de trabalho. Terra, equipamentos, infraestruturas, animais, conhecimentos e habilidades específicas, redes de relação social e outros recursos formam e conformam o patrimônio material e imaterial, ou seja, a sua base de recursos autocontrolada.

No método Lume, o agroecossistema é concebido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, da troca recíproca de matéria e energia entre as esferas natural e social. De acordo com a perspectiva do metabolismo social, define-se agroecossistema como uma unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos. Sua fronteira física é delimitada pelo espaço ambiental apropriado por um núcleo social de gestão do agroecossistema (NSGA). Na agricultura familiar, o NSGA costuma ser a própria família. Nesse caso, os limites físicos dos agroecossistemas refletem as fronteiras do estabelecimento agrícola familiar, independentemente do regime de posse da terra. O método analisa o NSGA como um ator social que define objetivos e implementa estratégias de gestão com base em diferentes interesses, critérios de avaliação, experiências anteriores, perspectivas e oportunidades (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2021).

Ao conceber o agroecossistema como uma unidade de produção e reprodução, a análise engloba as atividades empreendidas nas diversas esferas de trabalho como um todo. Inclui também o domínio da participação social, ou seja, atividades que envolvem interação direta com ambientes institucionais externos (mercados, comunidade, espaços político-organizativos etc.). A partir dessa perspectiva, a análise emerge dimensões culturais, ecológicas, institucionais e políticas ocultas nos estudos convencionais de trajetórias de desenvolvimento agrícola.

Esse trabalho foi fundamentado na hipótese de que as feiras constituem espaços públicos privilegiados para a construção de Capital Social e, assim, de fortalecimento e

autonomia dos atores envolvidos. Avaliar como as feiras podem alavancar o capital social e contribuir para atuação autônoma do Colegiado Territorial do Norte Fluminense conduziu essa investigação. O método Lume foi empregado para verificar essa hipótese. Os dados e informações relacionados às trajetórias evolutivas dos agroecossistemas, bem como suas atuais configurações, foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas, sistematizados com auxílio de instrumentos de modelização e analisados qualitativamente, como proposto pelo método.

As variações nos níveis de autonomia e integração social foram verificadas por meio da comparação de dois momentos das trajetórias dos agroecossistemas: em 2015, quando da reestruturação do Colegiado TNF pela atuação do NEDET NF e em 2019, quando da interrupção dos trabalhos pelo início da pandemia de covid-19. No período analisado de 2015 a 2019, foram realizadas três Feiras TNF em 2016, 2018 e 2019. Para tanto foram realizadas 2 visitas em 4 estabelecimentos de agricultores familiares que participam do Colegiado TNF e das Feiras TNF desde 2015. A primeira visita, seguindo o proposto pelo método Lume, foi realizada uma visita guiada pela propriedade e realizada uma entrevista semiestruturada, para estabelecer ambientes de reflexão crítica sobre o complexo de múltiplas variáveis envolvido na dinâmica funcional dos agroecossistemas. O levantamento de informações a campo é realizado por intermédio de entrevista semiestruturada orientadas por um guia de questões e um conjunto articulado de instrumentos de apoio ao registro e à análise das informações e dados coletados (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2017).

As informações levantadas em campo, através das entrevistas foram ordenadas e analisadas com o auxílio de dois instrumentos: uma linha do tempo para representação da trajetória do agroecossistema e uma planilha para análise de qualidades sistêmicas do agroecossistema. Esse exercício analítico é realizado com o auxílio de um conjunto de matrizes de referência que orientam a avaliação de diferentes qualidades do agroecossistema (atributos sistêmicos) a partir do julgamento de parâmetros específicos relacionados a cada uma dessas qualidades. A resultante agregada desses julgamentos é uma série de índices sintéticos que expressa os atributos sistêmicos avaliados. Por meio desse expediente metodológico, torna-se possível estabelecer referenciais para a realização de avaliações comparativas do agroecossistema analisado segundo a perspectiva diacrônica (o agroecossistema em relação a algum momento passado de sua trajetória). (PETERSEN, SILVEIRA *et al*, 2017)

Autonomia e integração social foram os atributos sistêmicos analisados. Seguindo o método Lume, cada atributo é analisado a partir da avaliação qualitativa de um conjunto de parâmetros. Para tanto, foram identificadas as mudanças registradas nas linhas do tempo do agroecossistemas entre os anos de 2015 e 2019, correspondendo ao período de atuação do Colegiado TNF e da realização das Feiras TNF. Cada parâmetro foi avaliado duas vezes, tomando-se como referência a configuração do agroecossistema no início e no final do período considerado. Os gráficos radar apresentados nas figuras x e y representam a variação qualitativa média dos parâmetros associados aos atributos sistêmicos autonomia e integração social dos quatro agroecossistemas estudados entre os anos de 2015 e 2019. As avaliações, segundo o método Lume, são realizadas segundo a seguinte escala de notações: 1-muito baixo; 2 -baixo; 3 -Médio; 4-Alto; 5 -Muito Alto.

O atributo autonomia foi avaliado, conforme sugere o método Lume, a partir de treze parâmetros divididos em dois campos, detalhados no Anexo 4: base de recursos autocontrolada e recursos produtivos mercantis. São os seguintes os parâmetros avaliados sobre a autonomia frente aos recursos mercantis: terra de terceiros; sementes, mudas, material propagativo, crias; água; fertilizantes; forragem/ração e trabalho de terceiros. Já os parâmetros da base de recursos autocontrolada são: autoabastecimento alimentar; equipamentos/ infraestrutura; força de trabalho; disponibilidade de forragem/ração; fertilidade do solo; disponibilidade de água; biodiversidade e disponibilidade de terra.

O índice de integração social corresponde ao grau de envolvimento do NSGA em atividades cooperativas no entorno socioinstitucional em que vive e produz, detalhados no Anexo 5. Embora intrinsecamente relacionado às avaliações de autonomia, a integração social é um atributo analisado em separado com o objetivo de dar maior visibilidade às trocas econômicas realizadas com base na reciprocidade, um mecanismo de integração social característico da agricultura familiar camponesa. São os seguintes parâmetros avaliados: participação em espaços político-organizativos; acesso a políticas públicas; participação em redes sociotécnicas de aprendizagem e participação em dispositivos de ação coletiva (organizações dedicadas à governança de bens comuns).

Os Gráficos 11 e 12 apresentados a seguir representam a variação dos parâmetros associados aos atributos sistêmicos autonomia e integração social dos agroecossistemas, pesquisados entre os anos de 2015 e 2019.

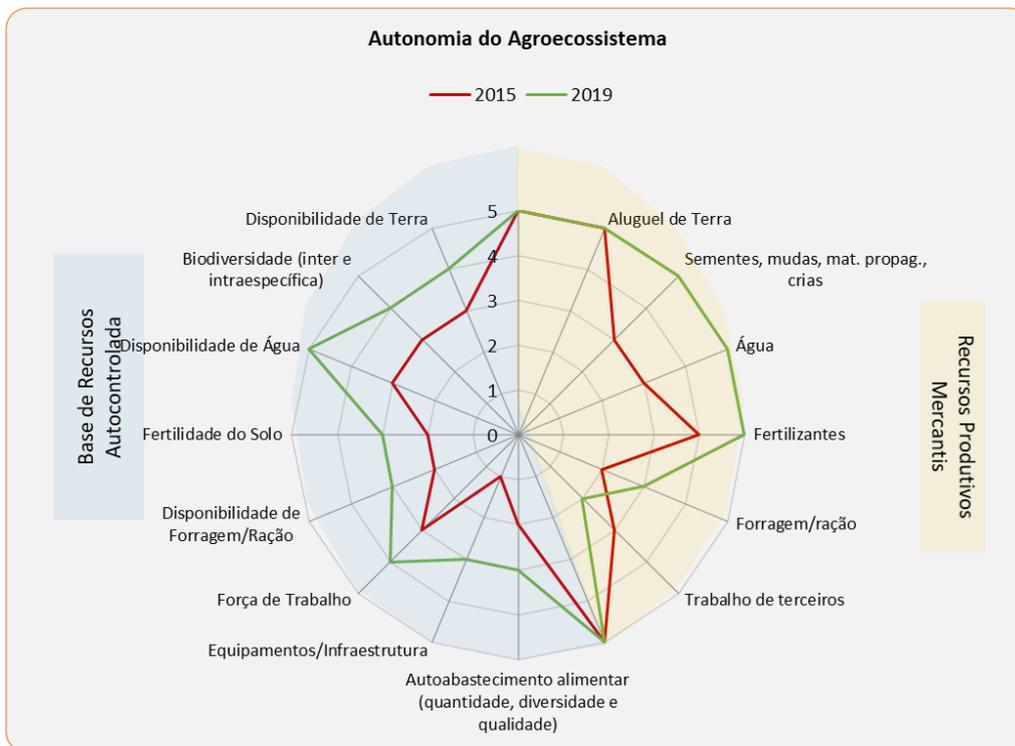


Gráfico 11: Comparativo do atributo sistêmico autonomia entre 2016 e 2019

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas

O Gráfico 11 mostra o aumento de quase todos os indicadores de autonomia, proposto pelo método. O índice de autonomia total aumentou de 0,56 para 0,77. Algumas mudanças na gestão técnico-econômica foram determinantes para as variações nesses parâmetros: instalação de infraestruturas hídricas, como caixa d'água e sistemas de irrigação, aquisição de equipamentos e de infraestruturas, diversificação produtiva, aprimoramento e intensificação das práticas de fertilização orgânica e o aumento da participação em feiras e outros canais de CC como o PNAE e entrega de cestas. Chama atenção a queda do indicador referente a autonomia de trabalho de terceiros. A principal causa apontada foi de que nesse período houve aumento na demanda e assim aumento na necessidade de contratação de mão de obra externa, tendo em vista a pouca disponibilidade de mão de obra familiar na propriedade. Outro indicador que deve ser ressaltado é o aumento no autoabastecimento familiar. Ficou evidente que pelo aumento da diversificação produtiva consequentemente houve aumento na soberania alimentar.

Do ponto de vista imaterial, a base de recursos autocontrolada é ampliada com o aprimoramento dos conhecimentos associados ao processo de trabalho e pela qualidade e estabilidade das relações de cooperação e ajuda mútua estabelecidas em âmbito territorial, isto é, capital social. Por meio da participação no Colegiado TNF, na Feira

TNF, grupos informais para entrega de cestas, feiras e outras organizações locais, acumulam-se novos conhecimentos e acessam novos recursos materiais, cultivando-se um círculo virtuoso em direção a sua autonomia e desenvolvimento.

As variáveis associadas à construção do capital social estão intimamente ligadas ao nível de integração social dos membros do NSGA em redes sociotécnicas territoriais.

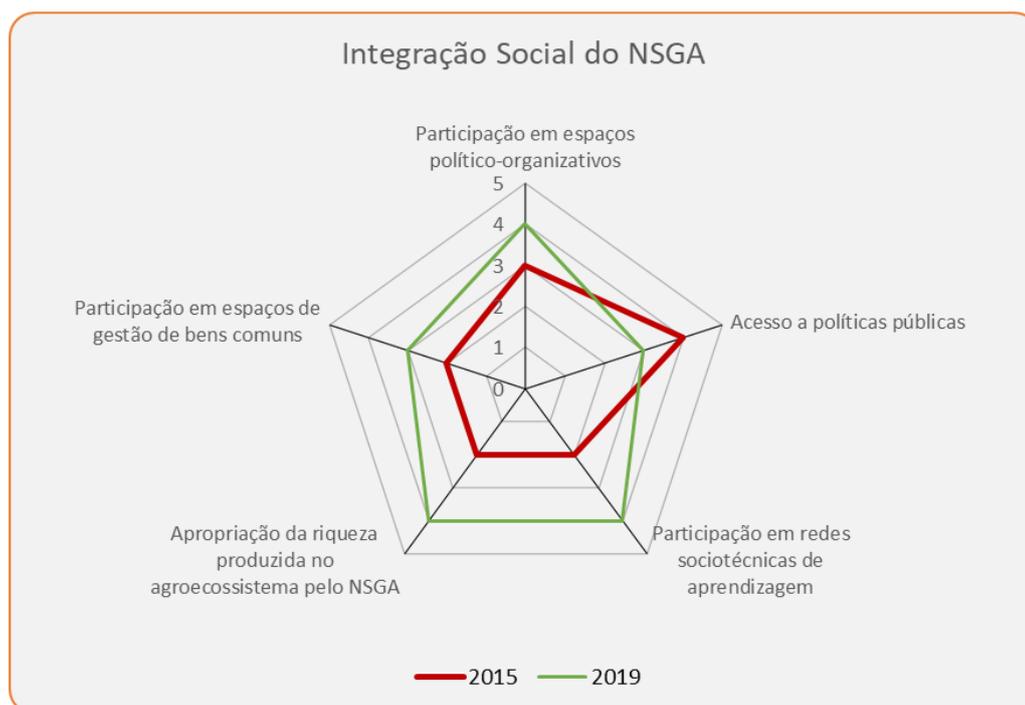


Gráfico 12: Comparativo do atributo sistêmico integração social entre 2016 e 2019

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados coletados nas entrevistas.

O Gráfico 12 indica aumento qualitativo em quatro dos cinco parâmetros considerados na avaliação da integração social do agroecossistema em relação ao entorno institucional. Indica o aumento da participação da família, em processos sócio organizativos, econômicos e políticos que interferem diretamente na conformação econômico-ecológica dos agroecossistemas. As mudanças que mais influenciaram variações nos parâmetros relacionadas a esse atributo foram: incremento na participação em redes locais de aprendizagem e inserção em novos circuitos locais de comercialização, aumentando a apropriação da riqueza produzida na propriedade. O índice acesso às políticas públicas caiu em função do fim destas, desde o *impeachment* da Presidenta Dilma, em 2016 e o fim das políticas públicas territoriais de desenvolvimento rural sustentável. A composição das variações nos parâmetros

identificadas no gráfico leva ao aumento no índice sintético de integração social de 0,52 para 0,72.

As instituições reguladoras da reciprocidade ancoram-se na confiança mútua e são baseadas em formações culturais específicas que possibilitam a existência de fluxos econômico-ecológicos geridos por fora da esfera dos mercados. No entanto, a reciprocidade também pode ser acionada para organizar relações mercantis, favorecendo o escoamento da produção por meio de canais comerciais ativamente desenvolvidos e mantidos e pela existência de uma rede sociotécnica estruturada com base na confiança mútua. Desse ponto de vista, os mercados socialmente regulados pelos atores locais podem ser compreendidos como instituições híbridas, uma vez que articulam a reciprocidade com as trocas mercantis para viabilizar o escoamento da produção até o consumo (SABOURIN, 2011).

As transações econômicas realizadas nos mercados socialmente regulados são coordenadas por estratégias de governança híbrida (que combinam reciprocidade com trocas mercantis). Portanto, acionam o capital social para que transações econômicas específicas sejam realizadas com consumidores específicos, gerando vantagens econômicas e outros valores. Os fluxos econômico-ecológicos baseados na reciprocidade social são regulados por arranjos institucionais criados, mantidos e desenvolvidos pela ação coletiva em um dado contexto territorial, como no caso aqui estudado pelo Colegiado TNF.

Como mecanismos ativamente construídos voltados para a regulação do comportamento econômico (individual e coletivo), essas instituições podem ser compreendidas como um elemento-chave do capital social, ou seja, da base de recursos autocontrolada. Inflexões nas trajetórias dos agroecossistemas podem ocorrer como resultado da integração dos NSGA em redes sociotécnicas organizadas no território, a partir das quais novos recursos materiais e imateriais (inclusive conhecimentos) são mobilizados. Essas inflexões marcam a inauguração de novas coerências estratégicas na estruturação do processo de trabalho no agroecossistema, ou seja, a incorporação de novas formas de mobilização e de reprodução dos recursos empregados pelo NSGA para a produção de valores. A partir da aplicação do método LUME de análise qualitativa econômica-ecológica dos agroecossistemas que participam do Colegiado TNF e das Feiras TNF foi possível verificar que no período pesquisado de 2015 a 2019, dois atributos sistêmicos propostos pelo método, quais sejam, autonomia e integração social tiveram incremento e apontam assim para o aumento de capital social.

6 CONCLUSÃO

A crise civilizatória posta pelo capitalismo atual atingiu limites não imaginados: ponto de não retorno ecológico, ampliação da desigualdade e miséria especialmente no campo. O sucesso das economias dependentes e periféricas é baseado na mineração e na agricultura industrial. A agricultura camponesa de base familiar representa ao mesmo tempo uma forma de resistência e cria modelos de autonomia e autogestão que, em microescala e territorializada, produzem alternativas de desenvolvimento baseado em outros valores. Se no resto da América do Sul o modelo camponês reforça a luta emancipatória de povos originários no Brasil é composto por uma legião de excluídos do sistema colonial escravista de produção; se num primeiro momento a organização social dessas massas priorizou a luta pelo acesso à terra hoje representa o desenvolvimento de um modelo viável de contraposição à agricultura de base industrial. As políticas públicas escassas e descontinuadas não tiveram foco na viabilização da agricultura familiar de base camponesa que depende de si e do seu nível de organização e solidariedade para sua reprodução social. Seu papel básico é de empregar trabalho para produção de alimentos saudáveis de baixo custo para uma população cuja maior parte da renda é destinada a compra de comida. Os alimentos altamente processados de baixo valor nutricional e altamente calóricos são consumidos por essa população de baixa renda que é afastada dos alimentos saudáveis provenientes da agricultura camponesa por questões de acesso a emprego e renda e, conseqüentemente ao mercado e comercialização. Esse estudo teve como base compreender dois aspectos i) como o capital social gerado pela organização da agricultura familiar pode reforçar politicamente a luta de resistência e ii) como os circuitos curtos de comercialização, economia solidária e venda direta do produtor e consumidor reforça a luta de resistência e cria laços não “comerciais”.

No primeiro caso foram usados os conceitos clássicos de CS de Bourdieu (1986), Coleman (1990) e Putnam (1986) além de trabalhos de Abramovay (2003), Cazzela, Bonal e Maluf (2009) entre outros para aplicar os conceitos de CS ao desenvolvimento rural territorial. O método LUME de análise econômica-ecológica de agroecossistemas proposto pela AS-PTA foi utilizado para avaliar mudanças no CS dos agricultores do TNF usando indicadores de autonomia no período compreendido entre 2015-2019. As mudanças na gestão técnico-econômica foram determinantes para as variações nos parâmetros indicadores de autonomia quais sejam: instalação de infraestrutura

relacionado ao processo de produção como sistemas de irrigação, aquisição de equipamentos, diversificação produtiva, aprimoramento e intensificação das práticas de fertilização orgânica. Do ponto de vista imaterial, a base de recursos autocontrolada foi ampliada com o aprimoramento dos conhecimentos associados ao processo de trabalho e pela qualidade e estabilidade das relações de cooperação e ajuda mútua estabelecidas em âmbito territorial. A aplicação da metodologia Lume providenciou dados que permitiram concluir que com a participação no Colegiado TNF e na Feira TNF acumularam-se novos conhecimentos e acessaram novos recursos materiais, cultivando-se um círculo virtuoso em direção a autonomia e assim para o incremento de CS.

No segundo caso foram aplicados os conceitos de Circuitos Curtos, mercado de proximidade e mercados territoriais de Sepulcri e Trento (2010), Sabourin (2011 e 2014), Kairos e Capina (2013), Schneider (2010) entre outros. Foi observado também com o método LUME aumento no índice de integração social dos agricultores pelo incremento na participação em redes locais de aprendizagem e inserção em novos circuitos locais de comercialização no período estudado. A aplicação da metodologia Lume providenciou dados que permitiram concluir que a participação no Colegiado TNF e na Feira TNF aumentou os fluxos econômico-ecológicos baseados na reciprocidade social e nas transações econômicas realizadas com consumidores específicos, geraram vantagens econômicas e sociais.

O capítulo 1 apresentou a hipótese e objetivos desta pesquisa além da metodologia utilizada para coleta e análise dos dados. A hipótese que fundamentou este trabalho foi a de que as feiras constituem espaços públicos privilegiados para a construção de CS e, assim, de fortalecimento e autonomia dos atores envolvidos. Avaliar como as feiras podem alavancar o CS e contribuir para atuação autônoma do Colegiado Territorial do Norte Fluminense conduziu essa investigação. A metodologia utilizada para essa investigação foi a pesquisa-ação com a adoção das técnicas de participação, observação e construção conjunta de conhecimento com os agricultores familiares do Colegiado Territorial do NF. Foram utilizados documentos produzidos pelo Colegiado TNF assim como os do NEDET NF, como atas, levantamentos de dados e relatórios. Documentos produzidos pela SDT/MDA também foram fontes importantes de dados e informações para a construção desta pesquisa. Cabe ressaltar a participação em todas as plenárias e reuniões do Colegiado e do NEDET NF. Para a análise do Capital Social gerado utilizou-se o método LUME de análise econômica-ecológica de agroecossistemas proposto pela AS-PTA. Para as entrevistas foram utilizados

questionários semiestruturados, como propõe o método. Os atributos sistêmicos utilizados no exercício analítico proposto foram a autonomia e a integração social. Os dados coletados foram sistematizados em planilhas propostas pelo método, quais sejam: linha do tempo e análise regressiva de atributos sistêmicos.

O Capítulo 2 teve como objetivo analisar o conceito atualmente utilizado de agricultor familiar camponês como base para diversificação produtiva, segurança alimentar e sua reprodução social. Esse capítulo mostrou que nas unidades produtivas rurais da agricultura familiar alijadas de suas estratégias tradicionais de reprodução social são caracterizadas por uma especialização produtiva e econômica em detrimento da produção diversificada de diferentes tipos de alimentos para consumo. Discutiu-se também que a geração da segurança alimentar na agricultura familiar caminha no sentido de diversificar a produção interna das unidades familiares, com vistas a restabelecer a capacidade produtiva de alimentos básicos e saudáveis. Assim, a Agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa e sua configuração nos movimentos sociais, passaram a chamar atenção através de formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento dos problemas sociais e ambientais no campo brasileiro. A construção de sistemas sociais e econômicos diversificados, regulados e controlados, passa a ser uma alternativa à tendência à centralização, concentração e especialização promovidas pelo capitalismo. A autonomia, resistência, a resiliência, pela diversidade produtiva, autocontrole de bases de recursos autocontrolados, a soberania alimentar são características da agricultura familiar camponesa, portanto, demonstrou-se a necessidade de sua ressignificação e sua valorização para superação da pobreza no campo e para o desenvolvimento rural sustentável.

No Capítulo 3, apresentou-se as políticas públicas de desenvolvimento rural territorial, implementados no período de 2003 a 2016, pela extinta SDT/MDA. Neste capítulo mostrou-se que as políticas públicas elaboradas e implementadas pela SDT/MDA, teve como base teórica dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável: Capital Social e Desenvolvimento Territorial, geradores de confiança, reciprocidade e cooperação e embasados na perspectiva de que as políticas devem ser descentralizadas e apropriadas pelos atores sociais do território. Assim, como resultado mostrou-se a importância dos Colegiados Territoriais para a materialização e efetivação das políticas públicas territoriais para o desenvolvimento rural sustentável. A partir de 2015, as políticas territoriais passaram a ser implementadas

em parceria com as universidades, com a implantação dos NEDETS em 186 territórios rurais do Brasil, que ofereceu nova roupagem, capilaridade e apresentou diferentes resultados.

No capítulo 4 discutiu-se a execução das políticas territoriais de desenvolvimento da agricultura familiar no Norte Fluminense a partir 2003, quando da implantação do CIAT e criação do Colegiado TNF. Mostrou-se que até 2015, a atuação do Colegiado TNF foi limitada principalmente pelo desinteresse dos entes públicos locais e as intermitentes atuações de assessores territoriais. Evidenciou-se também que a partir de 2015, pela atuação do NEDET NF (NUDIBA/UENF), o Colegiado TNF passou a atuar com mais efetividade no Território NF e teve significativo avanço em termos de participação social e inclusão produtiva dos agricultores familiares. Mostrou-se aqui nesse capítulo que o Colegiado TNF possui capital social de ligação e de ponte, tanto numérico quanto diverso. Já o poder público, não tem participação nem interesse, ficando assim comprometido o capital social de conexão. Pela análise da diversidade das instituições do Colegiado TNF mostrou-se que o índice de diversidade das instituições que representam o capital social de ligação é de 41%, enquanto o de Ponte é de 36%. A diversidade do capital social de conexão, corresponde apenas a 23% do total.

O objetivo do capítulo 5 foi analisar a hipótese aqui levantada da relevância das feiras territoriais como espaço de geração de capital social para o Colegiado TNF. Neste capítulo apresentou-se a realização das Feiras TNF em 2016, 2018 e 2019. A I Feira TNF teve como principais resultados: a visibilidade dada a agricultura familiar do território; a atração de novos participantes para o Colegiado TNF com ênfase em novos assentamentos de reforma agrária da região e a necessidade de discutir e aprofundar questões relativas à agroecologia demandada pelos consumidores na feira. A II Feira TNF em 2018 trouxe como resultados importantes aprendizados e conquistas para os agricultores familiares do Colegiado TNF, quais sejam: a elaboração do regimento interno da feira que foi imprescindível para a garantia da participação da feira pelos produtores; a autonomia conquistada pela realização da feira apesar da ausência de políticas públicas e da animosidade das autoridades públicas locais e a aproximação da sociedade civil e do poder público às propostas do Colegiado TNF e da agricultura familiar da região. A III Feira TNF teve como resultados principais: a aplicação de questionários de produção para o planejamento da oferta de produtos na feira; a realização de rodas de conversas para a troca de saberes e conhecimentos e um

expressivo aumento de produtos comercializados, com a venda de quase 2t de produtos entre frutas e legumes.

As Feiras TNF ocorridas em 2016, 2018 e 2019, cumpriram o papel de materializar o capital social do Território NF, contribuindo para o desenvolvimento rural territorial. A agricultura familiar do território NF ganhou visibilidade e vem caminhando no processo da transição agroecológica. Muitos agricultores familiares da região vêm abandonando práticas de produção em larga escala e diversificando a produção. Estão acessando novos mercados em circuitos curtos, como feiras, entrega de cestas, PAA e PNAE. Como indicado nesse estudo, a partir da aplicação do método Lume da AS-PTA, no período de 2015 a 2019, ganhos importantes ocorreram quanto a autonomia e a integração social, acarretando o fortalecimento da agricultura familiar camponesa da região. Pode-se afirmar desta forma que as feiras constituem um espaço privilegiado não só de venda de produtos alimentares saudáveis, mas um espaço de resistência política e cultural, de troca de informações e conhecimentos e de aproximação entre produtores e consumidores que reforça o CS necessário para contribuir com a autonomia e o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, cabe ressaltar que as formas de organização estudadas são dependentes de políticas públicas e a condução desse estudo reforça a ideia de que o cooperativismo formal dos agricultores envolvidos pode ocupar outros e maiores espaços ampliando as relações de circuito curto confinadas nas feiras nas quais o público-alvo é elitizado.

O trabalho do Colegiado TNF foi interrompido pela pandemia da Covid-19, iniciada no Brasil, em março de 2020. No entanto, essa discussão mostra-se relevante tendo em vista as consequências da crise político-econômica, desencadeada pela covid-19. Todo mercado territorial representa uma ruptura visível, material e simbólica na hegemonia das cadeias alimentares, dos circuitos dos grandes supermercados e, de forma mais geral, do controle do capital sobre a distribuição de alimentos. Além disso cabe ressaltar a resiliência da agricultura familiar camponesa que pelo baixo grau de mercantilização, apresentando-se assim como alternativa ao modelo excludente do agronegócio. Soberania alimentar, agricultura camponesa, mercados territoriais e Agroecologia são os principais componentes dessas alternativas. Os desafios colocados atualmente para a superação da crise alimentar pós-pandemia têm como alternativa o investimento e a valorização da agricultura familiar camponesa, que se apresenta resiliente em momentos de crise pela autonomia da sua base de recursos autocontroladas e sua baixa dependência aos mercados externos. No entanto, não será pela mão mágica

do mercado que esses empreendimentos se fortalecerão. Para tanto é fundamental o retorno as políticas públicas territoriais, que apoiem o desenvolvimento e crescimento da agricultura familiar e o acesso aos mercados territoriais. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que pela intermitência das políticas públicas outros caminhos devem ser objetivados pelo Colegiado TNF, como a formalização de cooperativas que possam garantir a autonomia e perenidade para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa do TNF.

Se num mundo marcado pela financeirização e fragilizado pela artificialização dos alimentos, gerar capital social, valorizar o agricultor familiar camponês, sua autonomia e garantir o acesso aos mercados territoriais apresentam-se como alternativa a hegemonia dos impérios alimentares pela sua capacidade de reagir de forma ágil associada à base de recursos autocontrolada reproduzida permanentemente dentro da própria unidade produtiva. Além disso, há imperativa necessidade de preservar o meio ambiente e restabelecer a relação viva e natural do homem com a natureza. Produção agroecológica, mercados territoriais e consumidores responsáveis são alternativas ao modelo excludente e predatório preconizado para o desenvolvimento da agricultura. Para que o desenvolvimento rural aconteça, deve haver a efetiva participação de atores sociais, compreensão das articulações com outros domínios do mundo social, buscando a valorização dos recursos naturais, incremento de renda e inclusão social nas áreas rurais, e isso só se torna possível se houver desenvolvimento do capital social.

Por fim, esse trabalho permitiu concluir:

- a) Há um movimento de ressignificação da agricultura familiar de base camponesa importante para a valorização das identidades culturais que focam na diversificação produtiva, na soberania alimentar e na autonomia frente aos mercados externos. Nesse sentido o trabalho realizado pelo Colegiado TNF e do NEDET NF e a realização das Feiras TNF vêm contribuindo para o desenvolvimento do agricultor familiar do TNF
- b) As políticas públicas territoriais implementadas no TNF no período de 2015 a 2019, tiveram impactos positivos para a agricultura familiar do TNF, com o aumento da autonomia e da integração social. As feiras apresentaram-se como

espaços diferenciados de resistência e de visibilidade a agricultura familiar e de contribuição para geração de capital social.

- c) A intermitência das políticas públicas no Brasil, como políticas de Governo e não de Estado, comprometem a sua efetivação. Para tornar as políticas perenes necessita-se fomentar a formalização através de associação territorial/cooperativa de comercialização com regimento interno que garanta a participação coletiva exclusiva de agricultores familiares.
- d) Faz-se necessário capacitar os agricultores familiares do TNF em diversificação produtiva, autoconsumo, insumos biológicos e comercialização. Para tanto dar continuidade ao projeto implementado pelo NUDIBA/UENF de Capacitação e Disseminação de Práticas Agroecológicas do TNF. Ressalta-se também a importância da qualificação para o cooperativismo e formação política.
- e) A organização das Feiras TNF impuseram a necessidade de planejamento da produção para garantir a diversificação produtiva dos produtos ofertados. No entanto, este planejamento precisa ser ampliado e que considere o calendário agrícola da região.
- f) Apesar da visibilidade conferida a agricultura familiar do TNF a partir da realização das Feiras TNF, faz-se imprescindível implementar uma comunicação eficiente e constante entre os produtores e os consumidores do TNF através das feiras e das mídias sociais para fortalecer os laços de confiança e cooperação e o engajamento de todos.
- g) Os novos tempos apontam para o aumento da demanda por vendas online. Há, portanto, a necessidade de desenvolver um sistema eficiente de vendas online, pela elaboração de um aplicativo/plataforma para o sistema de vendas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”. In: ABRAMOVAY, R., **O futuro das regiões rurais**, Porto Alegre, UFRGS, p.83-100, 2003.

ALENTEJANO, P. R. R. “A evolução do espaço agrário Fluminense”. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2010.

BEDUSHI FILHO, L. C., ABRAMOVAY, R. “Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais”. **Nova economia**, [S.l.], v. 14, n. 3, 2009. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/436>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BORDIEU, P. “The Forms of Capital”. In: Richardson J, (eds.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Greenwood Press, pp. 241-258, 1986.

CANDIDO, A., **Os parceiros do rio bonito**. 11. Ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

CAZELA, A. A.; BONAL, P; MALUF, R. S., “Olhares Disciplinares sobre Território e Desenvolvimento Territorial”. In: CAZELA, A. A.; BONAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. São Paulo, Mauad X, pp.25-45, 2009.

COLEMAN, J. **The foundations of social theory**. 1. Ed. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

CRUZ, J. L. V., **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo desenvolvimento e dinâmica territorial no norte fluminense**. Tese de D.Sc., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDENBURG, A. “A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês”. **Revista Agrícolas: experiências em agroecologia**, v.10, n.2, p. 8 – 13, 2013.

DELGADO, G. C, “A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003”. In: JACCOUD, L., (org), **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**, capítulo 2, Brasília, IPEA, 2005.

_____. “Questão agrária hoje”. In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 14-23, 2017.

ESTRADA, L. H. C., **Plano do Desenvolvimento Sustentável do Campo do Norte Fluminense**, UENF, 2005.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S., “Produção para autoconsumo e segurança alimentar: uma abordagem com base na agricultura familiar”. In: **anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte, junho de 2005.

_____. “A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S., ““Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.2, pp. 481-515, 2008.

HAESBAERT, R., “Território e multiterritorialidade: um debate”. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, pp. 19-46, 2010.

HEBERLÊ, A. L. O., SICOLI, A. H., SILVA, J. de S. et al. “Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro”. In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e**

Perspectivas de Futuro, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 133-149, 2017.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. 1. Ed. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2005.

HOFFMANN, R., NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. 1. Ed. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. “Agricultura Familiar: primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação”. In: **Censo Agropecuário 2006**, Rio de Janeiro, MDA/MPOG, 2009.

INOJOSA, R. M. “Redes de compromisso social”. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 5, pp. 115-141, Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO KAIRÓS, CAPINA (Orgs.), **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. Ed. 1. São Paulo, Instituto Kairós, 2013.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, R. S. S.; MASCARENHAS, T. S. “Organização de Grupos de Consumo Responsável”. In: **Série Caminhos para as práticas de consumo responsável**. São Paulo, Instituto Kairós, 2011. Disponível em: www.institutokairos.net. Acesso em 22 de fev. de 2022.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. Ed. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

MARTELETO, R.; SILVA, A. B. O. “Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local”. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, pp.41-49, Brasília, 2004.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. 1. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

NIEDERLE, P. A., “Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares”. In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 168-196, 2017.

PADILHA, Y. de L.; SOUSA, W. J. de. “Capital Social e Políticas de Desenvolvimento Territorial: estudo multicasos nos Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte”. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 163–180, 2019. Disponível em:

<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6933>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PETERSEN, P., SILVEIRA, L. M., FERNANDES G. B. et al. **Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas**. 1. Ed. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2017.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 1. Ed. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

PLOEG, JAN DOUWE VAN DER. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1. Ed. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

_____, “O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro”. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, cadernos para debates, n.3, AS-PTA, 2021.

SABOURIN, E. “Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 31, n. 2, p. 9-24, 2011.

_____. “Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 18-30, 2014.

SANTOS, E. V. M.; LIMA M. do S.B. de. “O rural no Norte Fluminense”. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/9/272.pdf>. Acesso em 22 de fev. de 2022.

SCHNEIDER, SERGIO. “Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural”. **Ruris**, v. 4, n. 1, pp. 85-131, 2010.

SEBRAE. **Painel regional: Norte Fluminense**. Observatório Sebrae/RJ, Rio de Janeiro, 2015.

SEPULCRI, O; TRENTO, E. J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. 82. Ed. Curitiba, Instituto EMATER, 2010.

SDT/MDA., **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. In: Série documentos institucionais, n. 1, 2005a.

_____, **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. In: Série documentos institucionais, n. 2, MDA, 2005b.

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. E MATA, H. T. C., “Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 1, pp. 71-91, Brasília, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032007000100004>. Acesso em 22 de fev. de 2022.

THIOLLENT, MICHEL. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2009.

VEIGA, J. E. da. “O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento”. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9826>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. “Homenagem ao professor Marcel Jollivet”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 2, p. 184-194, 2002.

_____ “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 11, n. 2, pp. 42-61, Rio de Janeiro, outubro, 2003.

_____ ““Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares”. In: DELGADO, G. C., BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.), **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 66-83, 2017.

8 ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES QUE PARTICIPARAM DO COLEGIADO TERRITORIAL

Entrevista realizada em: _____

1. CARACTERIZAÇÃO

1. Nome:

2. Idade:

3. Local de Nascimento:

4. Localização do estabelecimento:

5. Município:

6. Telefone(s):

7. Email: _____

8. Estado

Civil: _____

9. Escolaridade:-

10. Qual o tamanho de sua propriedade? _____ ha

11. Área cultivável _____ ha

12. Qual o tipo da propriedade? () Assentamento () propriedade privada () quilombo () Outro _____

13. Quanto tempo está na terra (anos)? _____

14. Há quanto tempo produz na terra?_____

15. Possui DAP?_____ Está vencida?_____

16. Quantas pessoas residem na propriedade? _____

17. Já pegou crédito rural? () Sim () Não Qual o valor (R\$)?

18. Fale um pouco de sua trajetória pessoal e familiar:

2. TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

19. Conte como aprendeu o ofício?

20. Fez algum curso profissionalizante?

Curso	Instituição	Período	Finalidade/Aplicabilidade

21. Quais são as suas necessidades de formação profissional?

22. Já teve assistência técnica? Qual? O que ajudou? O que poderia ser melhor para auxiliar?

23. Como é uma semana típica de trabalho sua na roça?

24. O que você planta na sua propriedade?

Cultura	Área plantada (ha)	Período de plantio	Período de Colheita	Irrigação	Tipo de irrigação	Consortio	Insumos	Produtividade
1.								
2.								
3.								
4.								
5.								
6.								
7.								
8.								

9.								
10.								

25. Como vem sendo o seu processo produtivo? O que plantou que não planta mais?
Por quê? O que está experimentando?

26. O que você consome do que produz? Quanto por semana

Cultura	Quantidade	Unidade
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		

27. O que é comprado no mercado?

Produto	Quantidade	Unidade

28. Quais são os animais criados na propriedade?

Animal	Quantidade	Insumos	Produtividade	Unidade

29. Processa e/ou beneficia algum produto? Quais? Por quê? Qual a renda gerada?

30. Como você planeja a sua produção?

31. Considera que tem muitas perdas? O que você faz?

32. Como controla ou já controlou doenças e pragas?

33. Você considera sua produção diversificada? Por quê?

34. Gostaria de produzir outros tipos? Quais? Quais são as dificuldades?

35. Quais são os insumos produzidos na propriedade?

Insumo	Quantidade	Produtos utilizados	Finalidade

36. Quais são os insumos adquiridos externamente?

Produto	Local de Aquisição	Quantidade	Finalidade

37. Quais os equipamentos/ferramentas são usados na propriedade?

Equipamentos e Ferramentas	Próprio ou alugado?	Como comprou?/ Aluga de quem?	Quanto pagou?/Quanto paga?	Finalidade

38. Qual o destino da Produção? (incluir animais)

Cultura	Destino	Quantidade de Venda	Renda gerada	Unidade
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				

39. Acessa ou já acessou os programas de compra institucional? Quais? Como? Qual o período? Qual a sua opinião?

40. Qual a sua Renda Agrícola líquida mensal?

41. Possui outras rendas?

Outras Rendas	Valor (R\$)

42. Possui algum tipo de certificação orgânica? Gostaria de ter? Quais são as dificuldades?

43. Utiliza mão de obra contratada? Quando usa? Quanto paga? Qual a finalidade?

44. Seus filhos trabalham com você na Roça? Por quê? Quais as dificuldades?

45. Como está estruturada a sua unidade familiar produtiva?

Vínculo/ parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado civil	Atividades no Lote	Valor Pago	Atividades fora do lote	Renda gerada

46. Quem e como decidem as atividades de cada um?

47. Quais são suas maiores dificuldades como agricultor familiar?

48. O que sua propriedade significa pra vc? Por quê?

3. CAPITAL SOCIAL E TERRITORIALIDADES

49. Participa de algum tipo de organização social? _____

50. Qual(is)? Quando? (Associação de moradores, Cooperativas, Associação de produtores, Sindicatos, Fórum de economia solidária, outros)

51. Quais são os motivos/importância de participar (ou não) dessas organizações?

52. Quais são as dificuldades que você considera na participação destas organizações?

53. Vende ou já vendeu a sua produção em conjunto com outros agricultores através destas organizações? Quando? Quais as vantagens? Quais as dificuldades?

54. Faz parte do Colegiado desde quando? Como entrou? Porque decidiu participar?

55. Com quais instituições do Colegiado você se relaciona?

Instituições	Período	Finalidade

56. Considera que a sua participação no Colegiado TNF contribui na melhoria da sua vida? Como? Por quê?

57. O que você espera do Colegiado TNF?

58. Como você analisa a atuação das instituições do poder público que participam do Colegiado?

59. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a atuação do Colegiado TNF?

60. Quais são os fatores que você considera que geram ou poderiam gerar união no Colegiado?

61. Você participou da Feira Territorial? Quais os produtos comercializados?

62. Qual a importância da Feira pra você?

ANEXO 2 – Ata de reunião de reestruturação do Colegiado TNF (2015)

Ata da reunião do Colegiado Territorial Norte Fluminense.

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, iniciou-se às 8h da manhã a reunião do Colegiado Territorial Norte Fluminense, no auditório do CCTA/UENF, com o credenciamento das instituições através de ofício com a indicação de seus representantes para a composição do Colegiado Norte Fluminense. Dando seguimento à reunião a Sr^a Michelle leu a pauta proposta e passou a palavra para o Delegado do DFDA/MDA José Octávio. O mesmo iniciou dando informes sobre o lançamento do Plano Safra, o reajuste de recursos que beneficiam os movimentos sociais e a respeito da reunião de planejamento de atuação do MDA. Ele ressaltou que o NEDET executa o papel que antes pertencia ao articulador. Passou a palavra a Sr^a Janaína que leu a ata da reunião do dia 05/05 e após aprovação, foi assinada e entregue ao NEDET. Em seguida a Sr^a Michelle leu a lista de composição das entidades da sociedade civil e do poder público, que ali estavam presentes. Algumas correções de nomes e dados foram feitas. Em seguida, o Sr^o Davi, assentado da reforma agrária, pediu para dar um informe sobre a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, que acontecerá no dia 24 de junho às 8 horas, na UENF. Informou que o site para inscrição é comseacampos@blogspot.com.br. Seguindo a pauta, o Delegado, Sr. José Octavio solicitou que a Sr^a Janaina iniciasse a leitura do Regimento Interno e sugeriu que qualquer alteração fosse proposta e discutida no final da leitura. Depois da leitura do mesmo e das devidas correções o Sr^o José Octavio pediu para que todos votassem. A aprovação foi unânime. O Sr^o Hermes pediu para que a Sr^a Lucimara, do IDANNF, que atualmente faz parte da Rede Territorial do Estado/RJ, explicasse o funcionamento da REDE e ressaltou que como aprovado no Regimento deveria ser feita uma nova composição da mesma, após o almoço. Os participantes seguiram para o almoço no Restaurante Universitário da UENF. Após o almoço, o Sr. José Maria falou sobre a responsabilidade que as pessoas precisariam ter ao assumir as instâncias e a importância da participação de cada um. O Sr. José Octávio propôs que primeiro fosse definido o núcleo dirigente e o número de integrantes de cada instância. As funções foram preenchidas e aprovadas conforme a tabela em anexo. Apenas o comitê de microrregião ficou para ser composto em uma próxima reunião. Em seguida a Sr^a Lucimara leu a composição anterior da Rede e seguiu a indicação dos novos representantes, conforme tabela em anexo. Ao decorrer das indicações para REDE, a Sr^a Lídia, do Quilombo de Barrinha, indagou a qual entidade quilombola o Sr Amaro Cruz faz parte. A Sr^a Euzana informa que em São Francisco do Itabapoana só existem duas comunidades quilombolas reconhecidas (Quilombo de Barrinha e Deserto Feliz). No entanto, a Sr^a Lucimara relata que mesmo que a comunidade não seja reconhecida como quilombo, as pessoas podem se autodeclarar quilombola. Sendo assim, o Sr. Amaro Cruz continuou fazendo parte da REDE como quilombola com aprovação da plenária. Em seguida o Sr. José Maria relatou que os projetos habitacionais não estão sendo acessados, devido aos entraves

burocráticos e propôs que o Incra e a Caixa Econômica Federal sejam convidados para uma próxima reunião. O Sr. José Octávio relatou a importância dos comitês de microrregião e sobre a dinâmica que será construída, visto que há vários fatores de violência no campo, destacando o caso Cícero Guedes (que está impune e fará, em janeiro, 3 anos) e Regina Pinho. Diante disso propôs que o território se chamasse *Colegiado do Território Norte Fluminense Cícero Guedes*, sendo votado e aprovado por unanimidade. A data para a próxima reunião será 17 de julho de 2015 (sexta-feira), na UENF a partir das 8h, onde cada comitê deverá discutir suas demandas e fazer o planejamento para o ano de 2015. Serão convidados o INCRA e a Caixa Econômica Federal. A reunião foi encerrada pelo Sr. Hermes que saudou aos participantes, agradecendo a presença. Eu Janaína lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais participantes desta reunião.

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL NORTE FLUMINENSE

	Entidade	Titular	Suplente 1	Suplente 2	Civil/ Público	Município	Segmento
01	Instituto de Agroecologia e Meio Ambiente	Thiago Rodrigues Lyrio Barbosa	Pedro Campeão Ferreira	Luciana Pereira Muniz	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
02	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária	Leopoldo de Jesus Coutinho Campos de Oliveira	David Luiz Mendonça Wigg		Civil	Campos dos Goytacazes	Assessoria Técnica
03	Cooperativa de Agricultores Assentados de Campelo	Josiel da Cruz Monteiro da Silva	Francisco Carlos Fortunato	José Francisco dos Santos	Civil	Campos dos Goytacazes	Assentamento
04	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados e Quilombola em Aleluia, Cambucá e Batatau	Patricia Xavier Honorato	Priscila Onorato dos Santos	Tatiana dos Santos Almeira	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
05	Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste	Lucimara Pereira Muniz	Mauricio Teixeira	Tatiana Souza Teixeira	Civil	Campos dos Goytacazes	ONG
06	Associação do Movimento Quilombola Pro Lagoa Feia	Maria de Lourdes Cruz do N. Magno	Zelma Pereira Rodrigues	Celi Pinto Pereira	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
07	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes	Paulo Honorato	Claudinei Dias da Costa	Camila de Souza Rocha	Civil	Campos dos Goytacazes	Sindicato
08	Associação de Quilombolas de Conceição do Imbé	Edson Gomes da Rocha	Jaciara da Gloria Nunes	Josivaldo Queiroz dos Santos	Civil	Campos dos Goytacazes	Quilombola
09	Associação de Pescadores Artesanais da Coroa Grande	Elenilson do Espírito Santo Dias	Zelia Martins		Civil	Campos dos Goytacazes	Pescadores
10	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Elisangela das Dores Carvalho	Vanessa de Oliveira Rosa	Jose Edilson de Matos	Civil	Campos dos Goytacazes	Movimento Social
11	Universidade Federal	Erika	Gabriel	Thalles	Público	Campos	Universidade

	Fluminense	Vanessa Moreira	Guanabará Lemos Marques	Martins Soares Carlos		dos Goytacazes	
12	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Luis Bernabé Castilho	Carlos Eduardo de Freitas Guimaraes Filho	Anderson Calros Teixeira Pinto	Público	Campos dos Goytacazes	Pesquisa e Extensão
13	Colônia de Pescadores Z-19	Rodolfo José Ribeiro da Silva	Genivaldo Sales da Silva	Valdemi Alves	Civil	Campos dos Goytacazes	Associação
14	Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira	Tânia Franco Marques	Helvécio José de Azevedo		Público	Cardoso Moreira	Prefeitura
15	Associação do Assentamento Ze Pureza	Fabio Antonio de Macedo	Tereza Ribeiro		Civil	Conceição de Macabú	Assentamento
16	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Conceição de Macabu	Maria Vilani Anselmo	Tereza da Silva	Iraci de Souza Mendonça	Civil	Conceição de Macabú	Sindicato
17	Secretaria Municipal de Agricultura de Conceição de Macabú	Fabio Precioso Pacheco	João Carlos Pereira Rangel	João Batista Azevedo Monteiro	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
18	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Conceição de Macabú	Fabiana Leal de Souza	Angela Barros Mota Areas	Maria Antonia Cunha Teixeira dos Santos	Público	Conceição de Macabú	Prefeitura
19	Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira	Maria do Socorro do Nascimento Vanerio	Gildete Rocha Sales	Edna Mendonça de Farias	Civil	Macaé	Assentamento
20	ARQUIQUISSAMÃ	Edilson da Silva	Caio Marciel da Silva	Rafael Azevedo	Civil	Quissamã	Quilombola
21	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fidélis	Erny da Silva Ribeiro	Eudivanda França Quintan	Carmem Lucia Soares Stellet Mariano	Civil	São Fidélis	Sindicato
22	Associação de Produtores Moradores de Boa Esperança	Reginaldo Amaral de Almeida	Rogério de Alencar Torri Mariano	Heucy de Moraes	Civil	São Fidélis	Agricultores
23	Associação de Quilombola Deserto Feliz	Maria das Neves Cruz	Zenilda Anastácio		Civil	São Francisco de Itabapoana	Quilombola
24	Associação Quilombola de Barrinha	Lidia Maria Dias Teixeira	Monica Henriques Teixeira	Manoel Ferreira Ramos	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
25	Associação Quilombola de São Francisco	Junia Lopes Lirio	Amaro dos Santos Cruz		Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
26	Associação de Moradores e Produtores Quilombola	Paulo Cesar Monteiro	Anilton Souza Gomes	Juliana Souza Nascimento	Civil	São Francisco do Itabapoana	Quilombola
27	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana	José Maria Rangel Felizardo	Ana Carla de Araújo Peres	Elizangela Ferreira Severo	Civil	São Francisco do Itabapoana	Sindicato
28	AMA PEA FOCO	Elezir de Alcantara dos Santos	Marcela Barreto Carlota	Nailda Romão Flor	Civil	São Francisco do Itabapoana	ONG
29	Associação dos Moradores e Amigos da Coréia	Vania Campos Linhares	Martinho da Conceição	Simone Pedrosa Galaxe	Civil	São Francisco do Itabapoana	Moradores
30	Instituto Estadual do Ambiente	Vania Maria Coelho da Silva Gomes	Amanda Carneiro de Oliveira	Samir Mansur Santos	Público	São Francisco do	Ambiental

						Itabapoana	
31	Cooperativa de Costura de Cajueiro	Dinamarca Sodré Minhanelli	Tatiana Canela		Civil	São João da Barra	Cooperativa
32	Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos	Amaro Joaqui da Silva	Maria Denize da Silva Almeida	Éwerton Apollnário Chaves	Civil	São João da Barra	ONG
33	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Rodrigo Bomfim			Público	Rio de Janeiro	MDA
34	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOOP)	Isaac Peixoto dos Santos	Margarete Carvalho Teixeira	Maria Helena Thimóteo dos Santos	Civil	Rio de Janeiro	Cooperativa
35	Prefeitura Municipal de Carapebus - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca	Luiz César Pereira Martins	Lourenço Almeida Pereira		Público	Carapebus	Prefeitura
36	Associação dos Trabalhadores Rurais do PA João Batista Soares	Carlos Alberto Pereira Esteves	Maria Aparecida Denicola	Vyvia Bibiano da Silva	Civil	Carapebus	Associação
37	Assentamento 25 de Março	Francisco Carlos da Conceição	Juarez Santos da Silva	Manoel da Silva Pereira	Civil	Carapebus	Associação
38	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carapebus	Mauro Ribeiro de Almeida	Sandra Maria da Conceição Silva	Maristela Silva dos Santos	Civil	Carapebus	Sindicato

COMPOSIÇÃO DAS INSTÂNCIAS APROVADAS NO REGIMENTO

NÚCLEO DIRIGENTE	NÚCLEO TÉCNICO	REDE
Tania - Prefeitura de Cardoso Moreira	Thales - NERU / UFF	Tania - Pref. Cardoso Moreira
Amanda - INEA	Leopoldo - COOPERAR	Gabriel - NERU / UFF
Lucimara - IDANNF	NEDET	Luis Bernabé - FIPERJ
José Maria - Sindicato Trab. Rur. SFI	Luiz Bernabé - FIPERJ	Samir Mansur Santos - INEA
Elenilson - Ass. Pesc. Coroa Grande	EMATER	Lucimara - IDANNF
Vanessa - MST	Paulo - Sind. Trab. Rurais de Campos	Amaro - Ass. Quilo. São Francisco
Thiago - IAMA	Samir - INEA	Vanessa - MST
	Simone - AMAC - Coreia	Francisco Carlos - COOPSCAMP

COMITÊ DE AGRICULTORES FAMILIARES / ASSENTADOS	COMITÊ PESCADOR	COMITÊ DE JOVENS
Ana Carla - Sind. Trab. Rurais SFI	Zélia - Ass. Pescadores Coroa Grande	Caio Maciel - Quilombo de Mutum
Edilson - Quilombo Bacurau	Nailda - AMA PEA FOCO	Fabio - Assoc. Zé Pureza
Gabriel - NERU	Amaro - NEA - BC	Patricia - Assoc. Quilombo ABC
Vania - AMAC		David Wigg - COOPERAR
Gildete - PDS Oswaldo de Oliveira		Poliana - Quilombo Deserto Feliz
Maria Vilani - Sind. Trab. Rurais de Conceição		
Saturnino - MST		

COMITÊ DE MULHERES	COMITÊ QUILOMBOLA
Tereza - Sind. Trab. Rurais Conceição Macabú	Maria de Lourdes - Quilombo Lagoa Feia
Elezir - AMA PEA FOCO	Valquiria - Quilombo Deserto Feliz
Jaciara - Asso Quilombola Imbé	Rafael - Quilombo Bacurau
Lidia - Quilombo Barrinha	Tatiana - Asso Quilombola ABC
Luciana - IAMA	Monica - Quilombo de Barrinha

Elzana Pereira - IDANNF	Camila - Asso. Quilombola Imbé
Edna - PDS Oswaldo de Oliveira	

ANEXO 3 – Regimento interno da FEIRA TNF

CAPÍTULO I - OBJETIVOS DA FEIRA TERRITORIAL DO NORTE FLUMINENSE

Artigo 1º - A Feira Territorial do Norte Fluminense foi criada para viabilizar a exposição e comercialização de produtos que colaborem para a valorização da cultura territorial;

Artigo 2º - A Feira Territorial do Norte Fluminense é realizada uma vez por ano;

Artigo 3º - São objetivos da Feira TNF:

- a) Fortalecer a Agricultura Familiar do Território Norte Fluminense;
- b) Valorizar os produtos e a identidade local do TNF;
- c) Divulgar os produtos da Agricultura Familiar do Território Norte Fluminense e estabelecer relação direta com a sociedade;
- d) Promover a educação ambiental e incentivar a preservação do meio ambiente;
- e) Melhorar a renda dos agricultores familiares do Território Norte Fluminense;
- f) Melhorar a alimentação dos agricultores e da sociedade;
- g) Oferecer produtos a preços justos para a sociedade;
- h) Promover a inclusão social;

Artigo 4º - Os produtos comercializados na Feira do Território Norte Fluminense têm as seguintes características:

- a) Originários da agricultura, pecuária, pesca, extrativismo e artesanato;
- b) Produzido pelo próprio agricultor familiar;
- c) Preocupação com a preservação ambiental e com os conceitos de sustentabilidade.

CAPÍTULO II - DA SELEÇÃO DE NOVOS EXPOSITORES E PRODUTOS

Artigo 5º - A participação na Feira é de exclusividade dos agricultores familiares que participem do Colegiado Territorial do Norte Fluminense.

Artigo 6º - A avaliação e seleção de novos expositores estão condicionadas a

participação no Colegiado Territorial do Norte Fluminense segundo as regras estabelecidas de entrada em seu Regimento Interno.

Artigo 7º - Só poderão ser comercializados na Feira produção própria dos agricultores familiares do TNF, sendo expressamente proibida a comercialização de produtos comprados externamente;

Artigo 8º - Será constituída em plenária uma Comissão de Verificação encarregada de visitar as propriedades e conferir a autenticidade dos produtos comercializados na Feira TNF;

Artigo 9º - Os produtos e as quantidades comercializados na Feira TNF por cada instituição obedecerá o planejamento coletivo que ocorrerá em plenária específica para este fim;

Artigo 10º - Não será permitida a exposição e comercialização de produtos que não tenham sido deliberado em plenária específica do Colegiado TNF. Nesses casos, o expositor será advertido por escrito e, posteriormente, excluído do quadro de expositores ao tornar-se reincidente;

Artigo 11º - O expositor que desejar expor ou comercializar novos produtos, similares ou diversos, deverá submetê-los a plenária do Colegiado TNF;

CAPÍTULO III - DAS BANCAS E MONTAGEM

Artigo 12º - As bancas serão distribuídas de acordo com as deliberações de produtos e quantidades em plenária específica para este fim;

Artigo 13º - O número máximo de barracas na feira será de 30 barracas

Artigo 14º - As barracas ficarão dispostas seguindo o critério de proximidade por característica dos produtos, quais sejam: produtos in natura e agrícolas processados (café, goma, farinha, mel, geléia), produtos processados (bolos, pães e afins), peixe e processados de peixe e artesanato

Artigo 15º - Serão destinadas aos produtos in natura e agrícolas processados (café, goma, farinha, mel, geléia) 50% das barracas disponíveis, 30% de peixes e derivados, 10% produtos processados, 10% artesanato.

CAPÍTULO IV - DAS FINANÇAS E DA ASSIDUIDADE

Artigo 16º - Será destinado 10% do valor comercializado na Feira TNF para um caixa de forma a garantir as despesas para as próximas feiras.

CAPÍTULO V - DOS DEVERES DO EXPOSITOR

Artigo 17º - Serão consideradas infrações gravíssimas, punidas com o desligamento do

expositor do quadro da Feira:

- a) A comercialização de produtos comprados externamente;
- b) A produção de lixo e outros detritos sem acondicionamento adequado;
- c) A agressão física ou moral, bem como discussões entre os expositores;

Parágrafo primeiro - Todo questionamento e ou reclamações/sugestões da logística e instalações da Feira TNF, deverá ser comunicada previamente por documento escrito constando de duas vias de igual teor devidamente assinadas pelo expositor e entregue ao Núcleo Dirigente do Colegiado TNF;

Parágrafo Segundo – no caso de desrespeito às normas acima mencionadas, o expositor fica impedido de reingressar à Feira TNF.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 18º - Este Regimento Interno entra em vigor a partir de 24 de Abril de 2018, podendo ser alterado com aprovação de 2/3(dois terços) do Colegiado TNF.

Artigo 19º - A adesão do expositor é livre, de espontânea vontade, implicando na aceitação de todas as normas deste regimento interno.

Artigo 20º - Fica eleito o fórum da cidade de Campos dos Goytacazes para dirimir quaisquer dúvidas constantes neste Regimento Interno.

Artigo 21º - Este Regimento Interno é um documento complementar ao Regimento Interno do Colegiado Territorial do Norte Fluminense.

Artigo 22º - Os casos omissos serão levados a plenária do Colegiado Territorial do Norte Fluminense.
para serem debatidos

ANEXO 4 – Indicadores do atributo sistêmico Autonomia – Método Lume (AS-PTA, 2017)

RECURSOS PRODUTIVOS MERCANTIS	Parâmetro	Critério
	Terra de terceiros	Autonomia em relação ao uso de terras sob o regime de aluguel, arrendamento, meação, etc.
	Sementes, mudas, material propagativo, crias	Autonomia em relação à aquisição dos recursos genéticos utilizados nos cultivos e criatórios do agroecossistema
	Água	Autonomia em relação à aquisição de água para os diferentes consumos no agroecossistema (humano, doméstico, agrícola, pecuário)
	Fertilizantes	Autonomia em relação a insumos adquiridos nos mercados para a reposição da fertilidade do solo
	Forragem/ração	Autonomia em relação a fontes de alimentação animal adquiridas nos mercados
	Trabalho de terceiros	Autonomia em relação à contratação de serviços de terceiros para a execução de atividades ligadas à gestão do agroecossistema (em todas as esferas de trabalho)

BASE DE RECURSOS AUTOCONTROLADA	Autoabastecimento alimentar	Nível de abastecimento alimentar (em quantidade, qualidade e diversidade) do NSGA com a produção gerada no próprio agroecossistema e/ou com a produção doada por membros da comunidade por meio de relações de reciprocidade
	Equipamentos/Infraestrutura	Elementos artificiais do capital fundiário e do capital fixo do agroecossistema. Nessa avaliação, procura-se identificar eventuais restrições ao desempenho econômico do agroecossistema e à qualidade de vida do NSGA em função de (in)suficiências nas infraestruturas (residências, cercas, currais, eletrificação, etc.) e equipamentos (máquinas forrageiras, automóvel, trator, cisternas, esterqueiras, ferramentas, etc.)
	Força de trabalho	Disponibilidade quantitativa e qualitativa da força de trabalho do NSGA efetivamente alocada na gestão do agroecossistema. Essa avaliação permite identificar eventuais restrições ao desempenho econômico do agroecossistema em razão da insuficiência da força de trabalho disponível. A quantidade de trabalho está associada ao número de pessoas, bem como ao tempo dedicado às atividades de gestão do agroecossistema (em todas as esferas de trabalho). Já a qualidade do trabalho se vincula diretamente ao conhecimento incorporado nas tarefas realizadas no agroecossistema. Assume-se que quanto maior for o domínio de conhecimentos relacionados ao trabalho realizado no agroecossistema, maior será a qualidade e a eficiência do trabalho. Nesse sentido, o investimento de tempo para participação em atividades de capacitação e de intercâmbio de experiências contribui para o aumento da base de conhecimentos associados ao trabalho

BASE DE RECURSOS AUTOCENTRALIZADA	Disponibilidade de forragem/ração	Volume de biomassa forrageira produzida no agroecossistema. Essa avaliação permite identificar a existência de deficiências quantitativas ou qualitativas na oferta de alimentação para os animais durante o ano
	Fertilidade do solo	Qualidades químicas, físicas e biológicas dos solos trabalhados pelo NSGA. Como essas qualidades podem ser incrementadas ou degradadas no decorrer do tempo em função das práticas de manejo adotadas, esse julgamento contribui para identificar processos de mudança qualitativa, bem como aspectos positivos ou negativos nas estratégias técnicas aplicadas para a reprodução da fertilidade do solo
	Disponibilidade de água	Disponibilidade hídrica para o atendimento das diferentes demandas de consumo no agroecossistema (humano, pecuário e agrícola). Fatores a considerar na análise: 1) volume e estabilidade da oferta natural (chuvas, rios, lençol freático, águas subterrâneas etc.) 2) infraestruturas para captação, armazenamento e distribuição de água para diferentes consumos Esse julgamento contribui para identificar processos de mudança, bem como pontos críticos e vulnerabilidades do agroecossistema no que se refere à oferta de água para a reprodução do processo de trabalho do NSGA
	Biodiversidade	Contempla tanto a biodiversidade planejada (diversidade de espécies cultivadas e criadas, considerando tanto a variabilidade intraespecífica como a diversidade interespecífica), como a biodiversidade associada (diversidade de espécies espontâneas/silvestres). Um fator decisivo nessa avaliação se refere à adaptabilidade local dos genótipos às condições ecológicas e de manejo, bem como o ajuste às preferências culturais. Outro aspecto a ser considerado se refere aos serviços ecológicos prestados pela biodiversidade na escala da paisagem agrícola (ciclagem de nutrientes, promoção de microclimas favoráveis, economia hídrica, regulação de populações de insetos-praga e organismos patogênicos, etc.)

ANEXO 5 – Indicadores do atributo sistêmico Integração Social –

Método Lume (AS-PTA, 2017)

Parâmetro	Critério
Participação em espaços político-organizativos	Nível de interação de um ou mais membros do NSGA em organizações de caráter político-organizativo. Destacam-se nessa avaliação a participação em sindicatos, em cooperativas; associações comunitárias em grupos de mulheres e de jovens e outras organizações relacionadas ao acesso e à defesa de direitos sociais, econômicos e políticos
Acesso a políticas públicas	Grau de acesso a recursos redistribuídos pelo Estado por meio de políticas públicas. Esses recursos podem ser acessados diretamente de órgãos oficiais ou serem intermediados por organizações da sociedade civil. Considera-se nessa avaliação a diversidade de políticas acessadas, bem como a regularidade no acesso por parte de um ou mais membros do NSGA. Os recursos públicos acessados podem ser investidos diretamente no agroecossistema ou não. A avaliação contempla políticas agrícolas, sociais (transferências de renda, previdência, etc.), de saúde, de educação, de infraestrutura, etc.
Participação em redes sociotécnicas de aprendizagem	Interação de um ou mais membros do NSGA em processos de aprendizagem diretamente relacionados à qualificação do trabalho realizado na gestão do agroecossistema. Essa avaliação deve considerar os processos continuados de aprendizagem, sejam eles formais ou informais. Isso implica a participação sistemática em atividades da capacitação, intercâmbios, pesquisa participativa, seminários, oficinas e outras. Processos de educação formal proporcionados pelo Estado devem ser considerados no critério acesso a políticas públicas
Participação em espaços de gestão de bens comuns	Interação de um ou mais membros do NSGA em ações coletivas voltadas à gestão de bens comuns em âmbito comunitário ou territorial. Essa interação corresponde ao tempo de trabalho dedicado à gestão de equipamentos comunitários (bancos de sementes, casas de farinha, agroindústria, máquinas, carros, etc.), de recursos naturais de apropriação coletiva (pastos, terras agrícolas, sementes, animais, reservas hídricas, etc.), de mercados locais (feiras são expressões recorrentes desse tipo de atividade na agricultura familiar) , de sistemas de trabalho cooperativo (mutirões, trocas de dia, etc.), de poupanças comunitárias etc. Embora também correspondam a uma expressão da gestão de bens comuns, os processos locais de construção de conhecimento são avaliados em separado por meio do critério participação em redes sociotécnicas de aprendizagem